

Pesquisa Quantitativa Regular Bimestral

2009/01



Julho de 2009

Índice

INTRODUÇÃO.....	9
1. METODOLOGIA	10
2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE.....	20
3. CRISE ECONÔMICA.....	39
4. EMPREGO	48
5. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	53
6. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	64
7. SAÚDE	74
8. EDUCAÇÃO.....	79
9. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL	89
10. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO GOVERNO	105
11. FONTE DE INFORMAÇÕES	112
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil.....	11
QUADRO 1.2 - Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica	11
QUADRO 1.3 - Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais	12
QUADRO 1.4 – Funções e perfis dos profissionais envolvidos no campo	14
QUADRO 1.5 – Fatores de ponderação por região geográfica	17

FIGURAS

FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do país	20
FIGURA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região	22
FIGURA 2.3 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos.....	24
FIGURA 2.4 – Expectativa sobre a situação futura do Brasil, por região	25
FIGURA 2.5 – Percepção sobre a qualidade de vida da população.....	26
FIGURA 2.6 – Percepção da evolução dos salários nos últimos anos	27
FIGURA 2.7 – Percepção da evolução do custo de vida nos últimos anos	27
FIGURA 2.8 - Percepção da evolução do emprego nos últimos anos.....	28
FIGURA 2.9 - Percepção da evolução da pobreza nos últimos anos.....	28
FIGURA 2.10 – Avaliação setorial comparativa da situação do Brasil na atualidade	32
FIGURA 2.11 – Principais problemas do país na atualidade	37
FIGURA 2.12 – Principais problemas do Brasil na atualidade por classe	38
FIGURA 3.1 – Situação financeira individual	39
FIGURA 3.2 – Efeitos da crise na vida da população	40
FIGURA 3.3 – Situação econômica atual do país	41
FIGURA 3.4 – Responsável pela crise econômica no Brasil	44
FIGURA 3.5 – Responsável pela crise econômica no Brasil, por classe	45
FIGURA 3.6 – Avaliação da atuação do Governo frente à crise	46
FIGURA 3.7 – Resultado da crise no Brasil	47
FIGURA 4.1 – Importância atribuída ao problema do desemprego no Brasil ...	48
FIGURA 4.2 – Nível de desemprego no Brasil	49
FIGURA 4.3 – Prioridade do Governo Federal para a geração de empregos ...	51
FIGURA 4.4 – Medo de perder o emprego	52
FIGURA 5.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país	53
FIGURA 5.2 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por classe.....	55
FIGURA 5.3 - Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento	56
FIGURA 5.4 - Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, por classe.....	57
FIGURA 5.5 - Avaliação do PAC	58
FIGURA 5.6 - Iniciativa pela criação e desenvolvimento do PAC	58
FIGURA 5.7 – Estágio atual do PAC	59
FIGURA 5.8 – Seriedade do PAC	59
FIGURA 5.9 – PAC, o benefício da população e a perspectiva eleitoral	60
FIGURA 5.10 – Quem o PAC beneficia	60
FIGURA 5.11 – O PAC, a integração e a propaganda	61
FIGURA 5.12 – Abrangência do PAC	61
FIGURA 5.13 – O PAC e a crise econômica.....	62
FIGURA 5.14 – Importância atribuída às áreas do PAC	62
FIGURA 5.15 – Conhecimento das obras do PAC	63
FIGURA 5.16 – Conhecimento de obras do PAC por classe	63
FIGURA 6.1 - Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida	64
FIGURA 6.2 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida por classe	65

FIGURA 6.3 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida	67
FIGURA 6.4 - Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida	68
FIGURA 6.5 – Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida por classe	69
FIGURA 6.6 – Iniciativa no Programa Minha Casa Minha Vida.....	69
FIGURA 6.7 – Percepção sobre o Início do Programa Minha Casa Minha Vida	70
FIGURA 6.8 – Percepção de Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida	71
FIGURA 6.9 – Benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida	72
FIGURA 6.10 - Direção dos benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida	72
FIGURA 6.11 - Direção dos benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida	73
FIGURA 6.12 – Efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida sobre a crise....	73
FIGURA 7.1 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos	74
FIGURA 7.2 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos por classe ...	74
FIGURA 7.3 - Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos	75
FIGURA 7.4 - Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos, por classe	77
FIGURA 8.1 – Importância da educação	79
FIGURA 8.2 – Importância da educação, por classe.....	80
FIGURA 8.3 – Avaliação da educação no Brasil	81
FIGURA 8.4 - Avaliação da educação no Brasil por classe	83
FIGURA 8.5 - Evolução da educação no Brasil	85
FIGURA 8.6 - Expectativa sobre a educação no Brasil.....	87
FIGURA 9.1 – Avaliação de desempenho	89
FIGURA 9.2 - Avaliação do desempenho atual do Governo Federal por região	90
FIGURA 9.3 - Avaliação do desempenho do Presidente Lula por região	91
FIGURA 9.4 - Avaliação do desempenho atual da equipe do Presidente Lula por região.....	92
FIGURA 9.5 – Aprovação do atual Governo Federal	93
FIGURA 9.6 – Aprovação do Governo Federal por região	93
FIGURA 9.7 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Escolaridade	94
FIGURA 9.8 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Classificação sócio-econômica	95
FIGURA 9.9 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Idade	95
FIGURA 9.10 – Cumprimento das expectativas da população	96
FIGURA 9.11 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula	97
FIGURA 9.12 - Estrato social mais beneficiado pelo governo	99
FIGURA 9.13 - Estrato social mais beneficiado pelo governo, por classe	100
FIGURA 9.14 – Área prioritária para a atuação do Governo até o final do mandato	100
FIGURA 9.15 - Área prioritária para a atuação do Governo até o final do mandato por classe	101
FIGURA 9.16 – Avaliação setorial da atuação do Governo	102
FIGURA 9.17 – Conhecimento setorial da atuação do Governo	102
FIGURA 9.18 – Importância setorial da atuação do Governo	103

FIGURA 9.19 – Avaliação setorial da atuação do Governo	104
FIGURA 10.1 – Conhecimento dos programas do Governo	105
FIGURA 10.2 – Avaliação dos programas do Governo	106
FIGURA 10.3 – Benefício pessoal dos programas do Governo.....	106
FIGURA 10.4 – Compreensão do Programa Bolsa Família	107
FIGURA 10.5 – Fiscalização do Programa Bolsa Família.....	107
FIGURA 10.6 – Benefício do Programa Bolsa Família.....	108
FIGURA 11.1 - Fontes de informação sobre o Governo Federal	112
FIGURA 11.2 - Veículos de comunicação utilizados	113
FIGURA 11.3 - Veículos de comunicação utilizados, por classe	115
FIGURA 11.4 – Possui Internet em casa	115
FIGURA 11.5 - Veículos de comunicação utilizados, por classe	116

TABELAS

TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, classificação sócio-econômica, escolaridade e atividade exercida	18
TABELA 2.1 – Avaliação da situação atual do País, por motivo da avaliação	21
TABELA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região.....	23
TABELA 2.3 – Expectativa sobre a situação futura do Brasil, por região	25
TABELA 2.4 – Percepção sobre a qualidade de vida da população, por região	26
TABELA 2.5 – Percepção da evolução dos salários, custo de vida, empregos e pobreza no Brasil nos últimos anos, por região geográfica.....	30
TABELA 2.6 – Percepção da evolução dos salários, custo de vida, empregos e pobreza no Brasil nos últimos anos, por classe	31
TABELA 2.7 – Avaliação setorial da situação do Brasil na atualidade por região	33
TABELA 2.8 – Avaliação setorial da situação do Brasil na atualidade por classe	35
TABELA 2.9 – Principal problema do país, por região	38
TABELA 3.1 – Efeitos da crise na vida da população por região.....	41
TABELA 3.2 – Motivos atribuídos à avaliação da situação econômica do país	42
TABELA 3.3 - Motivos atribuídos à avaliação da situação econômica do país por região.....	43
TABELA 3.4 - Avaliação da atuação do Governo frente à crise, por região	46
TABELA 4.1 – Motivos da avaliação do nível de desemprego	49
TABELA 4.2 – Nível de desemprego e motivos por região	50
TABELA 4.3 – Prioridade do Governo Federal para a geração de empregos por região	52
TABELA 5.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por região	54
TABELA 6.1 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida por região	65
TABELA 6.2 – Significado do Programa Minha Casa Minha Vida	66
TABELA 6.3 - Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida por região	67
TABELA 6.4 – Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida por região	68
TABELA 6.5 – Percepção sobre o Início do Programa Minha Casa Minha Vida por região.....	71
TABELA 7.1 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos por região ...	75
TABELA 7.2 – Motivos da avaliação positiva.....	76
TABELA 7.3 – Motivos da avaliação regular.....	76
TABELA 7.4 – Motivos da avaliação negativa	76
TABELA 7.5 – Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos por região	78
TABELA 8.1 - Importância da educação, por região	80
TABELA 8.2 - Motivos da avaliação positiva, negativa e regular	82
TABELA 8.3 - Avaliação da educação no Brasil por região	84
TABELA 8.4 - Motivos da evolução da educação no Brasil	86
TABELA 8.5 - Expectativa sobre a educação no Brasil por região	88
TABELA 9.1 - Cumprimento das expectativas da população por região	97

TABELA 9.2 - Comparação entre os mandatos do Presidente por região	98
TABELA 9.3 – Definição do Governo Federal e do Presidente em uma palavra	98
TABELA 10.1 – Compreensão do Programa Bolsa Família, por classe	109
TABELA 10.2 – Compreensão do Programa Bolsa Família, por região	110
TABELA 10.3 – Compreensão do Programa Bolsa Família, pelos usuários do programa	111
TABELA 11.1 - Veículos de comunicação utilizados, por região	114

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados correspondentes à segunda fase da Primeira Pesquisa Regular Bimestral para a avaliação dos programas e ações do Governo Federal.

A segunda fase desse estudo, de natureza quantitativa, visou mensurar estatisticamente as hipóteses surgidas na primeira fase qualitativa.

No capítulo 1 serão apresentados os principais aspectos metodológicos referentes à pesquisa. Inicialmente serão descritos os procedimentos de amostragem, os processos de preparação e realização da coleta de dados. Também serão descritos os procedimentos de controle de qualidade da coleta de dados, processamento das informações e análises estatísticas dos dados.

Nos capítulos subseqüentes serão apresentados os resultados referentes aos temas abordados nesse estudo: percepção da atual situação do Brasil, crise econômica, emprego, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida, saúde, educação, avaliação do Governo Federal, avaliação das áreas e dos programas do Governo Federal e das suas ações de comunicação.

O trabalho de coordenação central de campo foi desenvolvido por Jalcira das Virgens. O plano amostral da pesquisa foi elaborado pelo estatístico Juscelino Zemiacki. A análise dos dados foi realizada pelo Doutor em Sociologia Flávio Eduardo Silveira, pela socióloga Laura Neis e pelo estatístico Juscelino Zemiacki. A coordenação geral do trabalho foi de responsabilidade do sociólogo Dr. Flávio Eduardo Silveira, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisa Meta.

1. METODOLOGIA

1.1. Objetivos

O estudo teve por objetivo geral investigar as percepções gerais da população brasileira em relação à atual situação do país, aos programas e às ações do Governo Federal, às políticas públicas desenvolvidas e aos temas conjunturais, de forma a contribuir para orientação dos esforços de comunicação.

1.2. Definição do público-alvo

“População maior de 16 anos residente em domicílios particulares permanentes do território brasileiro”.

1.3. Modalidade da pesquisa, método e técnica de coleta de dados

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza quantitativa, pelo método de coleta de dados por *survey*, com técnica de entrevista pessoal domiciliar.

1.4. Processo de amostragem e tamanho da amostra

O processo de amostragem para seleção de uma amostra da população definida obedeceu aos seguintes estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra aleatória de setores censitários, por região geográfica do país, segundo cadastro de Setores censitários dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2000-IBGE;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior, a partir de um processo de amostragem probabilístico sistemático; e

- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa, a partir de um processo de amostragem não-probabilístico por quotas se sexo, idade e faixa de rendimento nominal mensal.

O número de entrevistas realizadas por região geográfica, assim como a margem de erro para as estimativas de proporção para cada região, com uma confiança de 95%, é apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil

Região	Amostra	Precisão Estatística (%) *
Norte	385	5,0
Nordeste	730	3,7
Sudeste	1.000	3,1
Sul	500	4,4
Centro-oeste	385	5,0
Nacional	3.000	1,8

*Erro amostral máximo considerando-se um processo de amostragem aleatório simples e confiança de 95%.

O número de domicílios a serem pesquisados por setor censitário foi definido entre 12 a 20 domicílios. A partir dessa definição do número de domicílios a serem pesquisados em cada setor censitário e do tamanho amostral de cada região geográfica foi definido o número de setores censitários pesquisados por região geográfica.

QUADRO 1.2 - Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica

Região	Amostra	Setores
Norte	385	22
Nordeste	730	42
Sudeste	1000	53
Sul	500	26
Centro-oeste	385	21
Total	3.000	164

Fonte: Agregado de Setores censitários
Censo 2000 - IBGE

A lista completa de municípios que fizeram parte da amostra, com os respectivos quantitativos de setores censitários selecionados para a mesma, é apresentada no Anexo I – Municípios da amostra. A fonte de dados secundários utilizada nesta fase do processo de amostragem foi a base “Agregado de Setores Censitários - Censo 2000”.

Todas as unidades federativas do país fizeram parte da amostra pesquisada. A distribuição amostral de cada estado foi proporcional ao total da população residente em domicílios particulares permanentes de cada estado, em setores censitários comuns ou não especiais e setores de aglomerados subnormais, dentro de cada Região Geográfica. A observância dessa proporcionalidade foi essencial para se garantir estimativas regionais livres da disparidade populacional de cada estado. O quadro a seguir apresenta o tamanho amostral de cada unidade da federação, de acordo com seus parâmetros populacionais.

QUADRO 1.3 - Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais

Amostra nacional	% da população		Amostra
	3.000		
Norte	100,0	385	
Rondônia	13,0	52	
Acre	4,0	16	
Amazônia	24,0	90	
Roraima	3,0	15	
Pará	43,0	160	
Amapá	3,0	15	
Tocantins	10,0	37	
Nordeste	100,0	730	
Maranhão	10,0	78	
Piauí	7,0	53	
Ceará	16,0	115	
Rio Grande do Norte	5,0	34	
Paraíba	8,0	60	
Pernambuco	16,0	118	
Alagoas	5,0	33	
Sergipe	4,0	29	
Bahia	29,0	210	

QUADRO 1.3 (Continuação)

	% da população	Amostra
Sudeste	100,0	1.000
Minas Gerais	23,0	230
Espírito Santo	4,0	40
Rio de Janeiro	22,0	220
São Paulo	51,0	510
Sul	100,0	500
Paraná	36,0	179
Santa Catarina	18,0	91
Rio Grande do Sul	46,0	230
Centro-Oeste	100,0	385
Mato Grosso do Sul	19,0	75
Mato Grosso	22,0	82
Goiás	42,0	160
Distrito Federal	17,0	68

1.5. Data de referência da coleta de dados

A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 3.000 domicílios, totalizando a realização de 3.000 entrevistas em 164 pontos amostrais (setores censitários), de 129 municípios em todo o país, entre os dias 17 e 24 de junho de 2009.

1.6. Procedimentos de coleta de dados

A execução do campo dessa pesquisa foi realizada de forma criteriosa, com o cumprimento de procedimentos metodológicos referentes ao pré-teste do instrumento, constituição de equipe de coleta, treinamento de equipe, estrutura e organização logística de campo.

1.6.1 Pré-teste e Questionário

O Pré-teste do instrumento para a verificação da facilidade de compreensão dos termos utilizados e perguntas formuladas, bem como, a adequação das questões e das alternativas pré-codificadas do instrumento de coleta de dados foi realizado no dia 09 de junho de 2009, com aplicação de 60

entrevistas nas seguintes cidades: Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Brasília e Belém do Pará.

Os resultados do pré-teste foram utilizados para a definição da versão final do questionário, constante no Anexo II do presente relatório.

1.6.2. Constituição e treinamento da equipe

Os questionários foram aplicados por uma equipe de 105 entrevistadores de campo, com experiência adequada, escolaridade mínima em nível médio, selecionados em função do seu aproveitamento em um sistema de avaliação permanente do trabalho dos entrevistadores realizado pela empresa, e devidamente treinados para a coleta de dados dessa pesquisa.

O treinamento das equipes ocorreu nos dias 15 e 16 de junho de 2009.

A equipe de aplicação dos instrumentos foi composta pelos seguintes profissionais:

QUADRO 1.4 – Funções e perfis dos profissionais envolvidos no campo

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	PERFIL
Entrevistador	Responsável pela aplicação dos questionários junto aos entrevistados.	Formação em nível médio; Experiência na atividade; Capacidade de realizar entrevistas estruturadas; Habilidade em se deslocar em campo.
Coordenador de campo	Responsável por aplicar os treinamentos e supervisionar um grupo de entrevistadores, incluindo supervisionar as equipes de entrevistadores.	Formação Superior em qualquer área; Experiência na atividade; Capacidade de ministrar treinamentos e comandar equipes; Habilidade em resolver problemas de campo.
Revisor	Responsável por revisar cada questão em cada questionário aplicado. Ele identifica possíveis erros de preenchimento de questões, assim como respostas que não estejam claramente definidas.	Formação Superior em qualquer área; Experiência na atividade; Capacidade de revisar atentamente documentos escritos; Habilidade em identificar problemas de aplicação.
Analista de dados	Responsável pela comparação entre o questionário de check e o questionário aplicado em campo.	Formação Superior em área pertinente; Experiência na atividade; Capacidade de revisar atentamente documentos escritos; Habilidade em identificar problemas de aplicação.

1.7. Métodos de controle de qualidade do campo

Nas pesquisas quantitativas do tipo *survey*, os instrumentos de verificação da coleta são fundamentais para o controle de qualidade do campo. Nessa pesquisa foi adotado um conjunto de mecanismos sucessivos para esse fim, detalhados a seguir.

1.7.1. Supervisão de campo

O coordenador de campo em cada estado acompanhou a realização do campo de seu respectivo estado, verificando o respeito aos critérios de seleção de entrevistados, a efetiva e correta aplicação dos questionários, sanando dúvidas surgidas durante a aplicação.

1.7.2. Checagem

Nessa etapa, centralizada na sede do Instituto em Porto Alegre, foi verificada a efetiva aplicação do questionário e a ocorrência de problemas de aplicação. A equipe de checadores de campo foi composta por profissionais experientes que não participam da coleta de dados. Do total de entrevistas realizadas por cada entrevistador foi sorteada aleatoriamente uma parcela de 20%. O checador retomou o contato com o entrevistado e aplicou o questionário de check, um instrumento ainda não preenchido, composto por questões chave do questionário padrão. Assim, o checador aplica o instrumento sem conhecer as características do questionário preenchido pelo entrevistador.

1.7.3. Comparação dos questionários

Nessa fase da checagem os instrumentos de check foram comparados aos respectivos questionários aplicados na primeira entrevista. Nos casos onde os dados contidos nos dois instrumentos eram idênticos, a entrevista foi aprovada e o questionário passou para a equipe de crítica e processamento dos dados. Caso os dados contidos nos dois instrumentos fossem divergentes, o checador retornaria ao entrevistado para identificar qual é realmente era

resposta dada na questão que apresentou divergência, e quando houvesse necessidade, o questionário retornaria a campo para solução dos problemas.

1.7.4. Revisão e Crítica dos questionários

Todos os questionários aplicados passaram por uma revisão e crítica, objetivando identificar possíveis erros de preenchimento de questões, erros de “pulo” e respostas que não estejam claramente definidas.

1.8. Digitação dos instrumentos aplicados

A transcrição dos dados para o meio magnético foi feita através de um sistema de entrada de dados por meio de leitura ótica, com programação no software Sphinx. Esse sistema garante maior agilidade e qualidade nessa etapa, eliminando-se totalmente os eventuais erros de digitação, comuns em sistemas usuais de digitação.

Após a leitura e transcrição dos instrumentos para o sistema de entrada de dados, os mesmos foram armazenados em um banco de dados em formato SPSS para consistência eletrônica e posterior processamento e análise estatística dos dados.

1.9. Consistência dos dados

Os dados transcritos passaram por um prévio processamento e testes de consistência para a identificação de possíveis atipicidades e falhas de transcrição.

1.10. Processamento de informações e análises estatísticas

1.10.1. Ponderação amostral do banco de dados

Antes do efetivo processamento e análise estatística dos dados, o banco de dados passou por um processo de ponderação individual das observações, decorrente do processo de amostragem proposto. Essa ponderação do banco de dados foi necessária para obtenção de estimativas nacionais mais precisas,

uma vez que o plano amostral proposto, com representatividade por região geográfica, não contemplou de forma adequada os pesos proporcionais ao tamanho populacional de cada região, os quais deverão ser então incorporados ao banco de dados, através da criação de um fator de ponderação para cada unidade amostrada.

Os fatores de ponderação são calculados dividindo-se o percentual populacional pelo percentual amostral em cada nível de representatividade da amostra (no caso as regiões geográficas). No quadro a seguir encontram-se os fatores de ponderação utilizados nessa pesquisa.

QUADRO 1.5 – Fatores de ponderação por região geográfica

Região	Amostra	Fração amostral (%)	Universo	Fração populacional (%)	Fator
Norte	385	13	9.182.504	7	0,55397
Nordeste	730	24	34.254.110	27	1,08987
Sudeste	1.000	33	57.187.433	44	1,32826
Sul	500	17	19.534.524	15	0,90744
Centro-oeste	385	13	9.004.277	7	0,54322
Total	3.000	100	129.162.848	100	1,00000

Fonte: Agregado de Setores censitários Censo 2000 – IBGE

1.10.2. Análise estatística dos dados

A apresentação e análise dos resultados, divididos por tema, foi realizada por Região Geográfica e Brasil. Esta análise contemplou além de estatísticas descritivas para cada região, análises inferenciais, com comparações das estimativas de proporção obtidas para cada região. O objetivo de análises de comparação entre as regiões geográficas do Brasil foi de verificar diferenças significativas quanto aos resultados da pesquisa e procurar identificar necessidades de ações específicas para cada região. Também foram apresentados resultados comparativos entre os grupos quanto à classificação sócio-econômica para as variáveis em que se constatou significância estatística.

Os dados serão apresentados através de estatísticas descritivas, tabelas com estimativas percentuais e gráficas do tipo histogramas. Foram realizadas

também análises conjuntas de duas ou mais variáveis quanto as suas relações, dependências ou associações. Nesta etapa foram utilizadas técnicas e testes de análise fatorial de correspondência e testes de comparação de proporção (t-Student com utilização do método de comparação múltipla de Bonferroni), com uma significância de 5%. A utilização da palavra “**significância**” no decorrer do texto deste relatório remete a realização do teste t-Student para comparação de proporções, tendo sido encontrado em cada caso um p-valor <0,05, o que caracteriza a diferença significativa entre as proporções observadas nos grupos analisados, com uma significância de 5%

1.11. Características sócio-demográficas da amostra pesquisada

As tabelas a seguir apresentam as características da amostra nacional pesquisada, por sexo, idade, escolaridade, classificação sócio-econômica e ocupação principal.

TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, classificação sócio-econômica, escolaridade e atividade exercida

Características da amostra pesquisada	n	%
SEXO		
Masculino	1.447	48,2
Feminino	1.553	51,8
IDADE		
16 a 24 anos	756	25,2
25 a 39 anos	1.041	34,7
40 a 49 anos	552	18,4
50 anos ou mais	651	21,7
CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA		
Classe A1	28	0,9
Classe A2	170	5,7
Classe B1	362	12,1
Classe B2	653	21,8
Classe C1	737	24,6
Classe C2	548	18,3
Classe D	429	14,3
Classe E	73	2,4

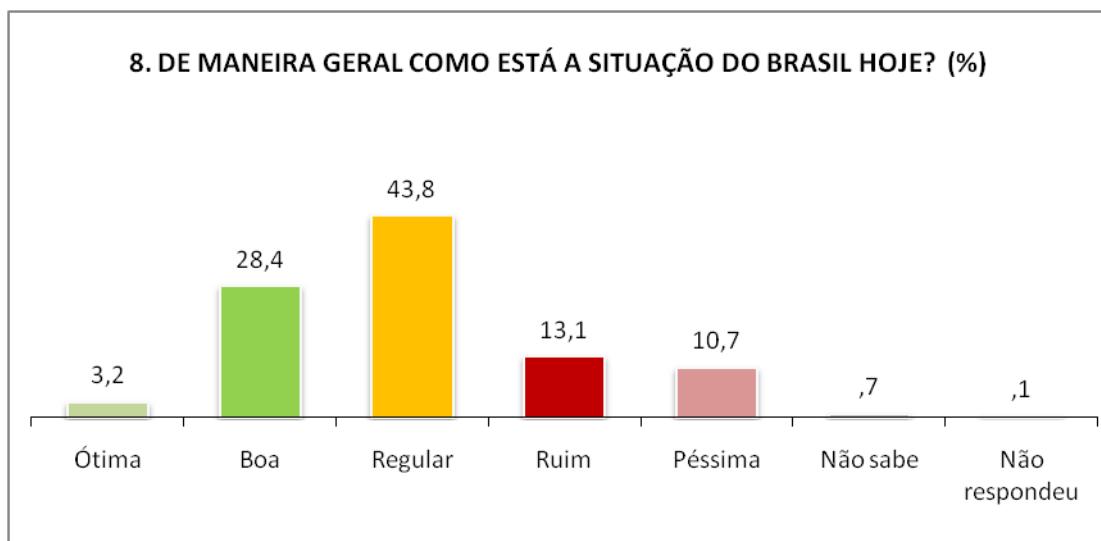
TABELA 1.1 (Continuação)

Características da amostra pesquisada	n	%
ESCOLARIDADE		
Analfabeto/Prim. Incomp./até a 3 ^a Série	294	9,8
Prim. Comp. (4 ^a série) até a 7 ^a Série	494	16,5
Ginasial Comp./Fundam. Comp.(8 ^a série)	547	18,2
Colegial Comp./2º Grau Completo	1.119	37,3
3º Grau Completo ou Incompleto	525	17,5
Não respondeu	21	0,7
PRINCIPAL OCUPAÇÃO		
Desempregado (a)	151	5,0
Dona de casa	210	7,0
Aposentado (a)	280	9,3
Empregado (a) de comércio ou serviços	584	19,5
Empregado (a) da indústria	171	5,7
Trabalhador na agric., pec. ou extr.	164	5,5
Empresário	172	5,7
Estudante	136	4,5
Autônomo/profissional liberal	709	23,6
Funcionário público	266	8,9
Outro	140	4,7
Não respondeu	17	0,6
Total	3.000	100,0

2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE

A avaliação da situação atual do Brasil foi ligeiramente positiva: 31,6% dos entrevistados avaliaram que o país se encontra em uma situação ótima ou boa, enquanto 23,8% consideraram que o país se encontra em uma situação ruim ou péssima, sendo que a maior parte (43,8%) avaliou esta situação como regular.

FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do país



A avaliação positiva foi atribuída principalmente ao desenvolvimento/crescimento atual do país (24,8%). Também se destacou como fator positivo a atuação do Governo (18,3%) e as melhorias/programas sociais (16,8%).

Outro aspecto importante é a relação relativamente maior da atuação do Governo Federal com a avaliação positiva da atual situação do país. Enquanto 18,3% da avaliação positiva foi atribuída à atuação do Governo, apenas 8,0% da avaliação negativa foi associada a esse fator.

A avaliação negativa foi atribuída, especialmente, ao desemprego (27,8%), à crise econômica (19,3%), à corrupção (17,1%) e à violência (14,9%). Interessante observar que os principais motivos do conceito regular foram os

mesmos, com percentuais semelhantes: desemprego (26,8%), à crise econômica (20,7%), à corrupção (15,4%) e à violência (12,1%). Isto significa que provavelmente o raciocínio subjacente é o de que a situação poderia ser considerada boa, mas devido aos problemas mencionados foi considerada regular.

TABELA 2.1 – Avaliação da situação atual do País, por motivo da avaliação

Motivos avaliação positiva	%	Motivos avaliação regular	%
Desenvolvimento, crescimento	24,8	Nível de desemprego	26,8
Atuação do Governo Federal	18,3	Crise econômica	20,4
Melhorias, programas sociais	16,8	Corrupção	15,4
Aumentou o poder aquisitivo	11,5	Violência	12,1
Nível de desemprego	4,0	Atuação do Governo Federal	5,1
Outra	15,8	Desenvolvimento, crescimento	3,5
Não sabe	8,9	Melhorias, programas sociais	3,1
Total	100	Aumentou o poder aquisitivo	1,3
		Outra	7,7
		Não sabe	4,5
		Total	100,0

Motivos avaliação negativa	%
Nível de desemprego	27,8
Crise econômica	19,3
Corrupção	17,1
Violência	14,9
Atuação do Governo Federal	8,0
Outra	10,2
Não sabe	2,6
Total	100

A avaliação da situação atual do Brasil apresentou diferenças significativas ($p\text{-valor}<0,05$) entre as regiões geográficas. Na região Centro-Oeste a avaliação ótimo/bom atingiu o percentual de 41,3%, enquanto foi apenas 27,0% na região Norte e 28,7% na Sudeste.

Os motivos da avaliação positiva também foram diferenciados por região. Na região Norte, 26,9% daqueles que avaliaram a situação atual do país como boa ou ótima atribuíram essa situação a atuação do Governo. Já

nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste essa situação foi atribuída em maior proporção ao nível de desenvolvimento e crescimento do país. Por outro lado, entre os motivos da avaliação negativa, destacou-se a corrupção, com 28,9% na região Norte, e o desemprego, com 36,7% na região Nordeste, 30,2% na região Centro-Oeste e 26,2% na região Sudeste.

A proporção de entrevistados que atribui à atuação do Governo Federal a avaliação positiva do país difere significativamente ($p\text{-valor}<0,05$) da proporção de entrevistados que atribui à atuação do Governo Federal a avaliação negativa do país, excetuando a região Sul. Nessa região, a proporção de entrevistados que consideram a situação do país como positiva e atribuem essa situação à atuação do Governo Federal (16,6%) não difere significativamente da proporção de entrevistados que consideram a situação do país como ruim/péssima e atribuem essa situação a esse fator (11,7%).

FIGURA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região

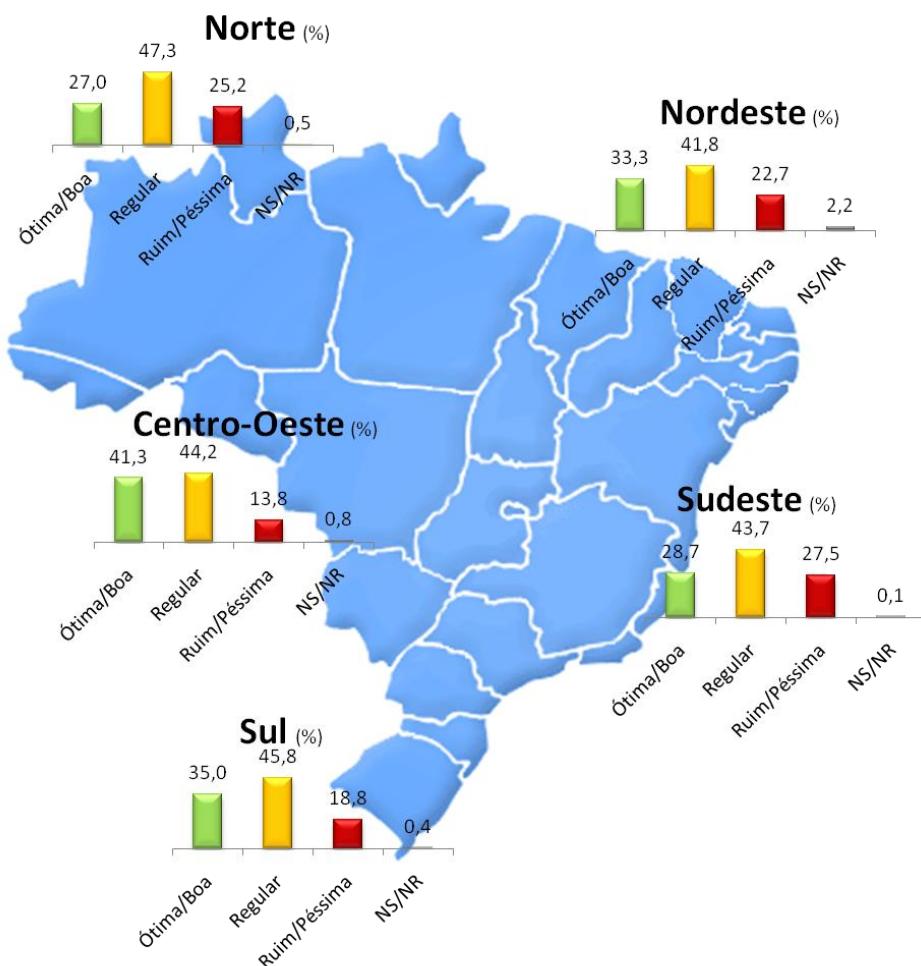
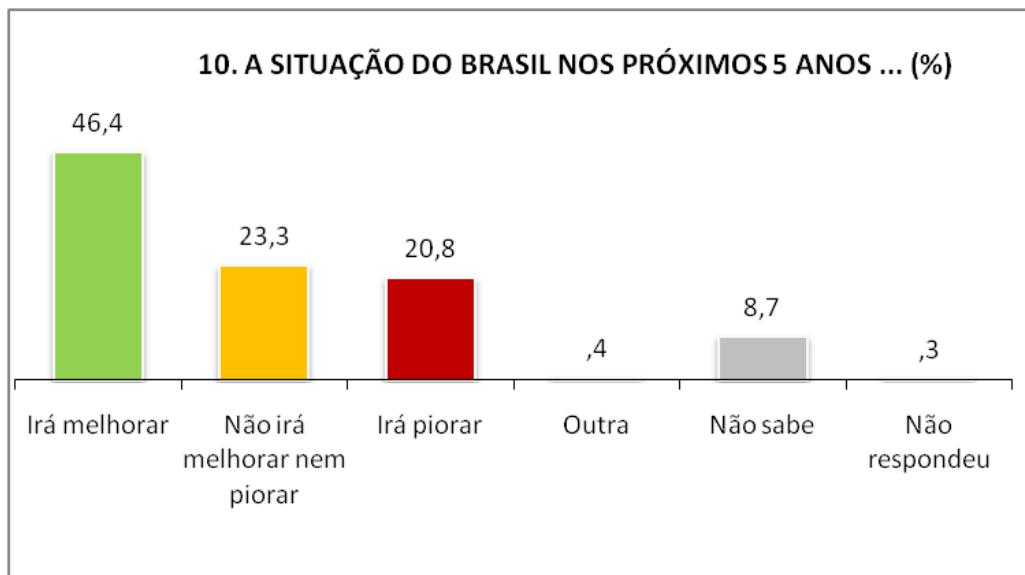


TABELA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região

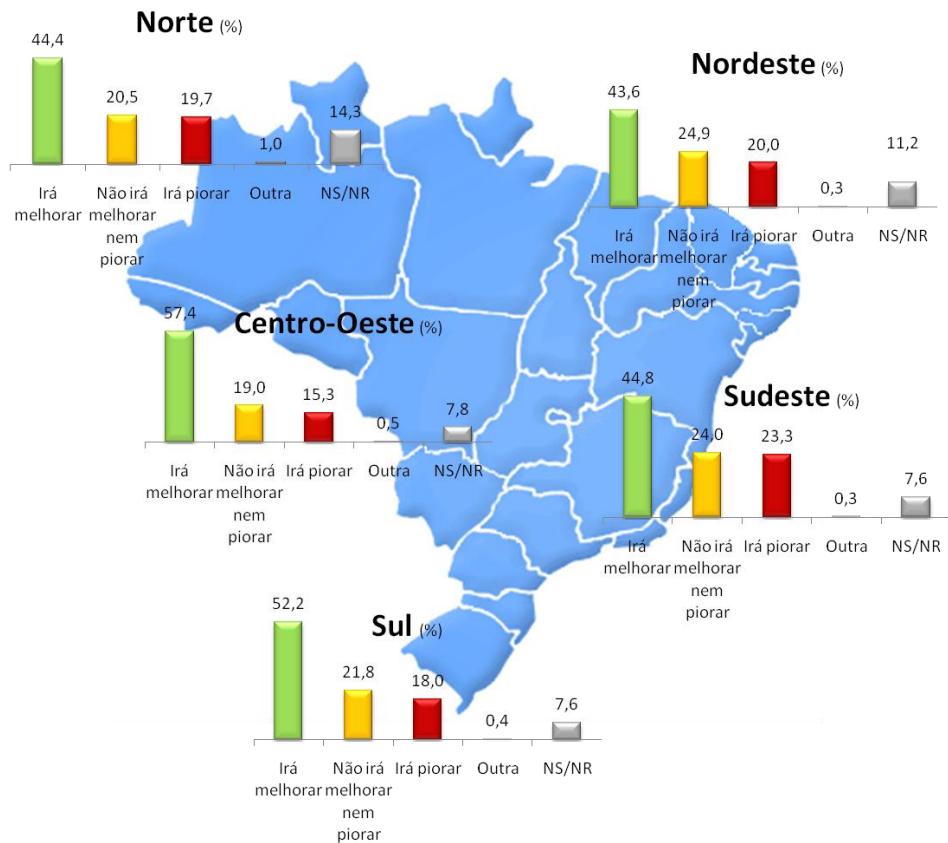
	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
DE MANEIRA GERAL COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DO BRASIL HOJE?										
Ótima	17	4,4	35	4,8	23	2,3	8	1,6	19	4,9
Boa	87	22,6	208	28,5	264	26,4	167	33,4	140	36,4
Regular	182	47,3	305	41,8	437	43,7	229	45,8	170	44,2
Ruim	55	14,3	63	8,6	162	16,2	69	13,8	32	8,3
Péssima	42	10,9	103	14,1	113	11,3	25	5,0	21	5,5
Não sabe/Não respondeu	2	,5	16	2,2	1	,1	2	,4	3	,8
Motivos da avaliação positiva										
Desenvolvimento, crescimento	23	22,1	52	21,4	74	25,8	49	28,0	42	26,4
Aumentou o poder aquisitivo	10	9,6	21	8,6	43	15,0	18	10,3	13	8,2
Melhorias, programas sociais	21	20,2	47	19,3	46	16,0	22	12,6	28	17,6
Atuação do Governo Federal	28	26,9	50	20,6	44	15,3	29	16,6	34	21,4
Outra	9	8,7	6	2,5	21	7,3	12	6,9	11	6,9
Não sabe/Não respondeu	13	12,5	67	27,6	59	20,6	45	25,7	31	19,5
Total ótimo/bom	104	100,0	243	100,0	287	100,0	175	100,0	159	100,0
Motivos da avaliação regular										
Crise econômica	43	23,6	39	12,8	97	22,2	63	27,5	30	17,6
Desemprego	36	19,8	111	36,4	115	26,3	46	20,1	31	18,2
Violência	19	10,4	34	11,1	61	14,0	19	8,3	23	13,5
Corrupção	29	15,9	30	9,8	69	15,8	52	22,7	27	15,9
Desenvolvimento, crescimento	8	4,4	9	3,0	15	3,4	8	3,5	8	4,7
Aumentou o poder aquisitivo	4	2,2	4	1,3	7	1,6	1	,4	1	,6
Melhorias, programas sociais	13	7,1	15	4,9	10	2,3	2	,9	5	2,9
Atuação do Governo Federal	14	7,7	25	8,2	13	3,0	6	2,6	18	10,6
Outra	11	6,0	16	5,2	39	8,9	18	7,9	17	10,0
Não sabe/Não respondeu	5	2,7	22	7,2	11	2,5	14	6,1	10	5,9
Total regular	182	100,0	305	100,0	437	100,0	229	100,0	170	100,0
Motivos da avaliação negativa										
Crise econômica	18	18,6	23	13,9	61	22,2	20	21,3	7	13,2
Desemprego	19	19,6	61	36,7	72	26,2	19	20,2	16	30,2
Violência	17	17,5	30	18,1	40	14,5	10	10,6	4	7,5
Corrupção	28	28,9	21	12,7	44	16,0	21	22,3	12	22,6
Atuação do Governo Federal	6	6,2	11	6,6	23	8,4	11	11,7	3	5,7
Outra	6	6,2	9	5,4	21	7,6	8	8,5	6	11,3
Não sabe/Não respondeu	3	3,1	11	6,6	14	5,1	5	5,3	5	9,4
Total ruim/péssimo	97	100,0	166	100,0	275	100,0	94	100,0	53	100,0
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

As expectativas sobre o futuro do país foram predominantemente otimistas: 46,4% dos entrevistados acreditam que o país irá melhorar nos próximos cinco anos, enquanto 20,8% entendem que a situação do país irá piorar.

FIGURA 2.3 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos

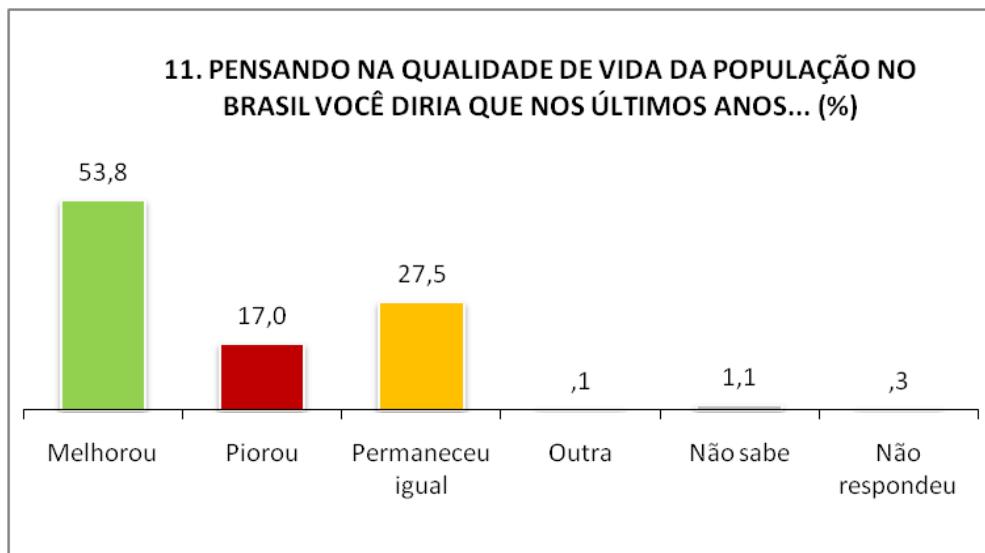


O otimismo é mais acentuado na população das regiões Sul e Centro-Oeste: 57,4% dos entrevistados da região Centro-Oeste e 52,2% dos entrevistados da região Sul responderam que a situação do Brasil daqui a cinco anos irá melhorar, apresentando diferenças significativas ($p\text{-valor}<0,05$) nessas proporções em relação às regiões Norte (44,4%), Nordeste (43,6%) e Sudeste (44,8%).

FIGURA 2.4 – Expectativa sobre a situação futura do Brasil, por região**TABELA 2.3 – Expectativa sobre a situação futura do Brasil, por região**

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
A SITUAÇÃO DO BRASIL NOS PRÓXIMOS 5 ANOS										
Irá melhorar	171	44,4	318	43,6	448	44,8	261	52,2	221	57,4
Não irá melhorar nem piorar	79	20,5	182	24,9	240	24,0	109	21,8	73	19,0
Irá piorar	76	19,7	146	20,0	233	23,3	90	18,0	59	15,3
Outra	4	1,0	2	,3	3	,3	2	,4	2	,5
Não sabe/Não respondeu	55	14,3	82	11,2	76	7,6	38	7,6	30	7,8
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

A maioria dos entrevistados (53,8%) percebe a melhoria da qualidade de vida da população no Brasil nos últimos anos, enquanto apenas 17,0% acreditam que esta situação piorou.

FIGURA 2.5 – Percepção sobre a qualidade de vida da população

A percepção da melhoria da qualidade de vida da população no Brasil nos últimos anos foi diferenciada por região. Avaliações positivas em maior proporção foram encontradas no Centro-Oeste (66,2%). As demais regiões não diferem significativamente, apresentando proporções bastante similares. A região Sudeste apresentou maior proporção de avaliações negativas (21,2%).

TABELA 2.4 – Percepção sobre a qualidade de vida da população, por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	N	%	N	%	N	%	n	%
PENSANDO NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO BRASIL VOCÊ DIRIA QUE NOS ÚLTIMOS ANOS										
Melhorou	205	53,2	411	56,3	501	50,1	275	55,0	255	66,2
Piorou	59	15,3	101	13,8	212	21,2	68	13,6	43	11,2
Permaneceu igual	114	29,6	199	27,3	275	27,5	148	29,6	86	22,3
Outra	1	,3	1	,1	2	,2	0	,0	0	,0
Não sabe/Não respondeu	6	1,6	18	2,5	10	1,0	9	1,8	1	,3
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

A avaliação positiva sobre a melhoria da qualidade de vida da população não se reflete, contudo, no exame específico de outros aspectos associados: 71,4% acreditam que o custo de vida vem aumentando nos últimos anos, 49,2% entendem que a pobreza tem aumentado e 51,9% acreditam que o desemprego tem crescido nos últimos anos. O único aspecto, entre os avaliados, que apresentou sintonia com a avaliação da qualidade de vida, foi a percepção sobre a melhoria salarial: 47,9% afirmaram que os salários vem aumentando nos últimos anos.

FIGURA 2.6 – Percepção da evolução dos salários nos últimos anos



FIGURA 2.7 – Percepção da evolução do custo de vida nos últimos anos

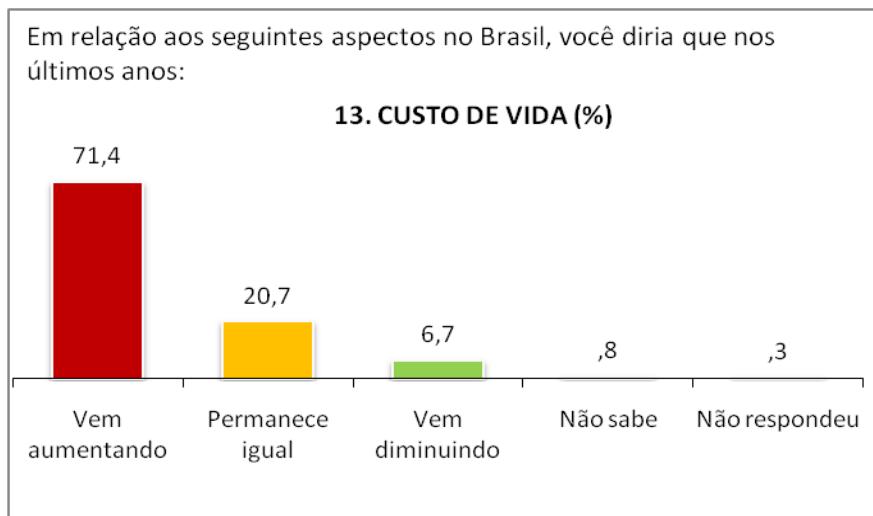
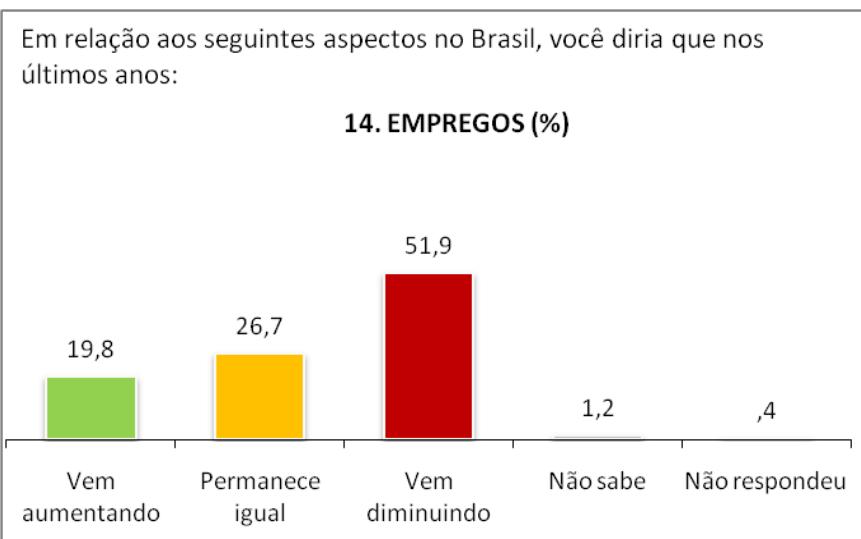
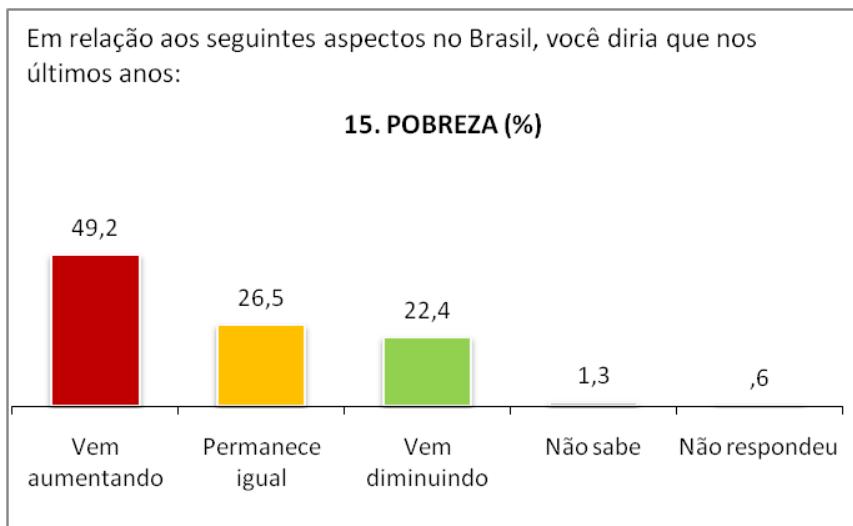


FIGURA 2.8 - Percepção da evolução do emprego nos últimos anos**FIGURA 2.9 - Percepção da evolução da pobreza nos últimos anos**

Nas regiões Norte e Nordeste foram encontradas proporções relativamente maiores de avaliações positivas sobre a melhoria salarial nos últimos anos. Na região Norte 59,5% da população acredita que os salários têm aumentado nos últimos anos e na região Nordeste 58,9%. Essas duas regiões

diferem significativamente das demais regiões nesse aspecto, sendo a região Sudeste aquela que apresentou menor proporção de percepção de aumento salarial (39,7%).

Na região Sul houve maior proporção relativa da percepção de elevação do custo de vida: 76,6% afirmaram que o custo de vida vem aumentando nos últimos anos, apresentando diferença significativa em relação à região Nordeste (68,1%), que apresentou o percentual mais elevado entre as regiões.

Na região Centro-Oeste proporção relativamente menor acredita no aumento da pobreza no país (34,5%), enquanto na região Sudeste este percentual alcançou 53,2%, e na região Sul 51,6%.

Acreditam que os empregos vêm aumentando nos últimos anos no país em maior proporção os entrevistados da região Norte (27,8%). Na região Sul apenas 14,6% acreditam que o número de empregos tem aumentado nos últimos anos, enquanto na região Centro-Oeste esse percentual é de 18,7% e no Sudeste 18,8%.

TABELA 2.5 – Percepção da evolução dos salários, custo de vida, empregos e pobreza no Brasil nos últimos anos, por região geográfica

EM RELAÇÃO AOS SEGUINTE ASPECTOS NO BRASIL, VOCÊ DIRIA QUE NOS ULTIMOS ANOS	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Salários										
Vem aumentando	229	59,5	430	58,9	397	39,7	230	46,0	192	49,9
Permanece igual	108	28,1	201	27,5	350	35,0	129	25,8	127	33,0
Vem diminuindo	45	11,7	88	12,1	246	24,6	139	27,8	63	16,4
Não sabe/Não respondeu	3	,8	11	1,5	7	,7	2	,4	3	,8
Custo de vida										
Vem aumentando	276	71,7	497	68,1	714	71,4	383	76,6	278	72,2
Permanece igual	74	19,2	172	23,6	218	21,8	62	12,4	88	22,9
Vem diminuindo	29	7,5	52	7,1	58	5,8	48	9,6	16	4,2
Não sabe/Não respondeu	6	1,6	9	1,2	10	1,0	7	1,4	3	,8
Empregos										
Vem aumentando	107	27,8	165	22,6	188	18,8	73	14,6	72	18,7
Permanece igual	87	22,6	207	28,4	252	25,2	126	25,2	144	37,4
Vem diminuindo	176	45,7	343	47,0	553	55,3	293	58,6	158	41,0
Não sabe/Não respondeu	15	3,9	15	2,1	7	,7	8	1,6	11	2,9
Pobreza										
Vem aumentando	165	42,9	341	46,7	532	53,2	258	51,6	133	34,5
Permanece igual	98	25,5	196	26,8	258	25,8	127	25,4	130	33,8
Vem diminuindo	107	27,8	180	24,7	198	19,8	101	20,2	112	29,1
Não sabe/Não respondeu	15	3,9	13	1,8	12	1,2	14	2,8	10	2,6
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

Perceberam, em maior proporção, a elevação salarial as classes D/E (63,3%) e, em menor proporção, as classes A/B (41,0%). Houve menor proporção da percepção de que os empregos estão aumentando nas classes D/E (17,2%). Houve maior proporção relativa da percepção de elevação do custo de vida nas classes A/B (73,6%). Acreditam que a pobreza vem aumentando nos últimos anos no país em maior proporção os entrevistados da classe C (50,3%).

TABELA 2.6 – Percepção da evolução dos salários, custo de vida, empregos e pobreza no Brasil nos últimos anos, por classe

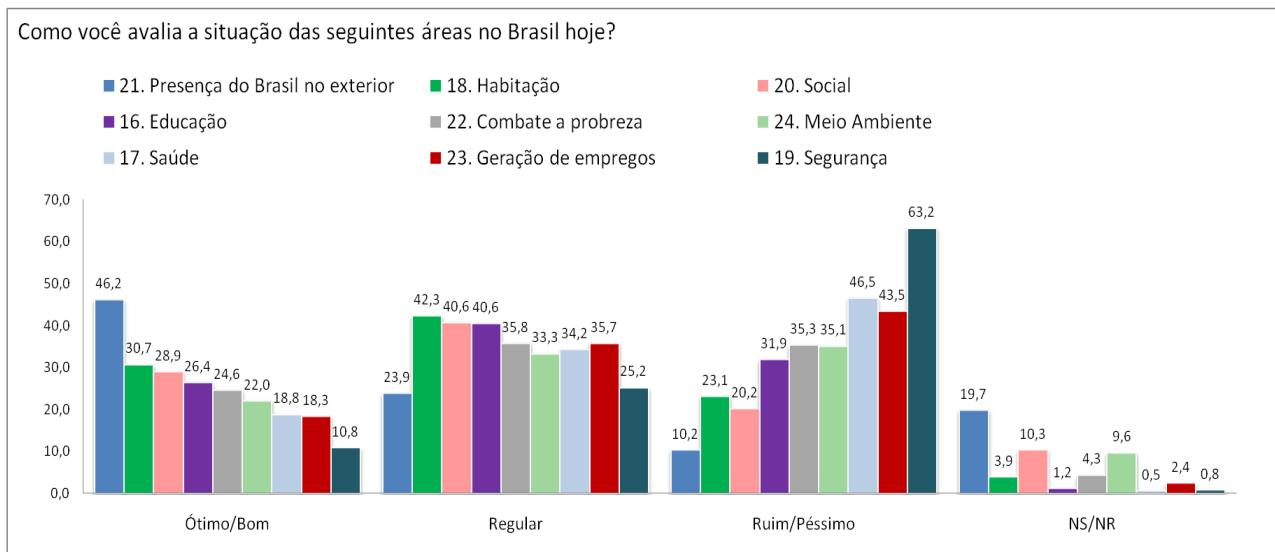
EM RELAÇÃO AOS SEGUINTE ASPECTOS NO BRASIL, VOCÊ DIRIA QUE NOS ULTIMOS ANOS	Classe Social (%)			
	A/B	C	D/E	Total
Salários				
Vem aumentando	41,0	48,5	63,3	47,9
Permanece igual	33,8	30,6	25,2	31,0
Vem diminuindo	24,8	20,1	9,5	20,3
Não sabe/Não respondeu	0,5	0,8	2,0	0,9
Custo de vida				
Vem aumentando	73,6	69,7	70,2	71,4
Permanece igual	18,5	22,5	21,9	20,7
Vem diminuindo	7,1	6,9	5,4	6,7
Não sabe/Não respondeu	0,8	0,9	2,5	1,1
Empregos				
Vem aumentando	20,3	20,3	17,2	19,8
Permanece igual	25,2	26,5	30,8	26,7
Vem diminuindo	53,6	51,3	49,3	51,9
Não sabe/Não respondeu	0,8	1,9	2,6	1,6
Pobreza				
Vem aumentando	48,7	50,3	47,5	49,2
Permanece igual	27,0	25,4	28,4	26,5
Vem diminuindo	22,7	22,3	21,7	22,4
Não sabe/Não respondeu	1,6	2,0	2,3	1,9
Total	100,0	100,0	100	100,0

A avaliação setorial indicou a percepção da situação do país por áreas consideradas nesta pesquisa. Maior proporção de avaliações positivas foi encontrada na área da presença do Brasil no Exterior: 46,2% avaliaram como ótima ou boa esta situação e apenas 10,2% a avaliaram como ruim ou péssima. Por outro lado, destacou-se negativamente a área da segurança. A situação da segurança foi avaliada positivamente por apenas 10,8% da população, enquanto que 63,2% consideram esta situação como ruim ou péssima.

A mesma tendência foi observada nas áreas da saúde, geração de empregos e meio ambiente. A situação da saúde no Brasil foi considerada

ótima ou boa por apenas 18,8%, enquanto 46,5% consideram a situação dessa área ruim ou péssima. A geração de empregos foi avaliada positivamente por 18,3% da população, enquanto 43,5% avaliaram a situação dessa área como ruim ou péssima. A situação do meio ambiente foi considerada boa ou ótima por 22,0%, enquanto 35,1% avaliaram negativamente esta situação.

FIGURA 2.10 – Avaliação setorial comparativa da situação do Brasil na atualidade



A avaliação da situação atual das áreas pesquisadas por região apresentou algumas diferenças regionais significativas.

As regiões Sul e Nordeste diferem significativamente das demais regiões na avaliação da área da saúde, possuindo os maiores percentuais de avaliação positiva (25,2% e 21,9%, respectivamente).

Na área da habitação a região Centro-Oeste difere significativamente das demais regiões na avaliação bom/ótimo (50,1%). Na região Norte apenas 23,6% da população considera a situação da habitação no país boa ou ótima, diferindo das demais regiões.

A geração de empregos foi avaliada negativamente na região Centro-Oeste por apenas 26,5%, diferindo significativamente das demais regiões (cerca de 40,0%).

TABELA 2.7 – Avaliação setorial da situação do Brasil na atualidade por região

AVALIAÇÃO DAS SEGUINTE ÁREAS NO BRASIL	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Educação										
Ótima	19	4,9	43	5,9	16	1,6	8	1,6	16	4,2
Boa	92	23,9	193	26,4	193	19,3	139	27,8	99	25,7
Regular	136	35,3	292	40,0	400	40,0	222	44,4	166	43,1
Ruim	90	23,4	85	11,6	209	20,9	74	14,8	59	15,3
Péssima	44	11,4	107	14,7	175	17,5	47	9,4	39	10,1
Não sabe/Não respondeu	4	1,0	10	1,4	7	,7	10	2,0	6	1,6
Saúde										
Ótimo	3	,8	17	2,3	10	1,0	13	2,6	4	1,0
Bom	52	13,5	143	19,6	152	15,2	113	22,6	49	12,7
Regular	122	31,7	249	34,1	325	32,5	194	38,8	148	38,4
Ruim	85	22,1	126	17,3	239	23,9	91	18,2	102	26,5
Péssimo	122	31,7	190	26,0	272	27,2	82	16,4	81	21,0
Não sabe/Não respondeu	1	,3	5	,7	2	,2	7	1,4	1	,3
Habitação										
Ótimo	13	3,4	17	2,3	14	1,4	11	2,2	20	5,2
Bom	78	20,3	190	26,0	263	26,3	179	35,8	173	44,9
Regular	205	53,2	317	43,4	433	43,3	183	36,6	125	32,5
Ruim	46	11,9	101	13,8	170	17,0	72	14,4	39	10,1
Péssimo	34	8,8	65	8,9	93	9,3	23	4,6	21	5,5
Não sabe/Não respondeu	9	2,3	40	5,5	27	2,7	32	6,4	7	1,8
Segurança										
Ótimo	2	,5	8	1,1	5	,5	7	1,4	2	,5
Bom	33	8,6	90	12,3	89	8,9	46	9,2	43	11,2
Regular	119	30,9	172	23,6	243	24,3	125	25,0	122	31,7
Ruim	89	23,1	164	22,5	280	28,0	146	29,2	121	31,4
Péssimo	139	36,1	288	39,5	380	38,0	168	33,6	94	24,4
Não sabe/Não respondeu	3	,8	8	1,1	3	,3	8	1,6	3	,8
Social										
Ótimo	9	2,3	20	2,7	15	1,5	7	1,4	19	4,9
Bom	75	19,5	159	21,8	264	26,4	177	35,4	145	37,7
Regular	194	50,4	274	37,5	436	43,6	173	34,6	140	36,4
Ruim	44	11,4	86	11,8	142	14,2	56	11,2	41	10,6
Péssimo	31	8,1	59	8,1	87	8,7	26	5,2	9	2,3
Não sabe/Não respondeu	32	8,3	132	18,1	56	5,6	61	12,2	31	8,1
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

AVALIAÇÃO DAS SEGUINTE ÁREAS NO BRASIL	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%
Presença do Brasil no exterior										
Ótimo	38	9,9	45	6,2	73	7,3	35	7,0	52	13,5
Bom	156	40,5	214	29,3	410	41,0	218	43,6	176	45,7
Regular	104	27,0	173	23,7	243	24,3	118	23,6	73	19,0
Ruim	17	4,4	31	4,2	84	8,4	35	7,0	24	6,2
Péssimo	11	2,9	29	4,0	44	4,4	8	1,6	8	2,1
Não sabe/Não respondeu	55	14,3	227	31,1	138	13,8	78	15,6	46	11,9
Combate a pobreza										
Ótimo	11	2,9	24	3,3	14	1,4	10	2,0	7	1,8
Bom	84	21,8	166	22,7	187	18,7	131	26,2	146	37,9
Regular	142	36,9	275	37,7	338	33,8	195	39,0	127	33,0
Ruim	81	21,0	108	14,8	279	27,9	107	21,4	64	16,6
Péssimo	56	14,5	105	14,4	152	15,2	39	7,8	22	5,7
Não sabe/Não respondeu	11	2,9	52	7,1	30	3,0	18	3,6	19	4,9
Geração de empregos										
Ótimo	4	1,0	11	1,5	11	1,1	7	1,4	8	2,1
Bom	91	23,6	135	18,5	157	15,7	70	14,0	76	19,7
Regular	132	34,3	255	34,9	339	33,9	190	38,0	181	47,0
Ruim	97	25,2	169	23,2	293	29,3	160	32,0	69	17,9
Péssimo	54	14,0	131	17,9	189	18,9	59	11,8	33	8,6
Não sabe/Não respondeu	7	1,8	29	4,0	11	1,1	14	2,8	18	4,7
Meio Ambiente										
Ótimo	11	2,9	11	1,5	17	1,7	9	1,8	7	1,8
Bom	65	16,9	98	13,4	250	25,0	102	20,4	74	19,2
Regular	152	39,5	235	32,2	334	33,4	153	30,6	138	35,8
Ruim	64	16,6	134	18,4	202	20,2	113	22,6	97	25,2
Péssimo	67	17,4	122	16,7	137	13,7	76	15,2	49	12,7
Não sabe/Não respondeu	26	6,8	130	17,8	60	6,0	47	9,4	20	5,2
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

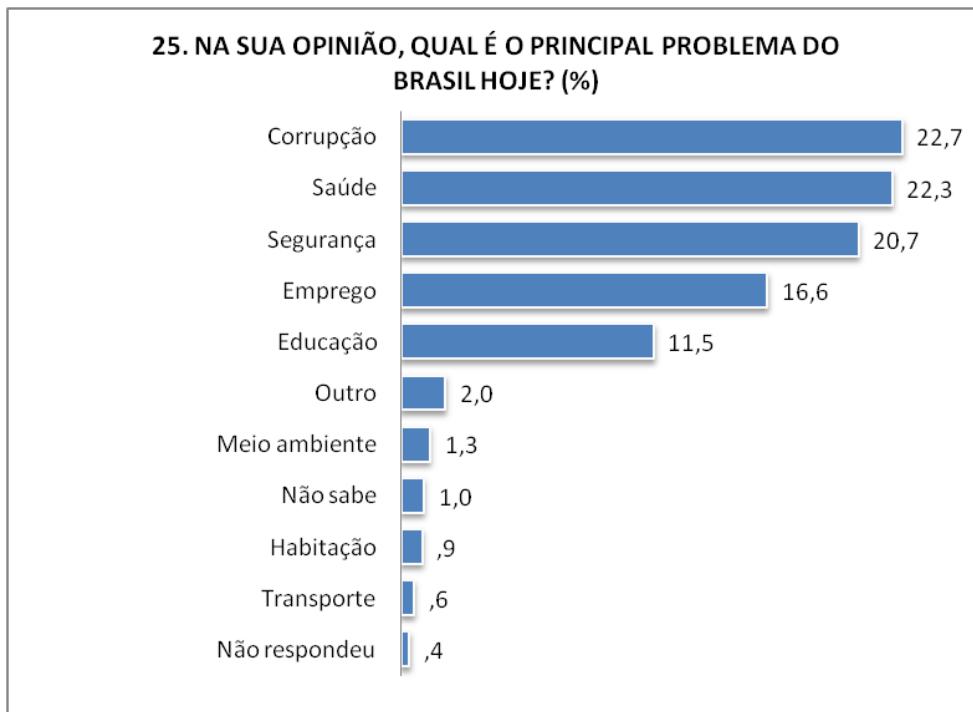
O exame por classe indicou proporções relativamente maiores de avaliações negativas das classes A/B nas áreas da segurança, saúde, educação, habitação e meio ambiente, diferindo especialmente dos percentuais das classes D/E. A proporção de avaliação negativa nas classes D/E foi maior no problema do desemprego. A presença do Brasil no exterior foi avaliada positivamente em maior proporção pelas classes A/B.

TABELA 2.8 – Avaliação setorial da situação do Brasil na atualidade por classe

AVALIAÇÃO DAS SEGUINTE ÁREAS NO BRASIL	Classe Social			
	A/B	C	D/E	Total
Educação				
Ótimo	1,4	2,9	8,0	3,2
Bom	17,6	25,8	30,9	23,3
Regular	39,0	42,2	40,4	40,6
Ruim	22,6	15,0	10,1	17,3
Péssimo	19,0	12,6	8,7	14,6
Não sabe/Não respondeu	0,4	1,5	2,1	1,2
Saúde				
Ótimo	0,8	1,9	2,7	1,6
Bom	13,1	17,6	26,1	17,2
Regular	33,7	35,1	33,4	34,2
Ruim	25,3	19,5	16,3	21,3
Péssimo	26,8	25,4	20,3	25,1
Não sabe/Não respondeu	0,3	0,4	1,3	0,5
Habitação				
Ótimo	1,2	3,1	2,3	2,2
Bom	27,4	29,8	28,0	28,5
Regular	42,0	42,3	42,8	42,3
Ruim	17,1	13,9	12,2	14,9
Péssimo	10,0	6,6	7,6	8,2
Não sabe/Não respondeu	2,2	4,3	7,2	3,9
Segurança				
Ótimo	0,5	1,0	1,2	0,8
Bom	7,2	10,7	15,2	10,0
Regular	23,8	27,4	23,1	25,2
Ruim	28,6	24,7	26,4	26,6
Péssimo	39,4	35,5	32,8	36,6
Não sabe/Não respondeu	0,6	0,7	1,4	0,8
Social				
Ótimo	1,8	2,0	3,2	2,1
Bom	26,9	28,8	21,5	26,8
Regular	42,0	41,8	34,2	40,6
Ruim	15,7	10,5	10,5	12,7
Péssimo	8,0	7,6	6,1	7,5
Não sabe/Não respondeu	5,5	9,3	24,5	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

AVALIAÇÃO DAS SEGUINTE ÁREAS NO BRASIL	Classe Social			
	A/B	C	D/E	Total
Presença do Brasil no exterior				
Ótimo	9,5	7,1	4,1	7,6
Bom	46,4	36,7	24,3	38,6
Regular	24,8	24,3	20,4	23,9
Ruim	6,9	7,1	4,9	6,7
Péssimo	3,4	4,0	2,9	3,6
Não sabe/Não respondeu	9,1	20,7	43,4	19,7
Combate a pobreza				
Ótimo	1,8	1,8	3,7	2,1
Bom	22,6	22,4	22,3	22,5
Regular	37,8	34,4	34,4	35,8
Ruim	22,8	23,9	16,4	22,2
Péssimo	13,3	13,1	12,9	13,2
Não sabe/Não respondeu	1,8	4,4	10,2	4,3
Geração de empregos				
Ótimo	1,1	1,7	0,9	1,3
Bom	16,7	18,8	13,4	17,0
Regular	38,7	34,3	32,0	35,7
Ruim	26,7	25,4	31,8	27,0
Péssimo	15,1	17,9	16,6	16,5
Não sabe/Não respondeu	1,7	1,9	5,5	2,4
Meio Ambiente				
Ótimo	1,6	2,3	0,7	1,8
Bom	20,3	22,1	15,5	20,3
Regular	35,6	31,9	30,9	33,3
Ruim	23,6	18,3	16,5	20,2
Péssimo	14,2	16,3	13,2	14,9
Não sabe/Não respondeu	4,8	9,0	23,1	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Os principais problemas do país apontados pelos entrevistados foram a corrupção (22,7%), saúde (22,3%), segurança (20,7%), emprego (16,6%) e educação (11,5%).

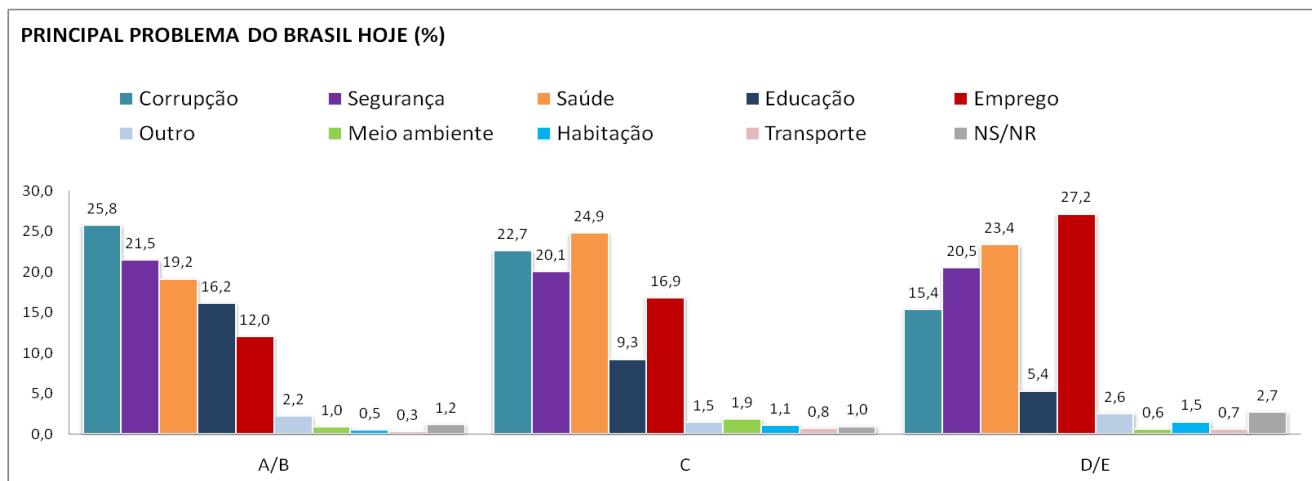
FIGURA 2.11 – Principais problemas do país na atualidade

A análise por região dos principais problemas do Brasil aponta algumas diferenças. A região Nordeste, apesar de apresentar um dos melhores índices na avaliação positiva da área da saúde, difere significativamente das demais regiões, ao indicar a saúde como o principal problema do país atualmente por 27,3% da população. A segurança foi apontada como principal problema do país em maior proporção pela população da região Sul (26,4%), diferindo significativamente das demais regiões. A corrupção foi lembrada como o principal problema do país pelas populações das regiões Centro-Oeste (34,8%) e Norte (29,1%). Na região Nordeste a corrupção foi apontada como principal problema do país por 16,7%, sendo o menor percentual entre as regiões. O emprego foi lembrado em menor proporção como principal problema do país pela população da região Centro-Oeste (8,6%), diferindo significativamente das demais regiões.

TABELA 2.9 – Principal problema do país, por região

PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
Saúde	89	23,1	199	27,3	201	20,1	97	19,4	87	22,6
Educação	39	10,1	56	7,7	150	15,0	45	9,0	39	10,1
Habitação	7	1,8	5	,7	11	1,1	4	,8	1	,3
Transporte	3	,8	3	,4	7	,7	2	,4	2	,5
Segurança	61	15,8	155	21,2	197	19,7	132	26,4	70	18,2
Corrupção	112	29,1	122	16,7	235	23,5	113	22,6	134	34,8
Emprego	54	14,0	150	20,5	158	15,8	85	17,0	33	8,6
Meio ambiente	6	1,6	6	,8	15	1,5	5	1,0	8	2,1
Outro	9	2,3	20	2,7	16	1,6	11	2,2	3	,8
Não sabe/Não respondeu	5	1,3	14	1,9	10	1,0	6	1,2	8	2,1
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

O exame dos dados por classe indicou proporção significativamente maior do desemprego como principal problema para as classes D/E (27,2%), enquanto as proporções deste problema correspondem a 12,0% nas classes A/B e a 16,9% na classe C. Para as classes A/B o principal problema do país é a corrupção (25,8%), sendo menores as proporções relativas a este problema nas classes D/E (15,4%) e C (22,7%).

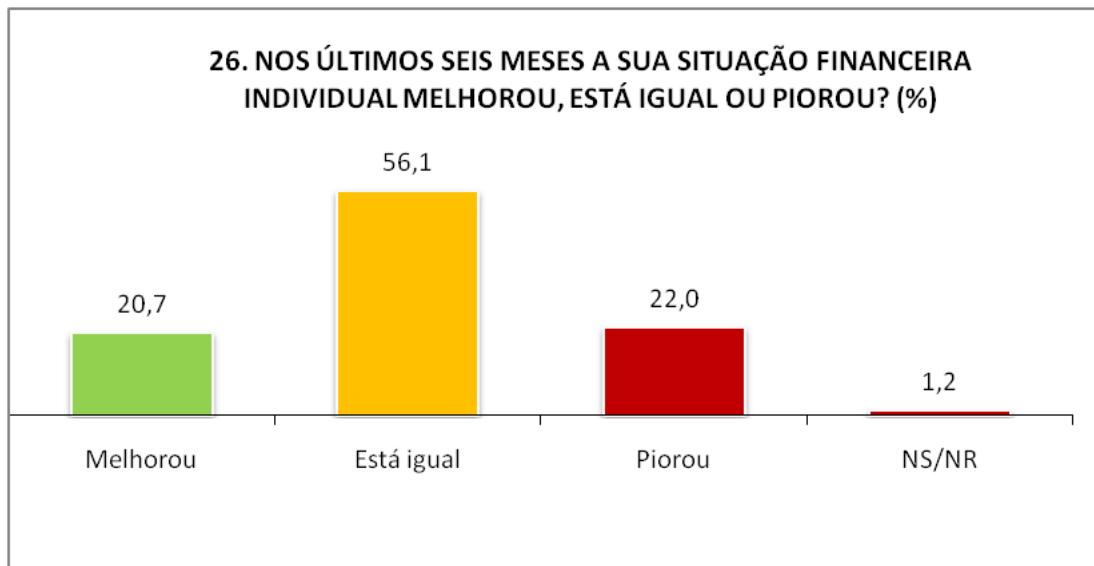
FIGURA 2.12 – Principais problemas do Brasil na atualidade por classe

3. CRISE ECONÔMICA

A situação financeira da maioria da população brasileira não se alterou nos últimos seis meses: 56,1% afirmaram que a sua situação está igual. Foram semelhantes as proporções relativas àqueles que perceberam melhorar ou piorar a sua situação financeira individual (20,7% e 22,0%, respectivamente).

A grande maioria (76,8%) percebeu a sua situação financeira como igual ou melhor nos últimos seis meses. Assim, a crise mundial, não afetou, de forma perceptível, a situação financeira individual dos brasileiros no cotidiano.

FIGURA 3.1 – Situação financeira individual



Esta conclusão decorrente da avaliação da situação financeira individual foi corroborada pela avaliação de como a crise está afetando a vida dos brasileiros: 37,9% dos entrevistados afirmaram que a crise econômica internacional não está afetando sua vida. Estão adotando medidas preventivas para a crise 39,2%; estão reduzindo os gastos e economizando 26,7% e afirmam que a família está gastando menos 12,5%. Assim, para a grande maioria (77,1%) a crise não está afetando ou a notícia da sua existência provocou comportamento preventivo. O cruzamento de dados mostrou que

grande parte dos entrevistados que consideram a sua situação financeira individual igual ou melhor afirmou que a crise não está afetando a sua vida ou que estão tomando medidas preventivas.

A crise provocou efeitos diretos na situação de profissionais liberais, autônomos e empresários que perderam clientes (7,1%), desempregados que não conseguem nova colocação (5,2%) e de empregados que perderam o emprego (2,6%), totalizando 14,9%.

FIGURA 3.2 – Efeitos da crise na vida da população

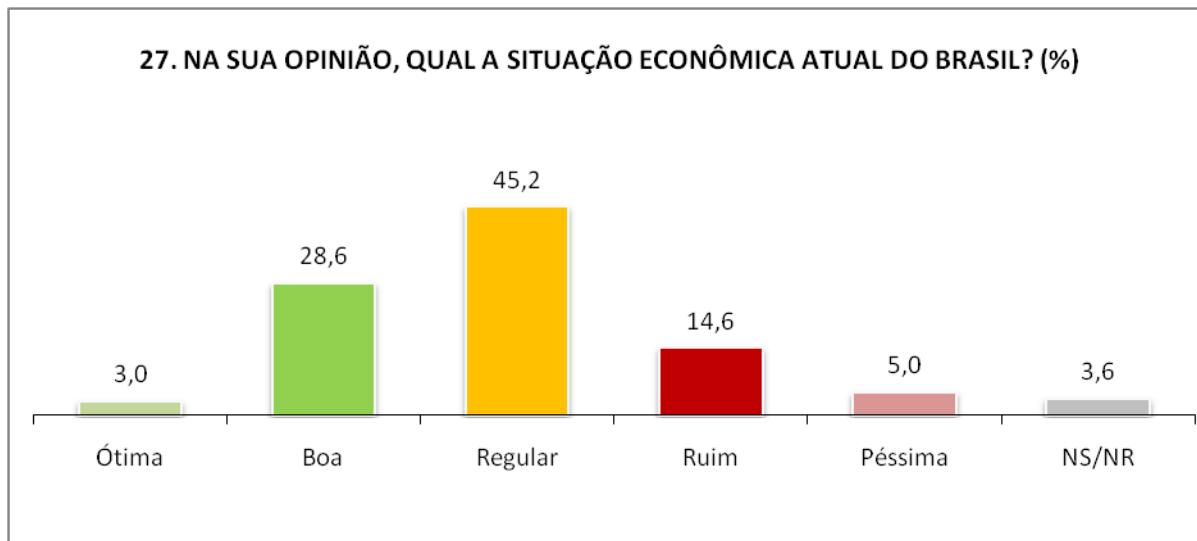


A avaliação de que a crise não está afetando a vida foi significativamente mais elevada na região Sul (44,2%), diferindo das demais regiões, nas quais essa avaliação corresponde aos percentuais situados entre 35,1% e 37,9%.

TABELA 3.1 – Efeitos da crise na vida da população por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
COMO A CRISE ESTÁ AFETANDO A VIDA										
Não está afetando	136	35,3	277	37,9	365	36,5	221	44,2	135	35,1
Reduciu gastos e compras, está poupando	102	26,5	161	22,1	323	32,3	112	22,4	69	17,9
Perdeu o emprego	10	2,6	21	2,9	27	2,7	8	1,6	11	2,9
Não consegue arrumar emprego	19	4,9	84	11,5	19	1,9	17	3,4	24	6,2
Perdeu clientes	48	12,5	33	4,5	67	6,7	57	11,4	20	5,2
Sua família está gastando menos	38	9,9	69	9,5	139	13,9	63	12,6	69	17,9
Outra	17	4,4	19	2,6	41	4,1	14	2,8	39	10,1
Não sabe/Não respondeu	15	3,9	66	9,0	19	1,9	8	1,6	18	4,7

Na avaliação da atual situação econômica do país destacou-se o conceito regular (45,2%), sendo mais elevadas as avaliações positivas (31,6%) do que as negativas (19,6%).

FIGURA 3.3 – Situação econômica atual do país

Entre os motivos dessa avaliação, destacou-se a atuação do Governo Federal como o principal fator, tanto para a avaliação positiva, quanto para a avaliação negativa. Porém, a proporção que atribuiu conotação positiva à

atuação do Governo Federal (58,0%) foi significativamente maior do que a proporção que atribuiu conotação negativa (37,5%).

A crise econômica mundial despontou como o segundo principal motivo nos dois casos: em maior proporção (37,5%) como motivo para explicar a situação ruim ou péssima da economia brasileira na atualidade e, em menor proporção (7,7%) como um fator diferencial positivo, já que a crise provocou o enfraquecimento das economias mundiais tradicionais dominantes, abrindo espaços para os países emergentes.

TABELA 3.2 – Motivos atribuídos à avaliação da situação econômica do país

Motivo da avaliação bom/ótimo	%	Motivos avaliação regular	%
Atuação do Governo Federal	58,0	Crise Econômica Internacional	31,2
Crise Econômica Internacional	7,7	Atuação do Governo Federal	31,1
Histórico da Economia Brasileira	7,2	Histórico da Economia Brasileira	9,0
Comércio Internacional	5,3	Atuação dos Empresários	5,1
Atuação dos Empresários	4,6	Comércio Internacional	1,7
Outro	7,2	Outro	9,3
Não sabe	10,0	Não sabe	12,6
Total	100,0	Total	100,0
Motivo da avaliação ruim/péssimo	%		
Atuação do Governo Federal	37,5		
Crise Econômica Internacional	27,8		
Histórico da Economia Brasileira	7,1		
Atuação dos Empresários	3,5		
Comércio Internacional	1,4		
Outro	11,2		
Não sabe	11,4		
Total	100,0		

A avaliação por região indicou maior índice de avaliação positiva na região Centro-Oeste (43,4%), diferindo-a significativamente das demais regiões, nas quais a avaliação boa/ótima atingiu índices em torno de 30,0%.

TABETA 3.3 - Motivos atribuídos à avaliação da situação econômica do país por região

	Região Geográfica							
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul	
	n	%	n	%	n	%	n	%
SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL DO BRASIL								
Ótima	32	8,3	34	4,7	14	1,4	7	1,4
Boa	86	22,3	189	25,9	287	28,7	157	31,4
Regular	166	43,1	325	44,5	462	46,2	242	48,4
Ruim	66	17,1	87	11,9	164	16,4	70	14,0
Péssima	20	5,2	50	6,8	50	5,0	15	3,0
Não sabe/Não respondeu	15	3,9	45	6,2	23	2,3	9	1,8
MOTIVO DA AVALIAÇÃO POSITIVA								
Atuação do Governo Federal	81	68,6	127	57,0	166	55,1	94	57,3
Atuação dos Empresários Histórico da Economia Brasileira	2	1,7	9	4,0	19	6,3	7	4,3
Comércio Internacional	8	6,8	15	6,7	22	7,3	15	9,1
Outro	4	3,4	8	3,6	22	7,3	8	4,9
Não sabe/Não respondeu	10	8,5	8	3,6	24	8,0	15	9,1
Total ótimo/bom	13	11,0	56	25,1	48	15,9	25	15,2
	118	100,0	223	100,0	301	100,0	164	100,0
MOTIVO DA AVALIAÇÃO NEGATIVA								
Atuação do Governo Federal	41	47,7	52	38,0	79	36,9	28	32,9
Crise Econômica Internacional	22	25,6	22	16,1	67	31,3	31	36,5
Atuação dos Empresários Histórico da Economia Brasileira	1	1,2	8	5,8	8	3,7	0	,0
Comércio Internacional	5	5,8	10	7,3	19	8,9	1	1,2
Outro	0	,0	2	1,5	4	1,9	1	1,2
Não sabe/Não respondeu	10	11,6	15	10,9	21	9,8	13	15,3
Total ruim/péssimo	7	8,1	28	20,4	16	7,5	11	12,9
	86	100,0	137	100,0	214	100,0	85	100,0
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0
							385	100,0

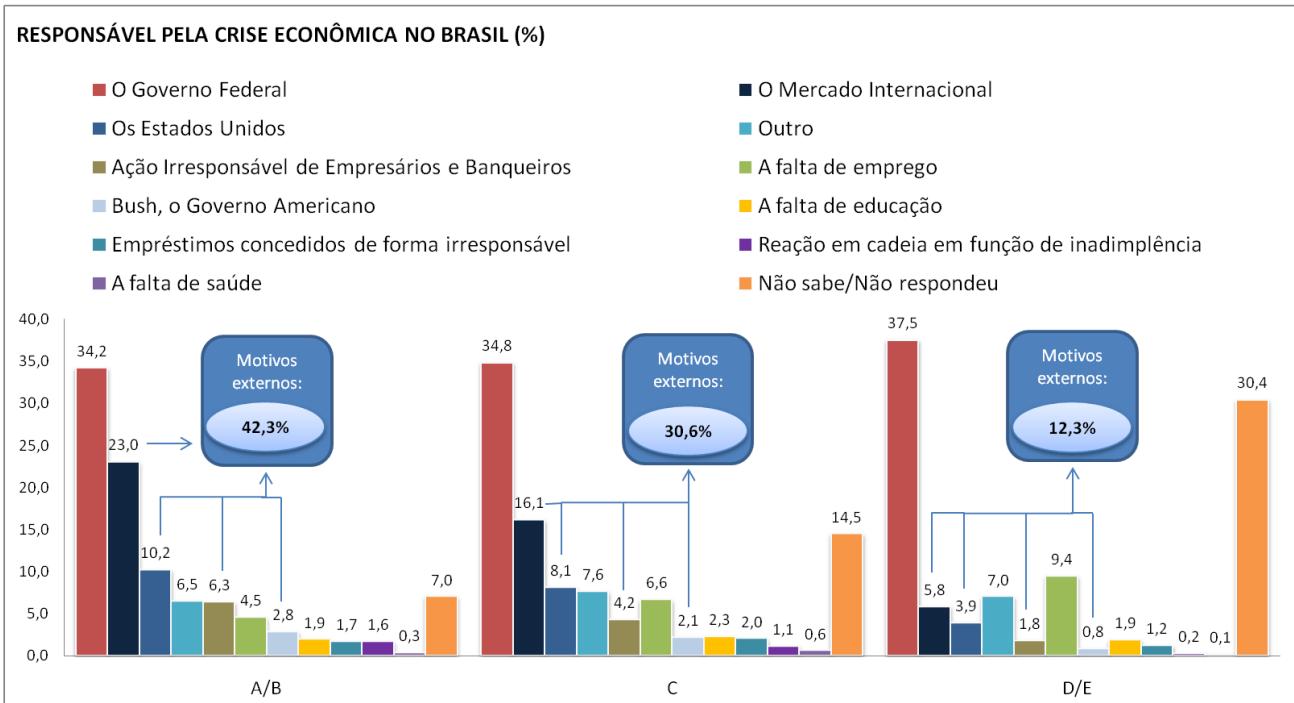
O Governo Federal foi apontado por 35,0% como o principal responsável pela atual crise econômica no país. Proporção levemente inferior (32,3%) foi encontrada através da soma dos percentuais relativos aos fatores externos que responsabilizam o mercado internacional e, particularmente os Estados Unidos e seus agentes governamentais e financeiros (mercado

internacional, Estados Unidos, Governo Bush, e a ação irresponsável de empresários e banqueiros).

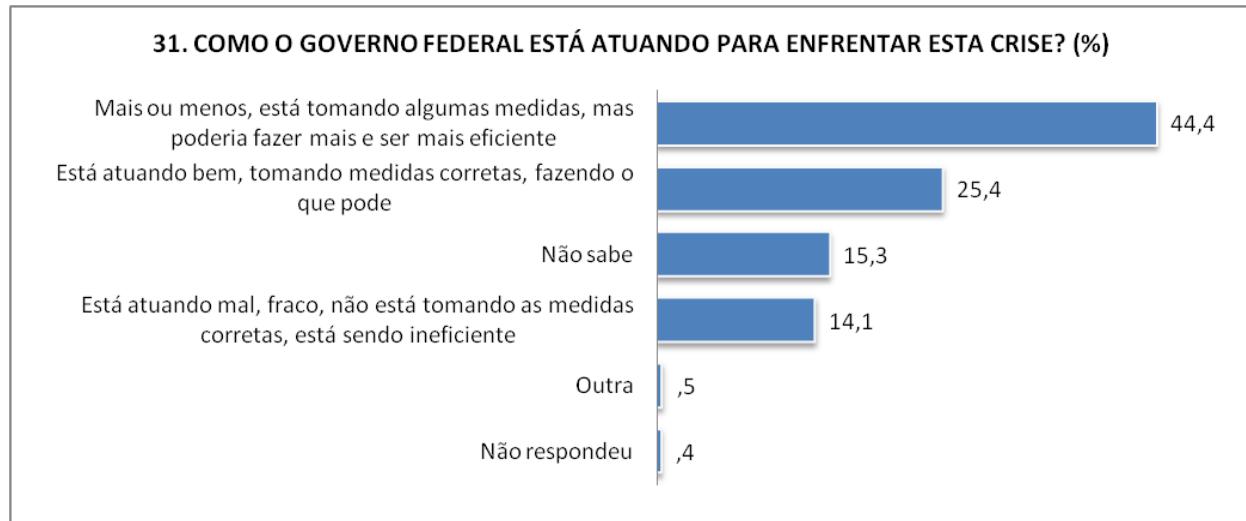
FIGURA 3.4 – Responsável pela crise econômica no Brasil



As avaliações por classificação sócio-econômica indicaram maior nível de compreensão da relevância dos fatores externos como responsáveis pela atual crise nas classes A/B (42,3%) e menor compreensão nas classes D/E (12,3%). Nestas classes de menor poder aquisitivo também foi observada elevada proporção de desconhecimento sobre o assunto (30,4%).

FIGURA 3.5 – Responsável pela crise econômica no Brasil, por classe

Em consonância com a avaliação de que o Governo Federal é o principal responsável pela crise econômica no Brasil, parte importante dos entrevistados manifestou desconfiança sobre a eficiência do Governo em enfrentar a crise. Acreditam que o Governo está atuando de forma razoável, está tomando algumas medidas, mas que poderia fazer mais e ser mais eficiente no enfrentamento à atual crise 44,4% dos entrevistados e consideram que o Governo está atuando mal 14,1%. Entendem que o Governo Federal está atuando bem, tomando medidas corretas e fazendo o que pode 25,4% dos entrevistados.

FIGURA 3.6 – Avaliação da atuação do Governo frente à crise

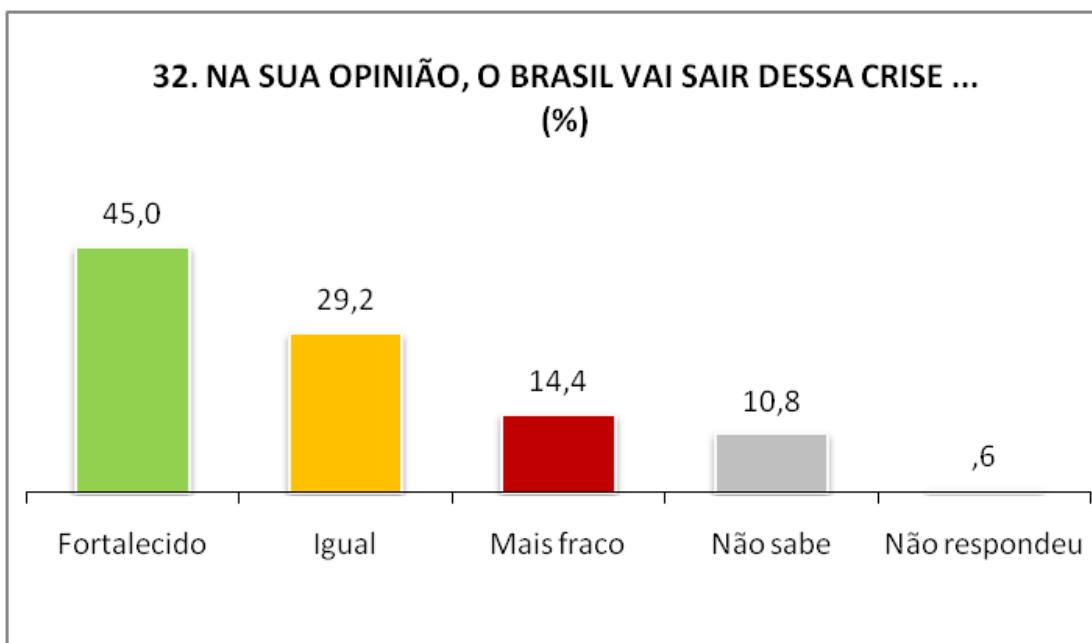
A avaliação da atuação do Governo Federal diante da crise evidencia contrastes regionais. Na região Centro-Oeste 33,8% da população acredita que o Governo Federal está atuando bem diante da crise econômica internacional, enquanto a região Sul apresenta o mais baixo percentual de avaliação positiva da população em relação à atuação do Governo diante da crise (19,0%).

TABELA 3.4 - Avaliação da atuação do Governo frente à crise, por região

ATUAÇÃO DO GOVERNO PARA ENFRENTAR A CRISE	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Está atuando bem, tomando medidas corretas, fazendo o que pode	108	28,1	189	25,9	255	25,5	95	19,0	130	33,8
Mais ou menos, está tomando algumas medidas, mas poderia fazer mais	145	37,7	256	35,1	472	47,2	278	55,6	171	44,4
Está atuando mal, fraco, não está tomando as medidas corretas	64	16,6	84	11,5	165	16,5	60	12,0	39	10,1
Outra	0,0	0,0	2	0,3	6	0,6	1	0,2	5	1,3
Não sabe/Não respondeu	68	17,7	199	27,3	102	10,2	66	13,2	40	10,4
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

Embora haja desconfiança em relação à eficácia da atuação do Governo, foi manifestado forte otimismo da população em relação ao futuro da atual crise econômica. Para 45,0% dos entrevistados o Brasil vai sair dessa crise fortalecido e 29,2% acreditam que o país permanecerá igual, enquanto apenas 14,4% afirmam que o país resultará enfraquecido.

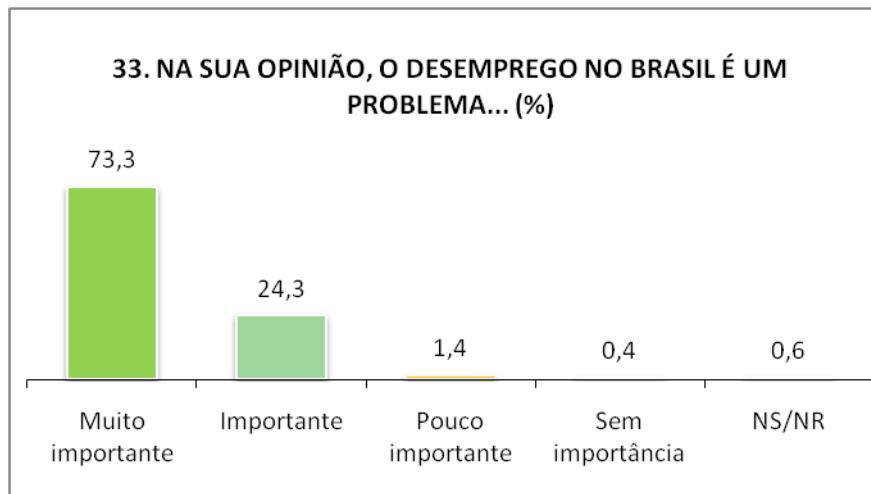
FIGURA 3.7 – Resultado da crise no Brasil



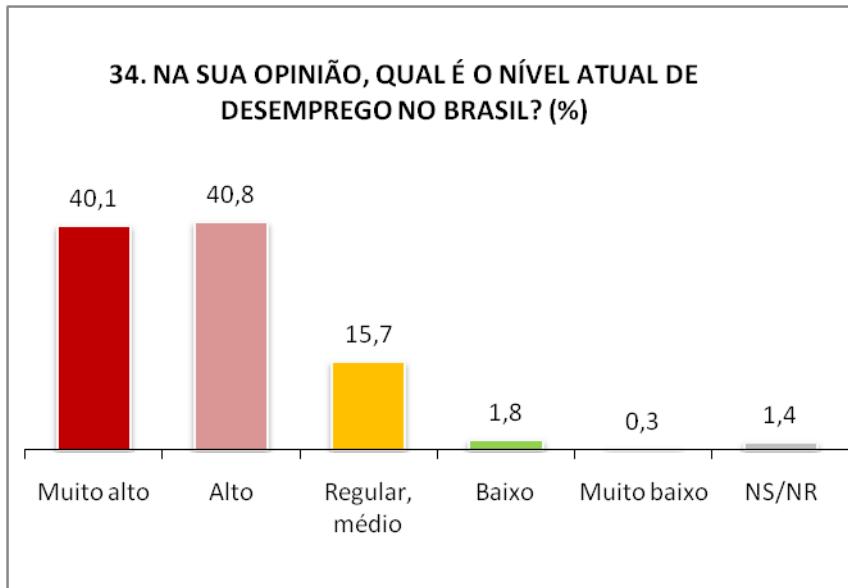
4. EMPREGO

O problema do desemprego no Brasil foi apontado por 73,3% da população como muito importante e por 24,3% como importante, totalizando 97,6% da população que considera relevante este aspecto no cenário brasileiro da atualidade.

FIGURA 4.1 – Importância atribuída ao problema do desemprego no Brasil



Além de considerar um problema relevante, a maioria dos entrevistados entende que o atual nível de desemprego no país está alto (40,8%) ou muito alto (40,1%), totalizando 80,9% que consideram insatisfatória a quantidade atual de empregos no país.

FIGURA 4.2 – Nível de desemprego no Brasil

Entre aqueles que consideram o nível atual de desemprego no país alto/muito alto, 23,0% acreditam que o principal motivo desta situação é a falta de oportunidades do mercado de trabalho, 21,4% responsabilizam a crise internacional e outros 20,2% o Governo Federal.

TABELA 4.1 – Motivos da avaliação do nível de desemprego

Motivos da avaliação do nível de desemprego	%
A falta de oportunidades do mercado de trabalho	23,0
Crise econômica internacional	21,4
Administração do Governo Federal	20,2
A falta de qualificação da população	12,1
Os altos encargos/impostos trabalhistas	8,3
Atuação dos empresários	5,8
Outro	3,1
Não sabe	6,1
Total	100,0

A percepção de que a crise econômica internacional é o fator responsável pelo alto desemprego no país foi menor na região Nordeste (11,7%), diferindo significativamente das demais regiões, nas quais o percentual de atribuição a esse fator foram superiores a 20,0%, alcançando 26,1% na região Sudeste. Outra opinião que apresenta divergência regional estatisticamente significante em relação ao causador do alto desemprego no país é a opção altos encargos trabalhistas. Enquanto nas regiões Sul e Sudeste 10,8% e 9,9%, respectivamente, apontam esse fator como causa do alto desemprego no país, nas demais regiões esse percentual não ultrapassa os 6,4%.

TABELA 4.2 – Nível de desemprego e motivos por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
O NÍVEL ATUAL DE DESEMPREGO NO BRASIL ESTÁ...										
Muito alto	106	27,5	357	48,9	406	40,6	147	29,4	151	39,2
Alto	163	42,3	259	35,5	415	41,5	243	48,6	146	37,9
Regular/médio	92	23,9	81	11,1	157	15,7	94	18,8	72	18,7
Baixo	12	3,1	17	2,3	15	1,5	4	0,8	7	1,8
Muito baixo	0	0,0	1	0,1	4	0,4	1	0,2	2	0,5
Não sabe/Não respondeu	12	3,1	15	2,1	3	,3	11	2,2	7	1,8
MOTIVO DA AVALIAÇÃO ALTO/MUITO ALTO										
Administração do Governo Federal	62	23,0	142	23,1	169	20,6	58	14,9	44	14,8
Crise econômica internacional	55	20,4	72	11,7	214	26,1	94	24,1	76	25,6
Atuação dos empresários	15	5,6	36	5,8	51	6,2	23	5,9	8	2,7
Os altos encargos/impostos trabalhistas	16	5,9	33	5,4	81	9,9	42	10,8	19	6,4
A falta de oportunidades do mercado de trabalho	42	15,6	169	27,4	187	22,8	81	20,8	52	17,5
A falta de qualificação da população	48	17,8	82	13,3	76	9,3	50	12,8	59	19,9
Outro	13	4,8	19	3,1	15	1,8	20	5,1	18	6,1
Não sabe/Não respondeu	18	6,7	63	10,2	28	3,4	22	5,6	21	7,1
Total alto/muito alto	269	100,0	616	100,0	821	100,0	390	100,0	297	100,0

Para ampliar a geração de empregos no país o Governo deveria priorizar ações que estimulassem os empresários a contratar mais (21,9%), ampliar os programas de qualificação de mão-de-obra (20,6%) e reduzir os encargos e impostos trabalhistas (18,9%).

FIGURA 4.3 – Prioridade do Governo Federal para a geração de empregos



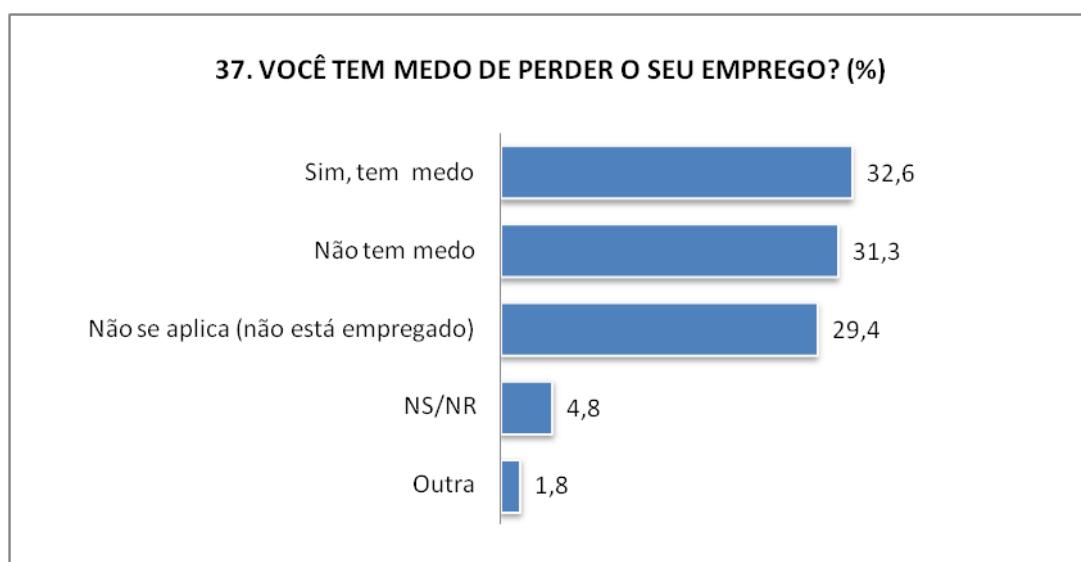
Entre as principais diferenças por região, destacou-se, no Sul, o percentual relativamente maior favorável a que o Governo priorize ações de estímulo ao meio empresarial para que contrate mais (28,4%). Nas demais regiões este percentual foi inferior a 22,1%, reduzindo-se a 18,2% na região Nordeste. A redução de encargos trabalhistas foi indicada em maior proporção pelas regiões Sul (24,4%) e Sudeste (24,1%), diferindo significativamente da região Nordeste (10,4%) e Norte (12,2%).

TABELA 4.3 – Prioridade do Governo Federal para a geração de empregos por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
PRIORIDADE DO GOVERNO FEDERAL EM RELAÇÃO À GERAÇÃO DE EMPREGOS										
Ampliar o investimento estatal em obras	46	11,9	80	11,0	85	8,5	11	2,2	27	7,0
Intensificar o programa primeiro emprego	45	11,7	98	13,4	112	11,2	27	5,4	25	6,5
Estimular os empresários a contratar mais	83	21,6	133	18,2	219	21,9	142	28,4	85	22,1
Reducir os encargos/impostos trabalhistas	47	12,2	76	10,4	241	24,1	122	24,4	52	13,5
Ampliar programas de qualificação de mão-de-obra	89	23,1	136	18,6	199	19,9	104	20,8	112	29,1
Flexibilizar as relações de trabalho	6	1,6	9	1,2	36	3,6	14	2,8	5	1,3
Outra	42	10,9	53	7,3	56	5,6	39	7,8	46	11,9
Não sabe/Não respondeu	27	7,0	145	19,9	52	5,2	41	8,2	33	8,6
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

Cerca de metade dos entrevistados empregados no país tem medo de perder o seu emprego. Este dado reforça a grande importância atribuída ao problema do desemprego considerado elevado no contexto brasileiro atual.

FIGURA 4.4 – Medo de perder o emprego



5. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O atual crescimento do país é percebido por ampla parcela da população: 48,7% consideram que o Brasil está atualmente crescendo. Acreditam que o Brasil estava crescendo antes da crise, mas encontra-se estagnado agora 25,6% e que o país não está crescendo 13,9%, totalizando 39,5%. Entendem que o país encontra-se em recessão ou retração apenas 2,7%.

FIGURA 5.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país

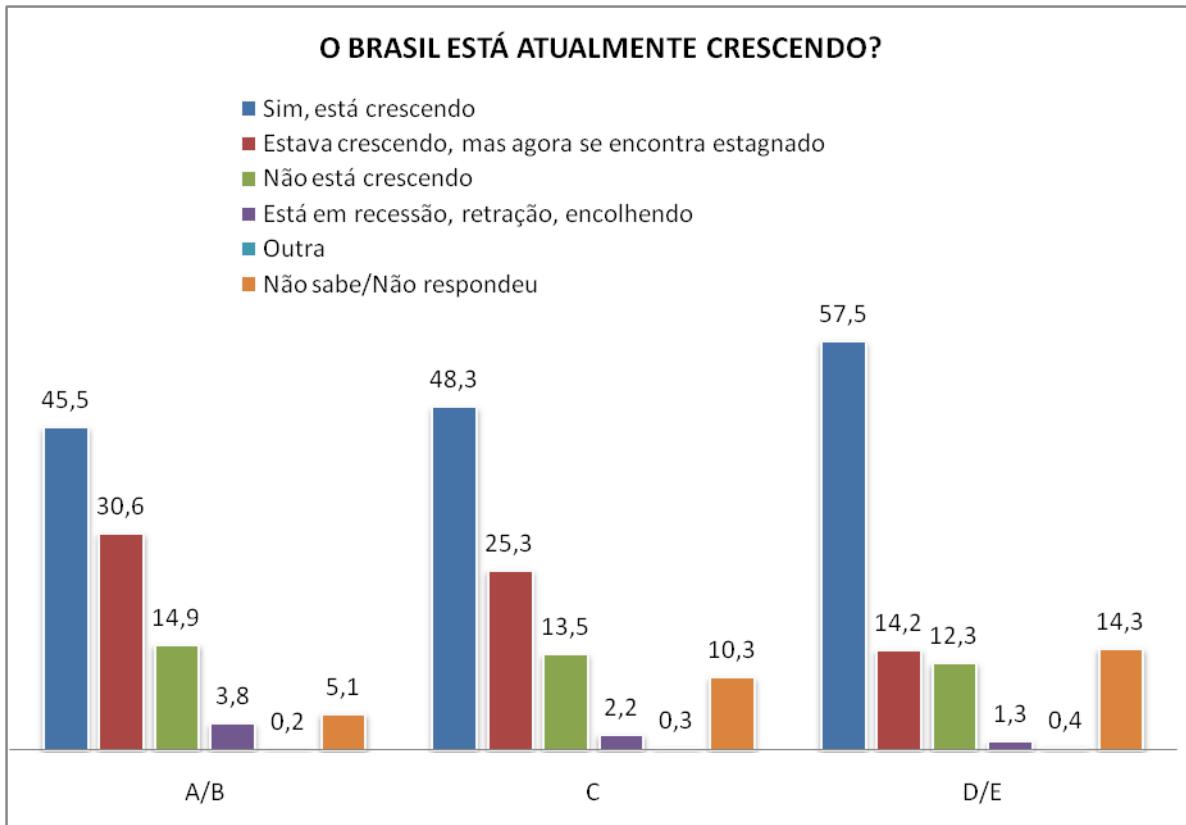


Proporção maior percebeu o crescimento atual do país na região Nordeste (57,1%), diferindo significativamente da região Sudeste (42,7%).

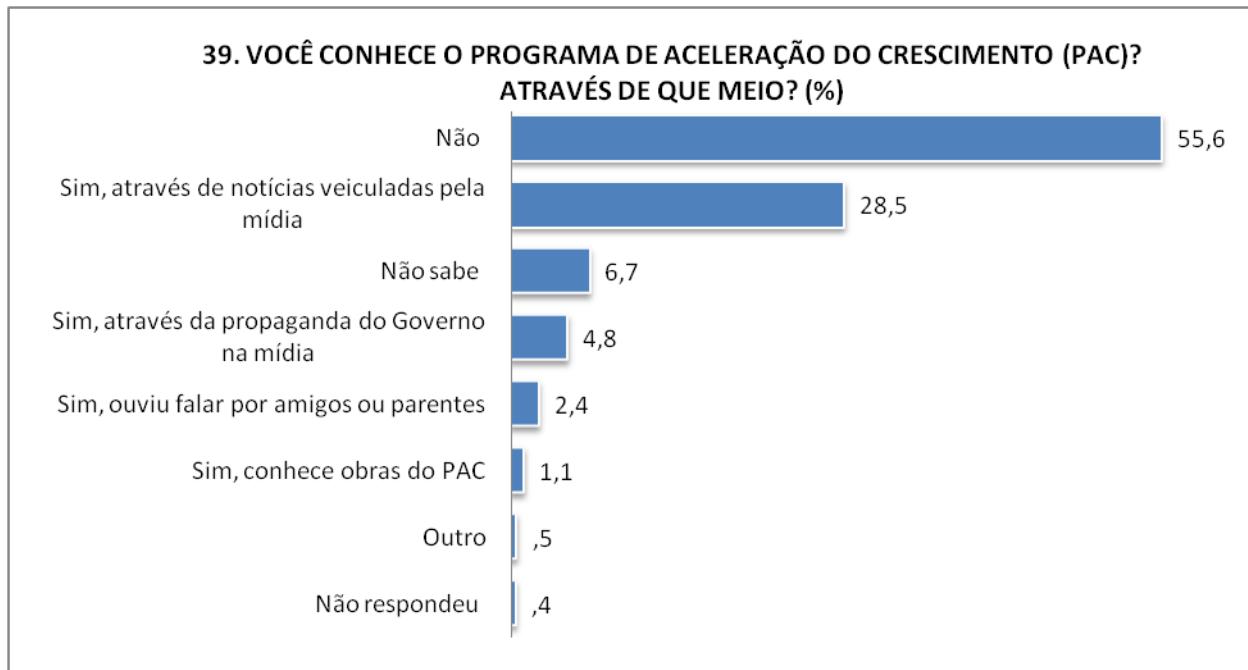
TABELA 5.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por região

O BRASIL ESTÁ ATUALMENTE CRESCENDO?	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Sim, está crescendo	184	47,8	417	57,1	427	42,7	251	50,2	201	52,2
Estava crescendo, mas agora se encontra estagnado	101	26,2	121	16,6	311	31,1	107	21,4	129	33,5
Não está crescendo	63	16,4	100	13,7	133	13,3	87	17,4	31	8,1
Está em recessão, retração, encolhendo	13	3,4	7	1,0	42	4,2	7	1,4	7	1,8
Outra	2	,5	4	,5	1	,1	2	,4	0	,0
Não sabe/Não respondeu	22	5,7	81	11,1	86	8,6	46	9,2	17	4,4

O crescimento foi percebido em maior proporção nas classes D/E (57,5%) e em menor nas classes A/B (45,5%). Inversamente, a percepção de que o país estava crescendo, mas agora encontra-se estagnado foi mais ampla nas classes A/B (30,6%) e menor nas classes D/E (14,2%). Do mesmo modo, a menor proporção de respostas “não sabe” (indicativa de maior conhecimento sobre o assunto) foi verificada nas classes A/B (5,1%) e a maior proporção destas respostas foi registrada nas classes D/E (14,3%). Em todos estes casos, as proporções de respostas da classe C mantiveram-se em níveis intermediários.

FIGURA 5.2 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por classe

O nível de conhecimento da população brasileira em relação ao PAC não atingiu percentuais muito expressivos. Apenas 37,3% afirmaram conhecer o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A maioria (55,6%) não conhece tal programa. O principal meio de informação sobre este programa são as notícias veiculadas pela mídia (28,5%). A propaganda do Governo Federal na mídia foi indicada como meio de conhecimento do programa por 4,8% dos entrevistados. O conhecimento direto das obras do PAC foi considerado o principal meio utilizado por apenas por 1,1% dos entrevistados.

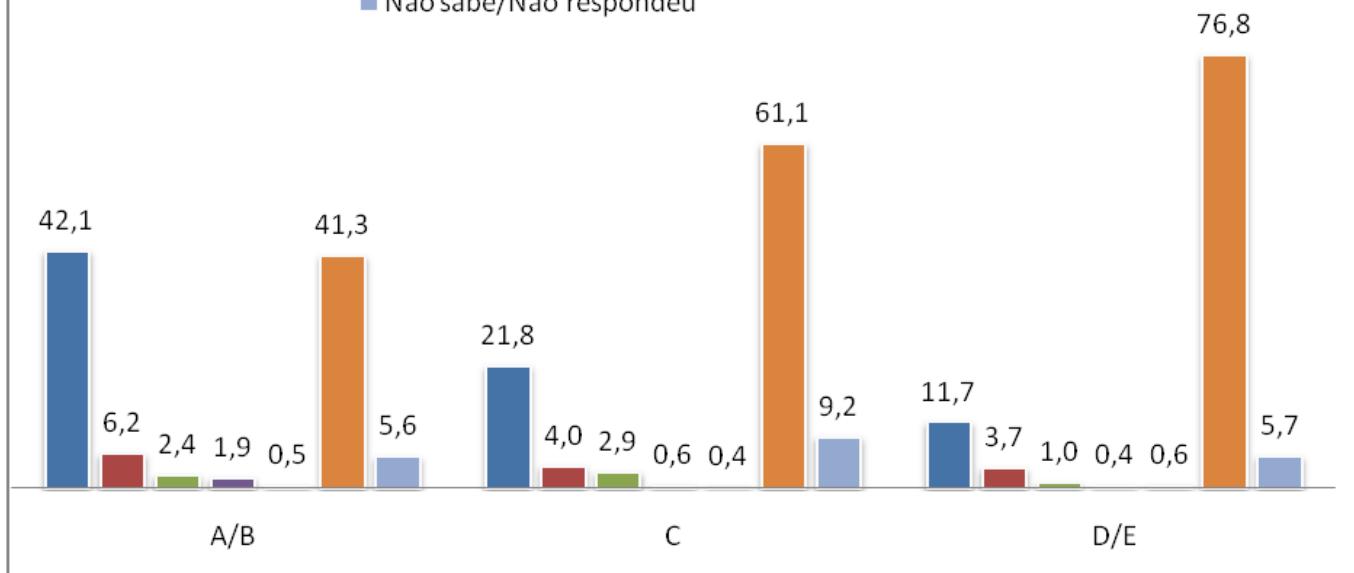
FIGURA 5.3 - Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento

A diferenciação por classes de poder aquisitivo indicou que o desconhecimento em relação ao PAC é maior nas classes D/E (76,8%) e menor nas classes A/B (41,3%). A proporção de conhecimento através das notícias veiculadas pela mídia é maior nas classes A/B (42,1%) e menor nas classes D/E (11,7%). Esta tendência também foi verificada em relação à propaganda do Governo Federal na mídia utilizada como principal fonte de informação sobre o PAC por 6,2% dos entrevistados das classes A/B e por 3,7% dos entrevistados das classes D/E. Em todos estes casos, as proporções relativas à classe C situaram-se em patamares intermediários.

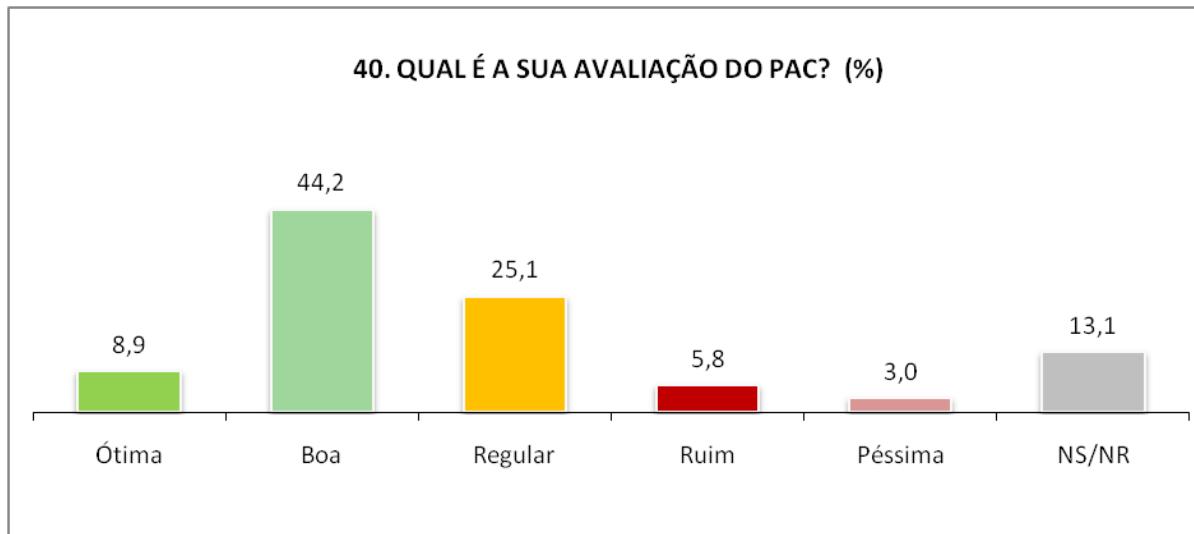
FIGURA 5.4 - Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, por classe

**CONHECE O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)?
ATRAVÉS DE QUE MEIO? (%)**

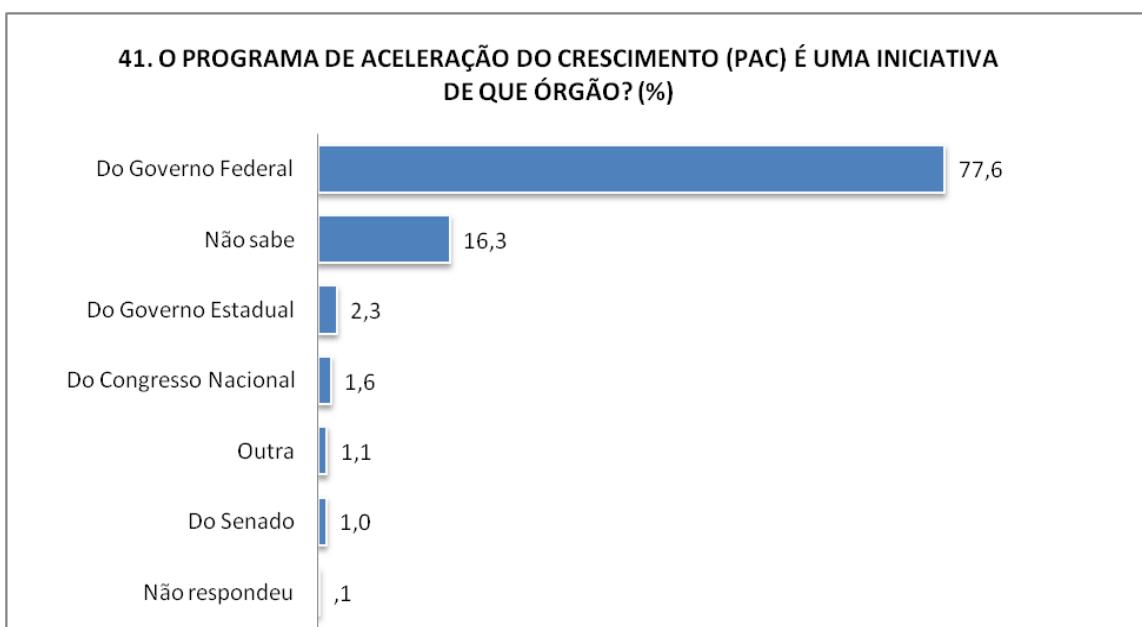
- Sim, através de notícias veiculadas pela mídia
- Sim, através da propaganda do Governo na mídia
- Sim, ouviu falar por amigos ou parentes
- Sim, conhece obras do PAC
- Sim, Outro meio
- Não conhece
- Não sabe/Não respondeu



As questões de avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento foram aplicadas apenas para os entrevistados que afirmaram conhecer, de alguma forma, este programa (37,3%). Entre estes, 53,1% avaliaram positivamente o PAC, enquanto apenas 8,8% consideraram este programa ruim ou péssimo.

FIGURA 5.5 - Avaliação do PAC

A grande maioria dos entrevistados que conhecem o PAC (77,6%) considera este programa uma iniciativa do Governo Federal. Apenas 16,3% dos entrevistados que conhecem o PAC não souberam responder qual é o órgão responsável pelo Programa. Os percentuais relativos aos governos estaduais e municipais e ao Senado foram muito pequenos.

FIGURA 5.6 - Iniciativa pela criação e desenvolvimento do PAC

Para avaliar as percepções relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento foi aplicado um conjunto de questões. As estimativas percentuais apresentadas referem-se apenas ao conjunto de entrevistados que afirmaram conhecer o PAC.

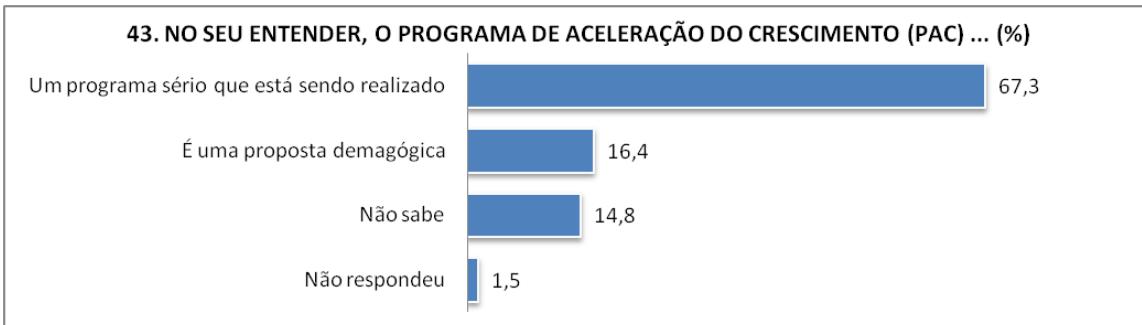
No entender de 52,2% dos entrevistados que conhecem o PAC, esse programa ainda está em um estágio inicial, enquanto que para 31,4% o programa já está apresentando resultados.

FIGURA 5.7 – Estágio atual do PAC



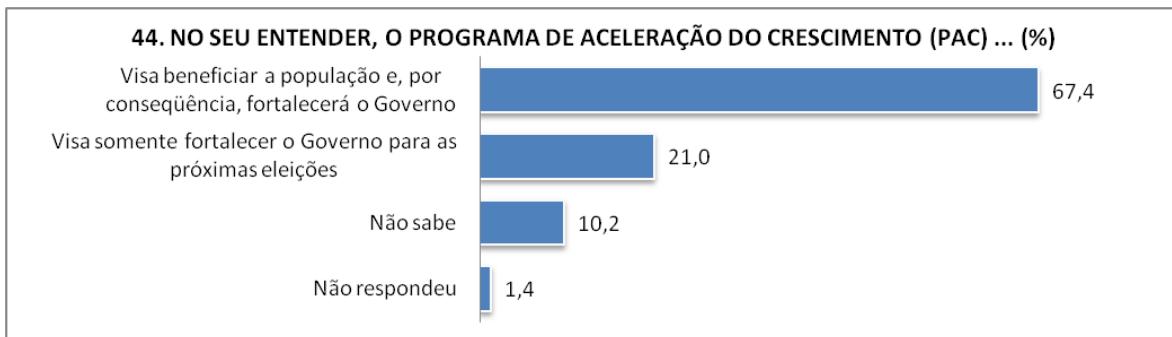
A grande maioria (67,3%) considera que o PAC é um programa sério e que está sendo realizado, enquanto que apenas 16,4% dos entrevistados entendem que este programa é apenas uma proposta demagógica.

FIGURA 5.8 – Seriedade do PAC



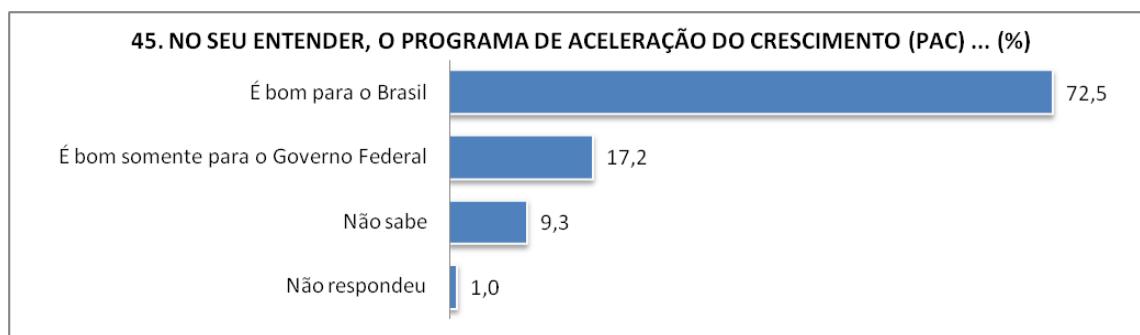
O PAC não é visto pela maioria como uma proposta eleitoreira: 67,4% dos entrevistados acreditam que o PAC visa beneficiar a população e por consequência fortalecerá o Governo, enquanto apenas 21,0% entendem que este programa visa somente fortalecer o Governo para as próximas eleições.

FIGURA 5.9 – PAC, o benefício da população e a perspectiva eleitoral



A idéia de que o PAC beneficia apenas o Governo Federal não foi aceita pela grande maioria: 72,5% consideram o PAC bom para o Brasil, enquanto apenas 17,2% consideram este programa bom somente para o Governo Federal.

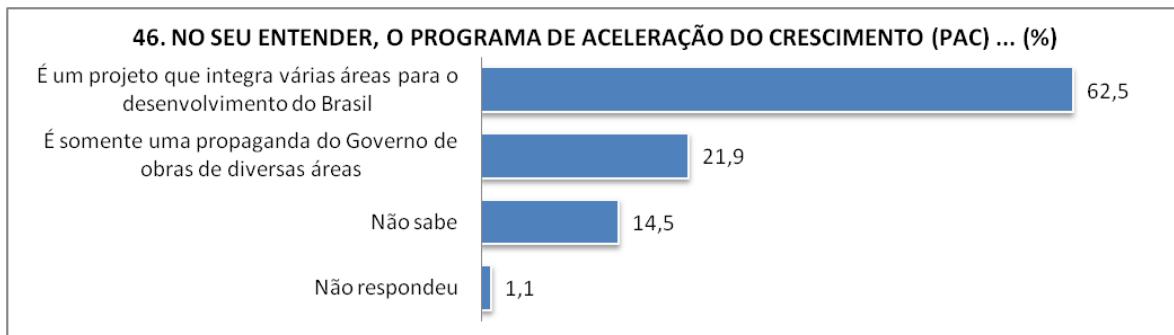
FIGURA 5.10 – Quem o PAC beneficia



Tampouco foi aceita pela maioria a idéia de que o PAC é apenas uma propaganda de obras do Governo de diversas áreas: para 62,5% o PAC é um programa sério e real que integra todas as áreas para o desenvolvimento,

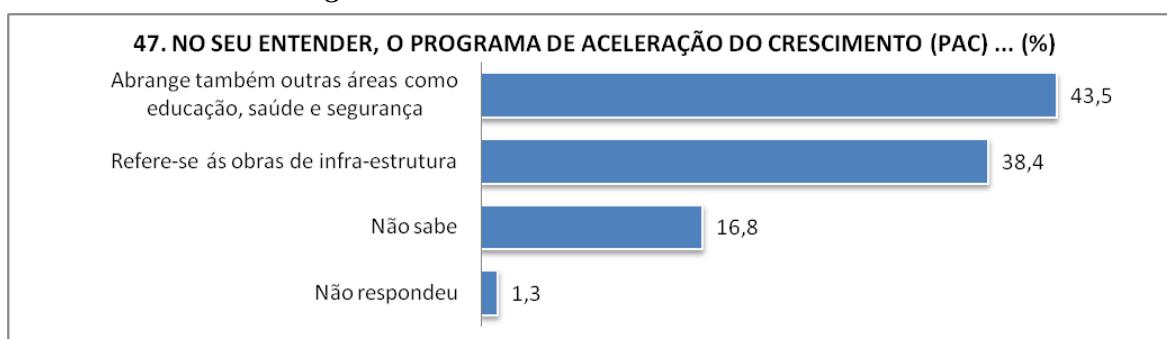
enquanto que para 21,9% este programa é apenas propaganda de obras do Governo.

FIGURA 5.11 – O PAC, a integração e a propaganda

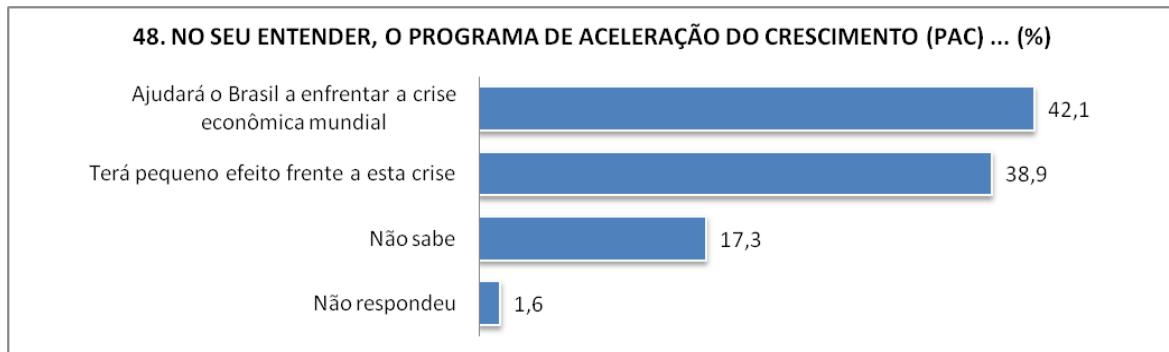


A abrangência do PAC é vista como mais ampla por um maior percentual de entrevistados, não se restringindo apenas à área de infra-estrutura. Para 43,5% dos entrevistados que conhecem o PAC, este programa abrange outras áreas, como saúde, educação e segurança, enquanto que para 38,4% ele refere-se apenas às obras de infra-estrutura.

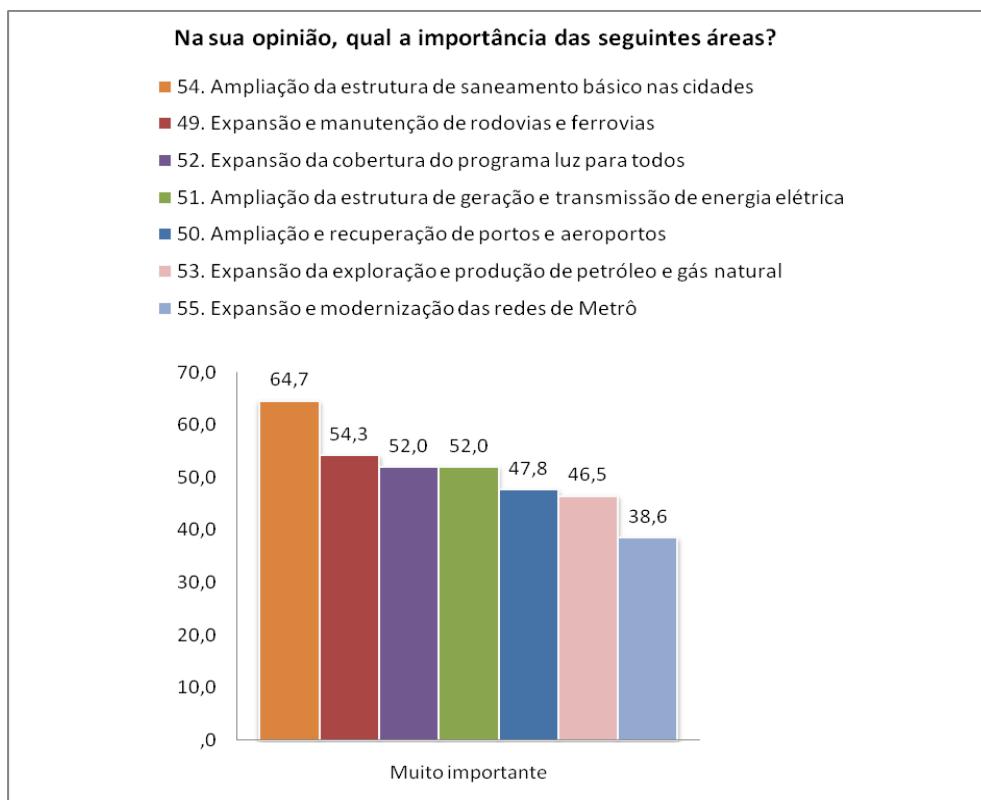
FIGURA 5.12 – Abrangência do PAC



O PAC foi considerado por 42,1% como um instrumento importante para ajudar o Brasil no enfrentamento à crise econômica mundial. Um grupo ligeiramente inferior (38,9%) entendeu que este programa terá pequeno efeito frente a esta crise.

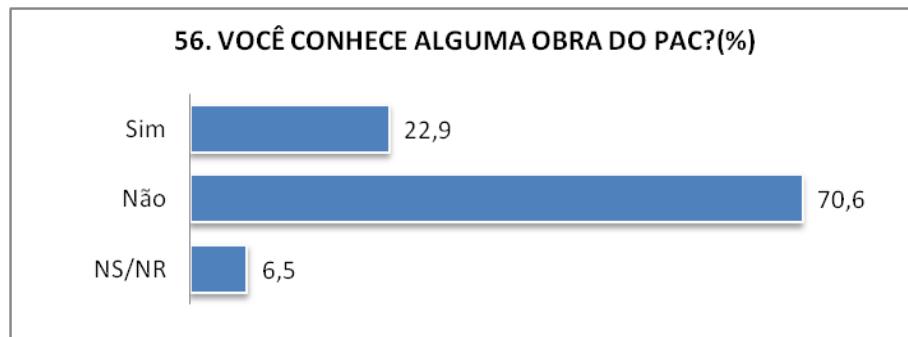
FIGURA 5.13 – O PAC e a crise econômica

Entre as áreas do PAC consideradas mais relevantes destacaram-se o saneamento básico (64,7%) e as rodovias e ferrovias (54,3%).

FIGURA 5.14 – Importância atribuída às áreas do PAC

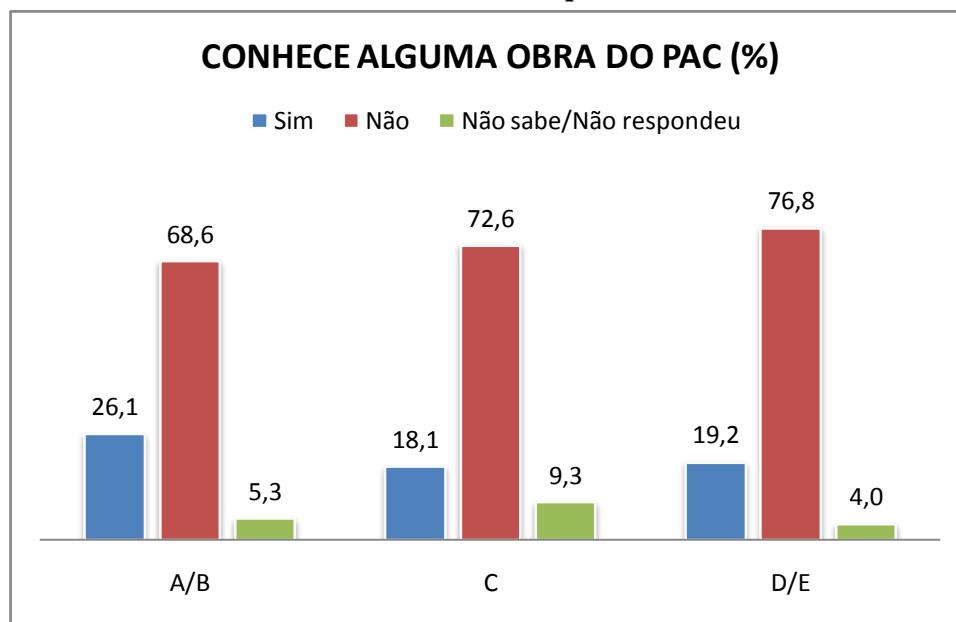
Entre os brasileiros que conhecem o Programa de Aceleração do Crescimento, 70,6% afirma não conhecer alguma obra do PAC.

FIGURA 5.15 – Conhecimento das obras do PAC



Foi possível constatar que pessoas com menor poder aquisitivo não conhecem obras do PAC em maior proporção do que aqueles que possuem maior renda, embora este percentual seja elevado em ambas. A classe C também possui um elevado percentual de desconhecimento das obras.

FIGURA 5.16 – Conhecimento de obras do PAC por classe



6. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O programa Minha Casa Minha Vida é conhecido por 48,4% da população brasileira. O principal meio pelo qual a população o conhece é através de notícias vinculadas pela mídia. O nível de conhecimento da população brasileira sobre o programa Minha Casa Minha Vida é significativamente maior que o nível de conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual atinge o percentual de 37,3% da população.

A principal fonte de informação sobre este programa foram as notícias veiculadas através da mídia (35,6%). A propaganda do Governo na mídia foi considerada a principal fonte de informação sobre o programa por 6,7% (no caso do PAC 4,8% utilizaram esta fonte como principal).

FIGURA 6.1 - Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida

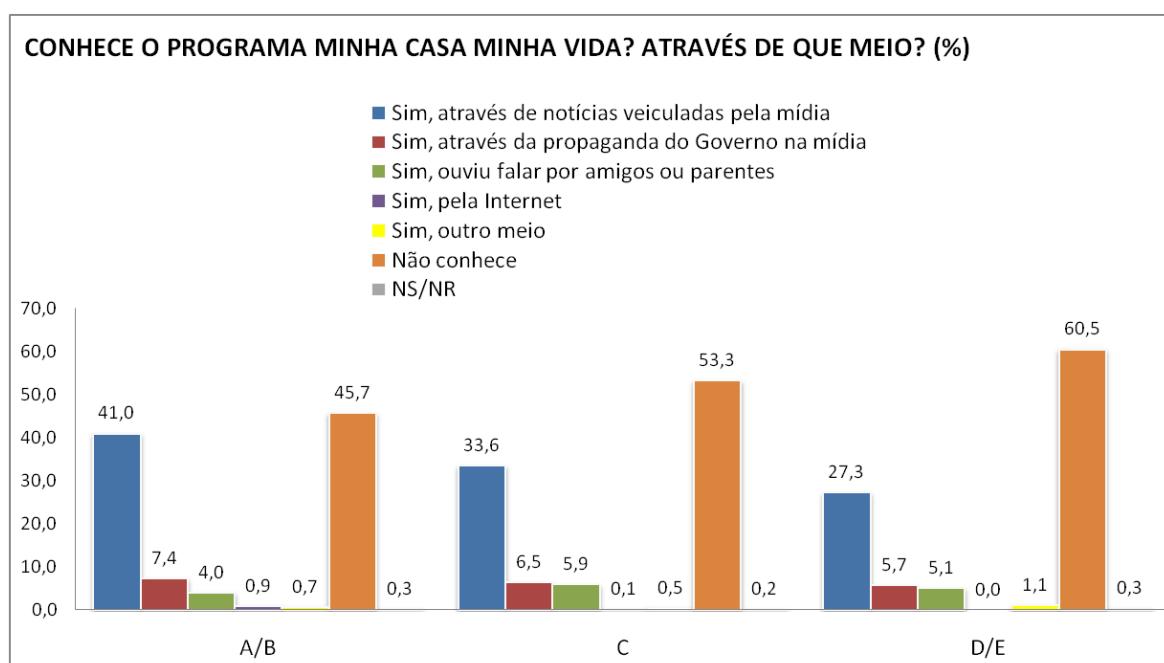


O Programa Minha Casa Minha Vida é conhecido em maior proporção pela população das regiões Norte (54,3%) e Nordeste (55,3%), diferindo significativamente do nível de conhecimento das regiões Sudeste (46,4%), Sul (42,2%) e Centro-Oeste (41,8%).

TABELA 6.1 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
CONHECE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA? ATRAVÉS DE QUE MEIO?										
Sim, através de notícias veiculadas pela mídia	105	27,3	291	39,9	365	36,5	169	33,8	98	25,5
Sim, através da propaganda do Governo na mídia	55	14,3	66	9,0	43	4,3	23	4,6	40	10,4
Sim, ouviu falar por amigos ou parentes	41	10,6	41	5,6	45	4,5	12	2,4	22	5,7
Sim, pela Internet	4	1,0	3	,4	4	,4	2	,4	0	,0
Sim, outro meio	4	1,0	3	,4	7	,7	5	1,0	1	,3
Não conhece	171	44,4	324	44,4	536	53,6	288	57,6	221	57,4
Não sabe/Não respondeu	5	1,3	2	,3	0	,0	1	,2	3	,8
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

Maiores proporções de conhecimento do programa foram encontradas nas classes A e B. Embora o programa possua um direcionamento à população de menor poder aquisitivo, não foram verificadas proporções elevadas de conhecimento neste segmento. Entre a população das classes D/E, 60,5% afirmam desconhecer o Programa Minha Casa Minha Vida.

FIGURA 6.2 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida por classe

Para os entrevistados que conhecem o programa Minha Casa Minha Vida, foram aplicadas questões referentes à compreensão, avaliação e intenção de utilização do mesmo.

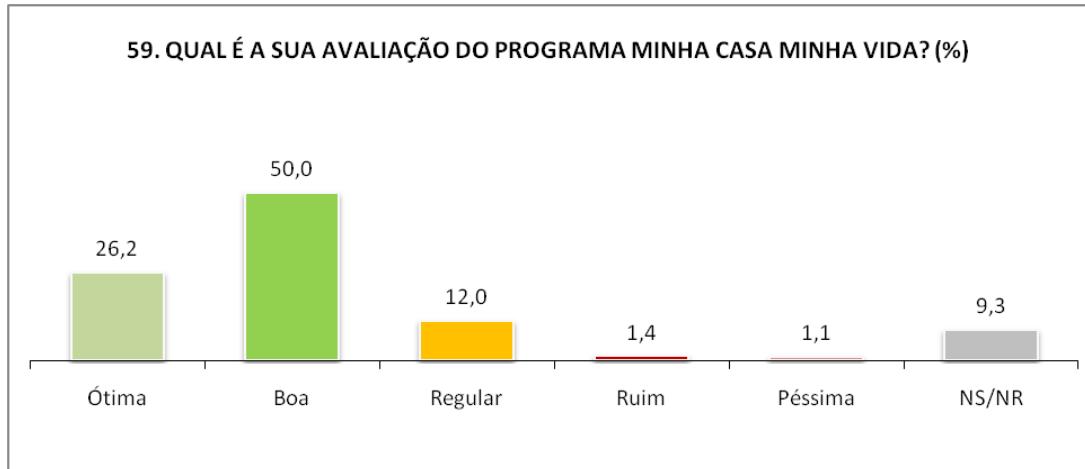
O significado do Programa Minha Casa Minha Vida foi compreendido de forma genérica e grosseira como referente à construção de casa própria pela maioria dos entrevistados. Contudo, compreenderam o significado mais preciso do programa 35% que afirmaram visar este projeto à facilitação para a aquisição da casa própria para quem ganha até 10 salários mínimos e 4,4% que indicaram este programa como responsável pela redução de impostos para materiais de construção.

TABELA 6.2 – Significado do Programa Minha Casa Minha Vida

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA É...	% (*)
Programa de construção de casa para a população pobre	40,2
Programa de facilitação na aquisição da casa própria para quem ganha até 10 salários mínimos	35,0
Programa de doação de casa do Governo	13,7
Programa de redução de impostos para materiais de construção	4,4
Outro	4,8
Não sabe/Não respondeu	11,0

* Respostas múltiplas: percentuais estimados sobre o total de respostas válidas para a questão (n=1451)

Foi possível verificar que, entre aqueles que conhecem o programa, a maioria o avalia positivamente (76,2%), sendo as avaliações negativas muito escassas (2,5%).

FIGURA 6.3 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida

Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste o percentual de avaliação positiva foi relativamente mais elevado (85,1% e 79,2%, respectivamente).

TABELA 6.3 - Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida por região

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ótima	54	25,8	111	27,5	131	28,2	38	18	38	23,6
Boa	93	44,5	209	51,7	216	46,6	117	55,5	99	61,5
Regular	39	18,7	51	12,6	54	11,6	23	10,9	8	5
Ruim	2	1	3	0,7	9	1,9	2	0,9	3	1,9
Péssima	2	1	6	1,5	5	1,1	2	0,9	0	0
Não sabe/Não respondeu	19	9,1	24	5,9	49	10,6	29	13,7	13	8,1
Total	209	100	404	100	464	100	211	100	161	100

Afirmaram que irão utilizar o Programa Minha Casa Minha Vida 28,4% dos entrevistados e 16,3% responderam que talvez o façam.

FIGURA 6.4 - Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida

As regiões Norte e Nordeste concentram maior percentual de interessados em utilizar o programa. Na região Nordeste encontra-se o maior percentual da população que afirma que utilizará o programa (37,9%). Na região Norte 32,5% dos entrevistados afirmam que utilizarão o programa. O menor interesse em utilizar o programa está na região Sul (16,6%).

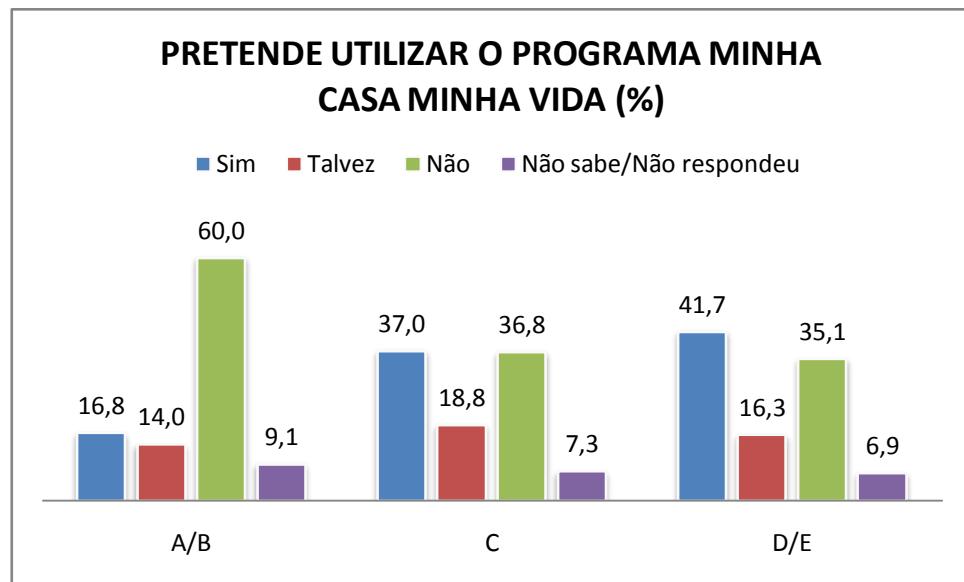
TABELA 6.4 – Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
PRETENDE UTILIZAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA										
Sim	68	32,5	153	37,9	117	25,2	35	16,6	38	23,6
Talvez	45	21,5	57	14,1	70	15,1	40	19,0	37	23,0
Não	85	40,7	161	39,9	239	51,5	117	55,5	72	44,7
Não sabe/Não respondeu	11	5,3	33	8,2	38	8,2	19	9,0	14	8,7
Total	209	100,0	404	100,0	464	100,0	211	100,0	161	100,0

Manifestam maior interesse em utilizar o Programa Minha Casa Minha Vida os entrevistados das classes D/E (58% responderam que utilizarão ou talvez utilizarão o programa). Entre aqueles que compõem a classe C o percentual de interessados é de 55,9% (37% responderam que utilizarão e 18,8% responderam que talvez utilizarão o programa). A maioria dos

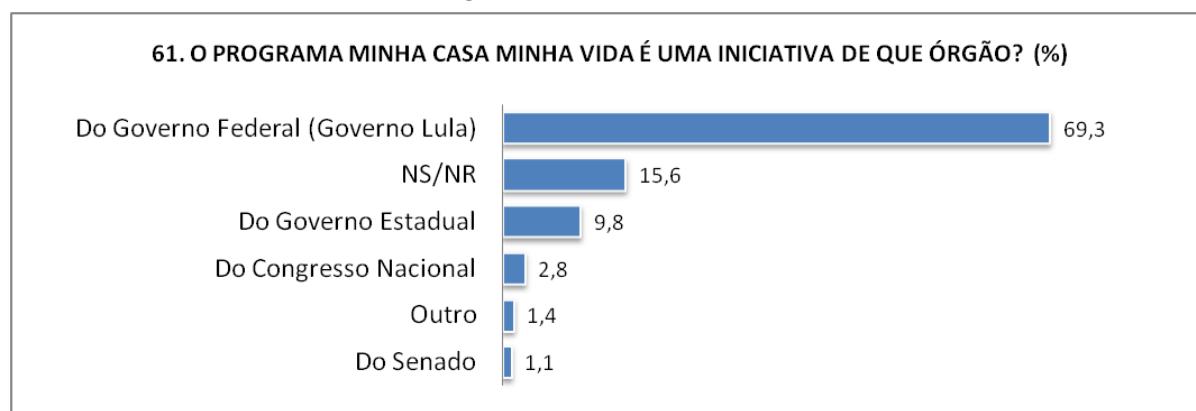
entrevistados das classes A/B (60%) não manifestou interesse em utilizar o programa.

FIGURA 6.5 – Utilização do Programa Minha Casa Minha Vida por classe



A maioria (69,3%) percebe o Programa Minha Casa Minha Vida como uma iniciativa do Governo Federal. Proporção considerável (15,6%) não soube indicar o órgão responsável pela iniciativa de criação e desenvolvimento do programa e 15,4% apontaram outros órgãos que não são diretamente responsáveis por esta iniciativa.

FIGURA 6.6 – Iniciativa no Programa Minha Casa Minha Vida



Para avaliar o nível de entendimento e percepções relacionados ao Programa Minha Casa Minha Vida foram aplicadas um conjunto de questões para os entrevistados que afirmam conhecer o programa.

A maioria dos entrevistados que conhecem o programa (63,1%) acredita que esse já está começando, enquanto que 20,3% percebe que o programa ainda não iniciou.

FIGURA 6.7 – Percepção sobre o Início do Programa Minha Casa Minha Vida



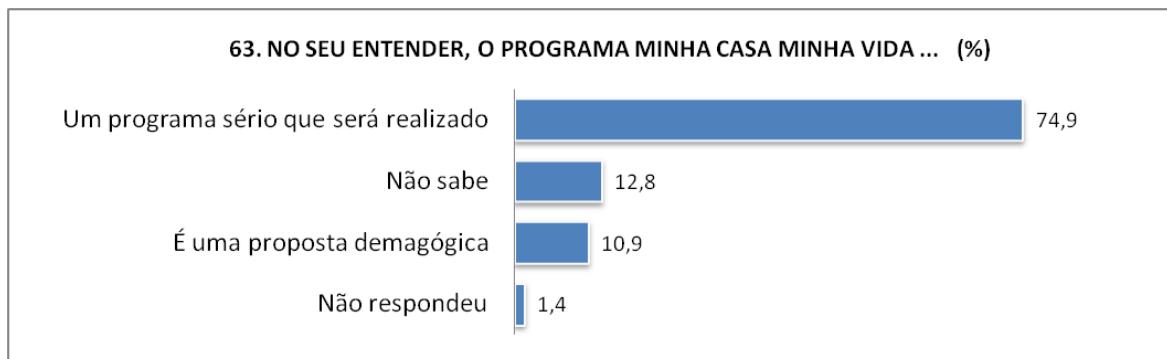
As regiões Sul e Sudeste concentram os maiores percentuais entre aqueles que afirmaram que o programa ainda não iniciou (27% e 23,5%, respectivamente), enquanto que na região Centro-Oeste este percentual é de apenas 9,3%.

TABELA 6.5 – Percepção sobre o Início do Programa Minha Casa Minha Vida por região

NO ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO	Região Geográfica							
	Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA								
Não iniciou ainda	37	17,7	64	15,8	109	23,5	57	27,0
Já está começando	146	69,9	278	68,8	261	56,3	128	60,7
Não sabe/Não respondeu	26	12,4	62	15,3	94	20,3	26	12,3
Total	209	100,0	404	100,0	464	100,0	211	100,0
							161	100,0

Houve a compreensão, por 74,9% dos entrevistados, de que o programa é sério e que este será realizado, enquanto que 10,9% acreditam que o programa é apenas uma proposta demagógica.

FIGURA 6.8 – Percepção de Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida



A maioria rejeitou a idéia que o programa é uma medida eleitoreira: 75,8% entendem de que este visa beneficiar a população e por consequência fortalecerá o Governo, enquanto apenas 15,2% afirmaram que o programa visa somente fortalecer o Governo Federal para as próximas eleições.

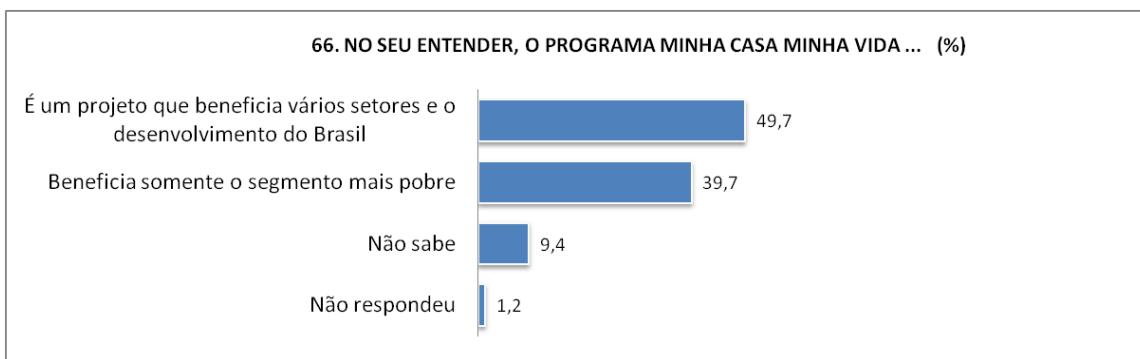
FIGURA 6.9 – Benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida

A maioria também não aceitou a idéia de que este programa beneficia apenas o Governo Federal: 78,9% consideraram que o programa também é bom para o Brasil enquanto apenas 13,1% perceberam apenas o benefício ao Governo Federal.

FIGURA 6.10 - Direção dos benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida

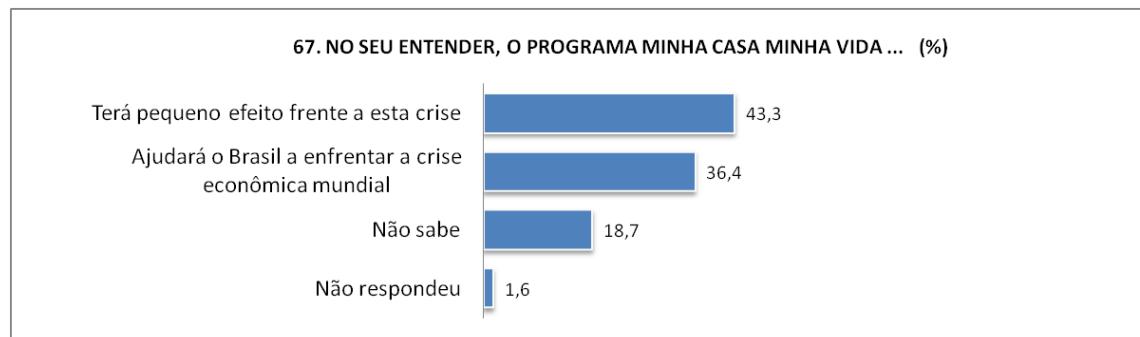
Quase metade dos entrevistados percebeu que o programa é mais abrangente em relação aos segmentos que serão beneficiados: 49,7% afirmaram que este projeto irá beneficiar vários setores e o desenvolvimento do Brasil, enquanto 39,7% entendem que o programam habitacional irá beneficiar apenas o segmento mais pobre.

FIGURA 6.11 - Direção dos benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida



O Programa Minha Casa Minha Vida terá pequeno efeito frente a crise econômica mundial para 43,3%, enquanto que para 36,4% este programa ajudará o país a enfrentar a crise.

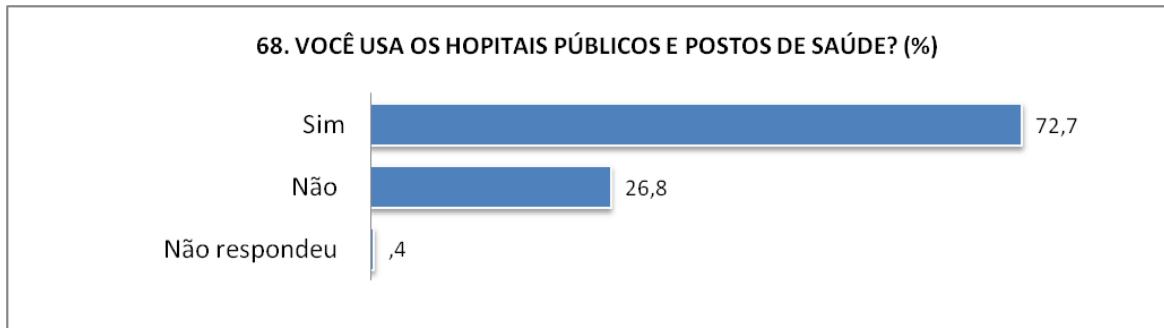
FIGURA 6.12 – Efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida sobre a crise



7. SAÚDE

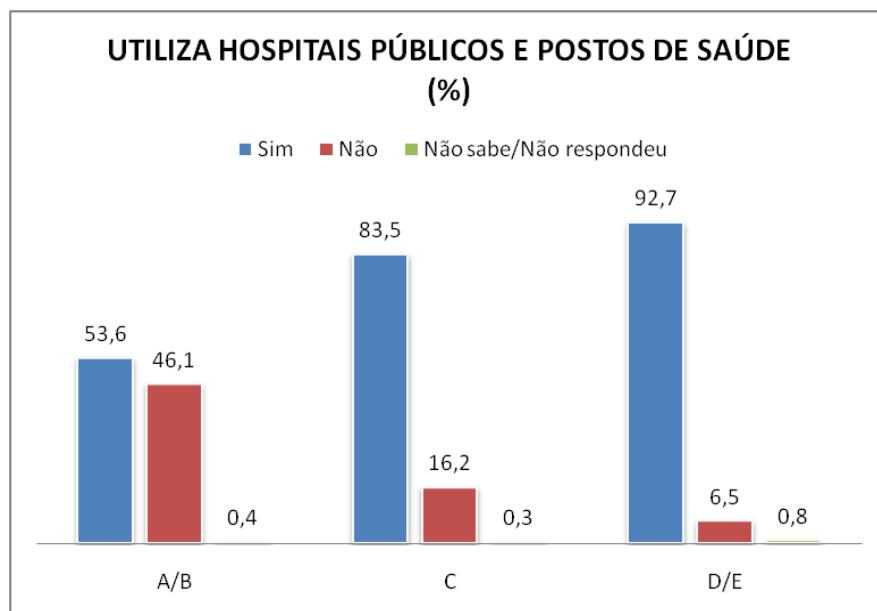
Os hospitais públicos ou postos de saúde são utilizados por 72,7% da população brasileira.

FIGURA 7.1 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos



Utilizam os postos de saúde ou os hospitais públicos em maior proporção as classes D/E (92,7%) e C (83,5%), e em menor proporção as classes A/B (53,6%), que dispõem de outros tipos de serviços medidos (planos de saúde, atendimento particular, etc.).

FIGURA 7.2 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos por classe



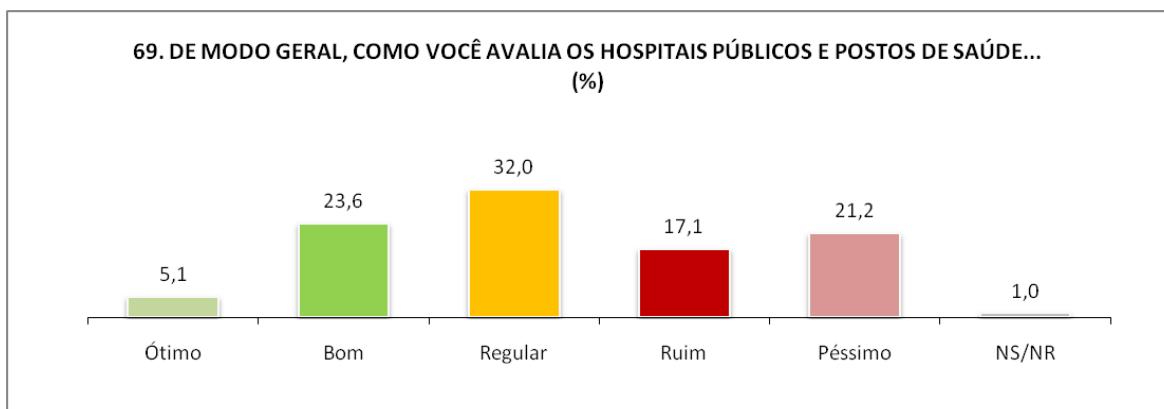
As maiores proporções de utilização da rede pública de saúde encontram-se nas regiões Norte (81,3%) e Nordeste (81,1%). Na região Sudeste 67,9% utilizam estes equipamentos públicos 69,2% na região Sul e 70,6% na Centro-Oeste.

TABELA 7.1 – Utilização de posto de saúde e hospitais públicos por região

UTILIZA HOSPITAIS PÚBLICOS E POSTOS DE SAÚDE	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	N	%	N	%
Sim	313	81,3	592	81,1	679	67,9	346	69,2	272	70,6
Não	69	17,9	131	17,9	320	32,0	152	30,4	113	29,4
Não sabe/Não respondeu	3	0,8	7	1,0	1	0,1	2	0,4	0	0,0
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

Entre aqueles que utilizam o sistema público de saúde 38,3% avaliam negativamente os postos de saúde e hospitais públicos, enquanto 28,7% os consideram bons ou ótimos. Atribuíram o conceito de regular aos postos de saúde e hospitais públicos 32,0% dos entrevistados.

FIGURA 7.3 - Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos



O principal motivo alegado para a avaliação fornecida nos três casos (negativa, positiva e regular) foi a experiência da população na sua utilização.

TABELA 7.2 – Motivos da avaliação positiva

Motivos da avaliação bom/ótimo	%
Devido minha experiência na utilização	87,5
Ouvi comentários de conhecidos	3,4
Vi na televisão ou escutei no rádio	1,1
Li a respeito	0,6
Outro	4,9
Não sabe	2,5
Total	100

TABELA 7.3 – Motivos da avaliação regular

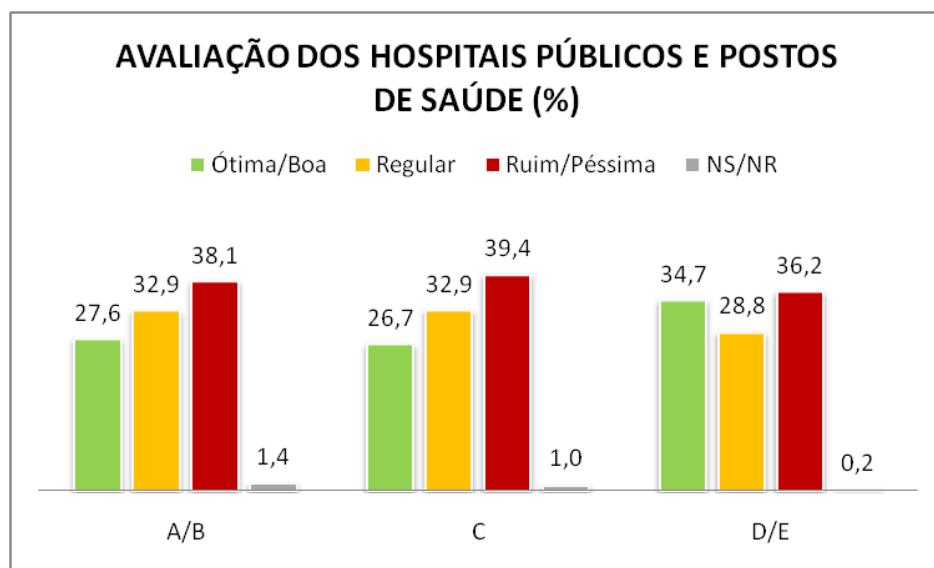
Motivos da avaliação regular	%
Devido minha experiência na utilização	79,6
Vi na televisão ou escutei no rádio	4,4
Ouvi comentários de conhecidos	2,5
Li a respeito	1,0
Outro	11,1
Não sabe	1,4
Total	100,0

TABELA 7.4 – Motivos da avaliação negativa

Motivos da avaliação ruim/péssimo	%
Devido minha experiência na utilização	84,2
Ouvi comentários de conhecidos	2,6
Vi na televisão ou escutei no rádio	1,9
Li a respeito	0,8
Outro	9
Não sabe	1,5
Total	100

Embora as proporções de avaliações negativas dos serviços públicos de saúde sejam elevadas em todas as classes, nas classes D/E houve maior proporção de avaliações positivas (34,7%). As proporções das avaliações das classes A/B e C foram muito semelhantes e indicaram maiores proporções de avaliações negativas e menores de avaliações positivas, mantendo-se o conceito regular em níveis intermediários.

FIGURA 7.4 - Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos, por classe



Nas regiões Norte e Nordeste, encontram-se as maiores proporções de utilização do serviço público de saúde e de avaliação negativa destes serviços (51,1% e 41,4%, respectivamente). A região Sul possui o maior percentual de satisfação com o sistema público de saúde: 38,4% o consideram bom ou ótimo.

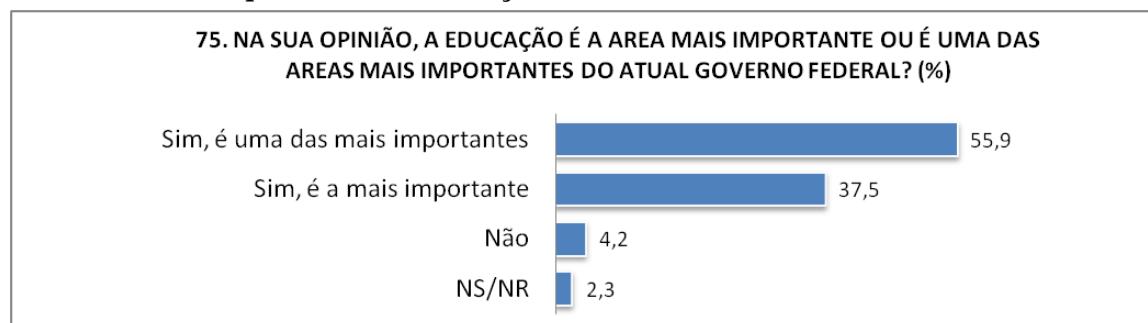
TABELA 7.5 – Avaliação dos postos de saúde e hospitais públicos por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%
AVALIAÇÃO DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E POSTOS DE SAÚDE										
Ótima	12	3,8	31	5,2	34	5,0	23	6,6	9	3,3
Boa	51	16,3	108	18,2	176	25,9	110	31,8	64	23,5
Regular	89	28,4	205	34,6	199	29,3	121	35,0	96	35,3
Ruim	74	23,6	100	16,9	112	16,5	54	15,6	48	17,6
Péssima	86	27,5	145	24,5	147	21,6	37	10,7	52	19,1
Não sabe/Não respondeu	1	,3	3	,5	11	1,6	1	,3	3	1,1
MOTIVOS DA AVALIAÇÃO POSITIVA										
Devido minha experiência na utilização	59	93,7	119	85,6	188	89,5	110	82,7	66	90,4
Vi na televisão ou escutei no rádio	4	6,3	1	,7	1	,5	2	1,5	1	1,4
Li a respeito	0	,0	2	1,4	1	,5	0	,0	0	,0
Ouvi comentários de conhecidos	0	,0	2	1,4	9	4,3	7	5,3	1	1,4
Outro	0	,0	7	5,0	7	3,3	12	9,0	5	6,8
Não sabe/Não respondeu	0	,0	8	5,8	4	1,9	2	1,5	0	,0
Total bom/ótimo	63	100,0	139	100,0	210	100,0	133	100,0	73	100,0
MOTIVOS DA AVALIAÇÃO NEGATIVA										
Devido minha experiência na utilização	140	87,5	203	82,9	222	85,7	71	78,0	85	85,0
Vi na televisão ou escutei no rádio	7	4,4	2	,8	5	1,9	1	1,1	4	4,0
Li a respeito	0	,0	1	,4	4	1,5	0	,0	1	1,0
Ouvi comentários de conhecidos	5	3,1	4	1,6	5	1,9	7	7,7	3	3,0
Outro	7	4,4	30	12,2	20	7,7	10	11,0	6	6,0
Não sabe/Não respondeu	1	,6	5	2,0	3	1,2	2	2,2	1	1,0
Total ruim/péssimo	160	100,0	245	100,0	259	100,0	91	100,0	100	100,0
Total	313	100,0	592	100,0	679	100,0	346	100,0	272	100,0

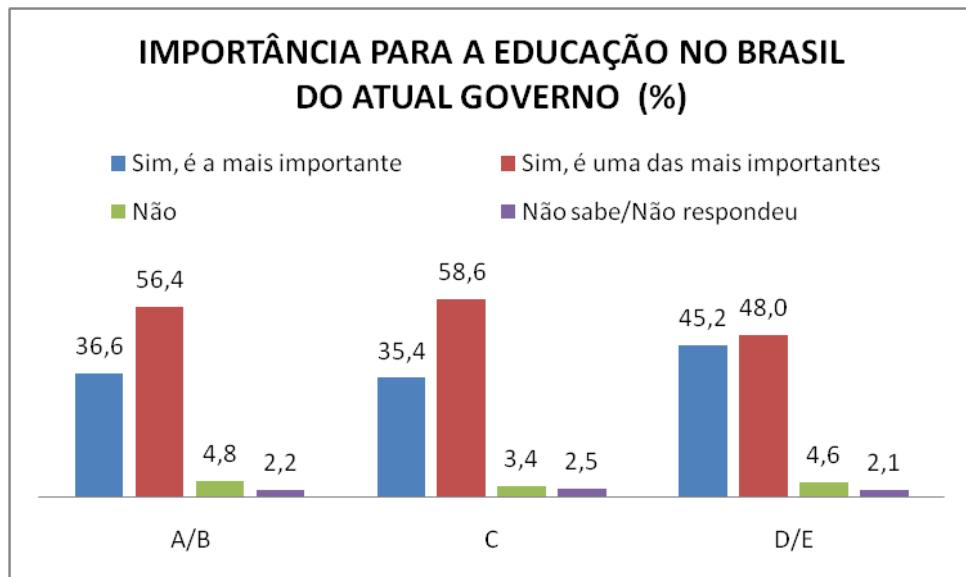
8. EDUCAÇÃO

Muitas vezes se ouve dizer que a educação é a base da mudança da sociedade e, por isto, é o setor mais importante ou um dos setores mais importantes. Neste levantamento mensuramos a opinião dos brasileiros sobre a relevância da educação como área de atuação do Governo Federal. A educação foi considerada a área mais importante por 37,5% da população, enquanto que a maioria (55,9%) entendeu que esta área é uma das mais importantes. Apenas 4,2% não consideraram esta área importante.

FIGURA 8.1 – Importância da educação



As classes D/E consideraram esta área a mais importante em maior proporção (45,2%). Proporções relativamente maiores de respostas que indicaram a educação como uma das áreas mais importantes foram encontradas nas classes C (58,6%) e A/B (56,4%).

FIGURA 8.2 – Importância da educação, por classe

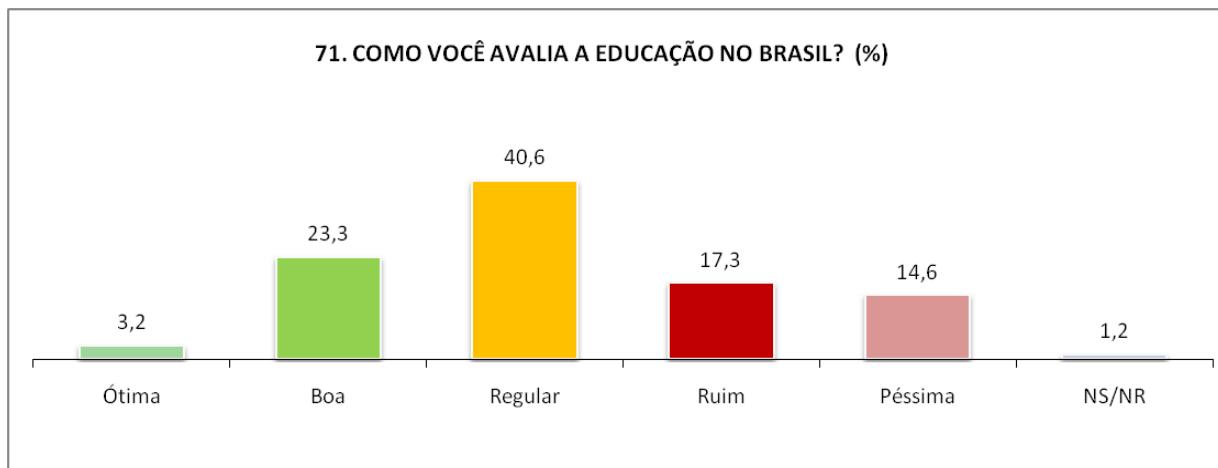
A idéia de que a educação é a área mais importante do atual Governo foi aceita, em maior proporção, na região Nordeste (45,5%). Na região Sul apenas 24,0% da população entende que a educação é a área mais importante do atual Governo.

TABELA 8.1 - Importância da educação, por região

	Região Geográfica							
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul	
	n	%	n	%	n	%	n	%
IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL DO ATUAL GOVERNO								
Sim, é a mais importante	101	26,2	332	45,5	389	38,9	120	24,0
Sim, é uma das mais importantes	251	65,2	343	47,0	563	56,3	329	65,8
Não	23	6,0	39	5,3	31	3,1	25	5,0
Não sabe/Não respondeu	10	2,6	16	2,2	17	1,7	26	5,2
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0
							385	100,0

A situação atual da educação no Brasil foi avaliada como boa/ótima por 26,5% da população brasileira, enquanto que 31,9% avaliaram a mesma como ruim/péssima.

FIGURA 8.3 – Avaliação da educação no Brasil



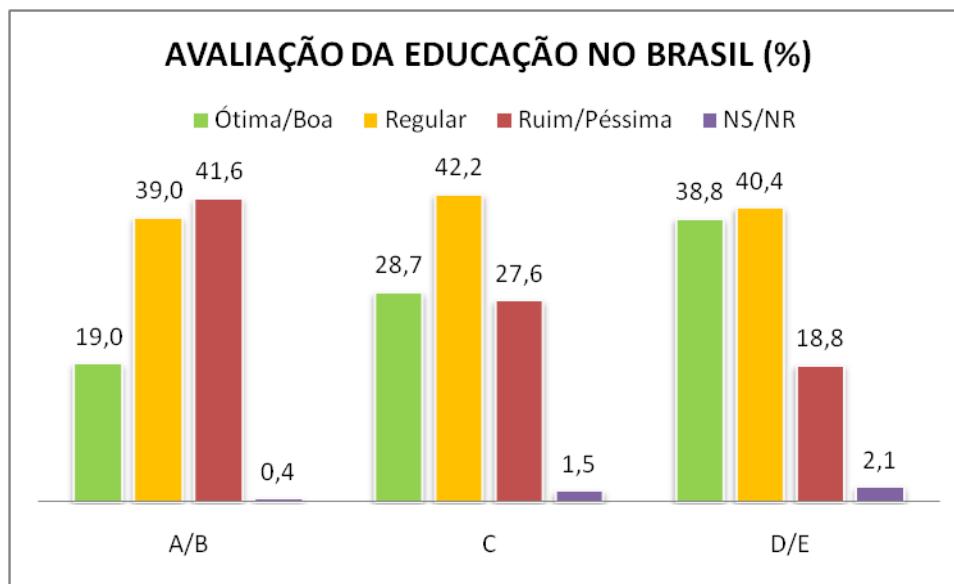
Os principais motivos das avaliações positivas foram os investimentos do governo em educação (24,1%), os investimentos na qualificação dos professores (18,5%), e os programas de investimentos nos jovens (11,8%). Entre os principais motivos das avaliações negativas destacam-se a consideração de que o ensino é fraco (20,7%), a falta de recursos (13,3%), os investimentos em qualificação de professores (12,6%) e falta de professores. Os principais motivos explicativos do conceito regular foram os mesmos da avaliação negativa. Isto significa que o diagnóstico dos principais problemas foi semelhante nos dois casos, variando a importância atribuída ao problema para a formulação da avaliação.

TABELA 8.2 - Motivos da avaliação positiva, negativa e regular

Motivos da avaliação	%
Bom/ótimo	
Investimentos do Governo em educação	24,1
Investimentos em qualificação dos professores	18,5
Programas de inventivos aos jovens	11,8
Construção de novas escolas	6,4
Criação de Esc Téc e fortalecimento do ensino profissionalizante	5,7
Bolsa Família ajuda a manter as crianças na escola	4,6
Fornecimento do livro didático	4,1
Outro	15,7
Não sabe	9,0
Ruim/péssimo	
Ensino Fraco	20,7
Falta de recursos	13,3
Investimentos em qualificação dos professores	12,6
Falta de professores	10,2
Baixos salários dos professores	9,7
Violência nas escolas	8,0
Investimentos do Governo em educação	7,0
Precariedade das escolas	6,2
Evasão escolar	2,0
Outro	8,7
Não sabe	1,6
Regular	
Ensino Fraco	13,8
Falta de professores	13,1
Falta de recursos	12,6
Investimentos em qualificação dos professores	10,7
Baixos salários dos professores	9,6
Precariedade das escolas	8,8
Violência nas escolas	8,4
Investimentos do Governo em educação	8,4
Evasão escolar	1,8
Construção de novas escolas	1,4
Programas de inventivos aos jovens	1,3
Criação de Esc. Téc. e fortalecimento do ensino profissionalizante	1,3
Fornecimento do livro didático	0,5
Bolsa Família ajuda a manter as crianças na escola	0,2
Outro	4,8
Não sabe	3,3

As avaliações positivas foram encontradas, em maior proporção, nas classes D/E (38,8%) e, em menor proporção, nas classes A/B (19,0%). Inversamente as avaliações negativas foram encontradas, em maior proporção, nas classes A/B (41,6%) e, em menor proporção, nas classes D/E (18,8%). Assim, menor poder aquisitivo está associado às avaliações positivas enquanto maior poder aquisitivo está associado às avaliações negativas.

FIGURA 8.4 - Avaliação da educação no Brasil por classe



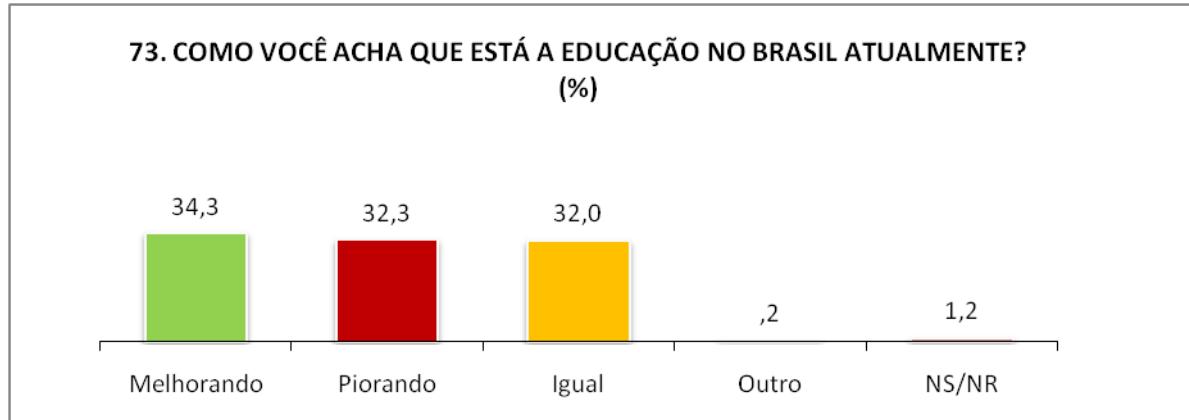
As avaliações negativas foram encontradas, em maior proporção, na região Sudeste (34,8%) e, as avaliações positivas foram encontradas, em maior proporção na região Nordeste (32,3%).

TABELA 8.3 - Avaliação da educação no Brasil por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL										
Ótima	19	4,9	43	5,9	16	1,6	8	1,6	16	4,2
Boa	92	23,9	193	26,4	193	19,3	139	27,8	99	25,7
Regular	136	35,3	292	40,0	400	40,0	222	44,4	166	43,1
Ruim	90	23,4	85	11,6	209	20,9	74	14,8	59	15,3
Péssima	44	11,4	107	14,7	175	17,5	47	9,4	39	10,1
Não sabe/Não respondeu	4	1,0	10	1,4	7	,7	10	2,0	6	1,6
Motivos da avaliação positiva										
Investimentos do Governo em educação	24	21,6	43	18,2	61	29,2	36	24,5	32	27,8
Bolsa Família ajuda a manter as crianças na escola	5	4,5	18	7,6	8	3,8	3	2,0	2	1,7
Investimentos em qualificação dos professores	12	10,8	43	18,2	42	20,1	25	17,0	27	23,5
Fornecimento do livro didático	6	5,4	8	3,4	10	4,8	6	4,1	3	2,6
Programas de inventivos aos jovens	18	16,2	33	14,0	20	9,6	16	10,9	12	10,4
Construção de novas escolas	9	8,1	19	8,1	13	6,2	5	3,4	6	5,2
Criação de Esc Téc e fortalecimento do ensino profissional	9	8,1	8	3,4	17	8,1	7	4,8	5	4,3
Outro	3	2,7	6	2,5	10	4,8	9	6,1	11	9,6
Não sabe/Não respondeu	25	22,5	58	24,6	28	13,4	40	27,2	17	14,8
Total bom/ótimo	111	100,0	236	100,0	209	100,0	147	100,0	115	100,0
Motivos da avaliação negativa										
Falta de professores	11	8,2	45	23,4	24	6,3	9	7,4	5	5,1
Precariedade das escolas	13	9,7	16	8,3	17	4,4	1	,8	21	21,4
Falta de recursos	26	19,4	24	12,5	40	10,4	30	24,8	11	11,2
Violência nas escolas	12	9,0	7	3,6	35	9,1	15	12,4	4	4,1
Baixos salários dos professores	15	11,2	13	6,8	38	9,9	17	14,0	8	8,2
Evasão escolar	6	4,5	0	,0	10	2,6	2	1,7	1	1,0
Ensino Fraco	17	12,7	18	9,4	106	27,6	20	16,5	19	19,4
Investimentos do Governo em educação	9	6,7	23	12,0	22	5,7	5	4,1	5	5,1
Investimentos em qualificação dos professores	15	11,2	31	16,1	48	12,5	7	5,8	15	15,3
Outro	5	3,7	4	2,1	28	7,3	11	9,1	6	6,1
Não sabe/Não respondeu	5	3,7	11	5,7	16	4,2	4	3,3	3	3,1
Total ruim/péssimo	134	100,0	192	100,0	384	100,0	121	100,0	98	100,0
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

A evolução da situação da educação no Brasil dividiu as opiniões em três grupos de tamanho semelhante: para 34,3% a educação está melhorando, para 32,3% está piorando, e para 32,0% a educação está igual.

FIGURA 8.5 - Evolução da educação no Brasil



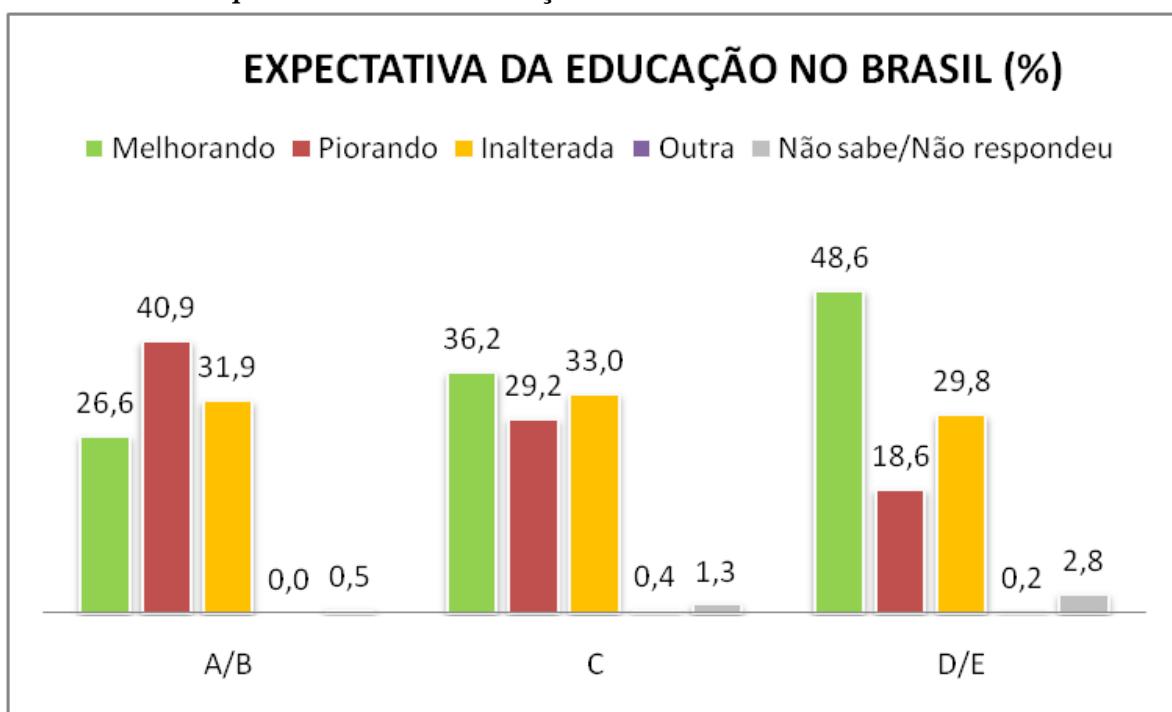
O principal motivo apontado para a melhoria da educação foi o investimento do governo em educação (46,9%). Os motivos mais recorrentemente indicados para o declínio da educação foram o ensino fraco (22,6%), a falta de recursos (18,0%) e a violência nas escolas (11,3%).

TABELA 8.4 - Motivos da evolução da educação no Brasil

Motivos da opinião	%
Melhorando	
Investimentos do Governo em educação	46,9
Investimentos em qualificação dos professores	10,1
Construção de novas escolas	7,5
Programas de inventivos aos jovens	6,8
Criação de Esc Téc e fortalecimento do ensino profissionalizante	6,4
Bolsa Família ajuda a manter as crianças na escola	6,0
Fornecimento do livro didático	1,5
Outro	10,0
Não sabe	4,8
Piorando	
Ensino Fraco	22,6
Falta de recursos	18,0
Violência nas escolas	11,3
Falta de professores	9,6
Investimentos do Governo em educação	9,5
Baixos salários dos professores	8,3
Precariedade das escolas	7,0
Investimentos em qualificação dos professores	4,4
Evasão escolar	1,7
Outro	6,5
Não sabe	1,2
Igual	
Ensino Fraco	17,8
Falta de recursos	15,3
Investimentos do Governo em educação	12,3
Falta de professores	11,4
Baixos salários dos professores	8,8
Precariedade das escolas	8,8
Violência nas escolas	6,1
Investimentos em qualificação dos professores	4,8
Criação de Escolas Técnicas e fortalecimento do ensino profi	1,4
Evasão escolar	1,4
Construção de novas escolas	1,2
Outro	4,9
Não sabe	5,7

A idéia de que a educação está melhorando no Brasil foi aceita, em maior proporção, pelas classes D/E (48,6%) e, em menor proporção pelas classes A/B (26,6%). Inversamente, as proporções das opiniões indicativas de declínio foram maiores nas classes A/B (40,9%) e menores nas classes D/E (18,6%).

FIGURA 8.6 - Expectativa sobre a educação no Brasil



Acreditam que a educação está melhorando no país, em maior proporção, as populações das regiões Nordeste (41,8%), Centro-Oeste (40,5%) e Norte (38,4%), contrastando com as regiões Sul (32,6%) e Sudeste (28,8%).

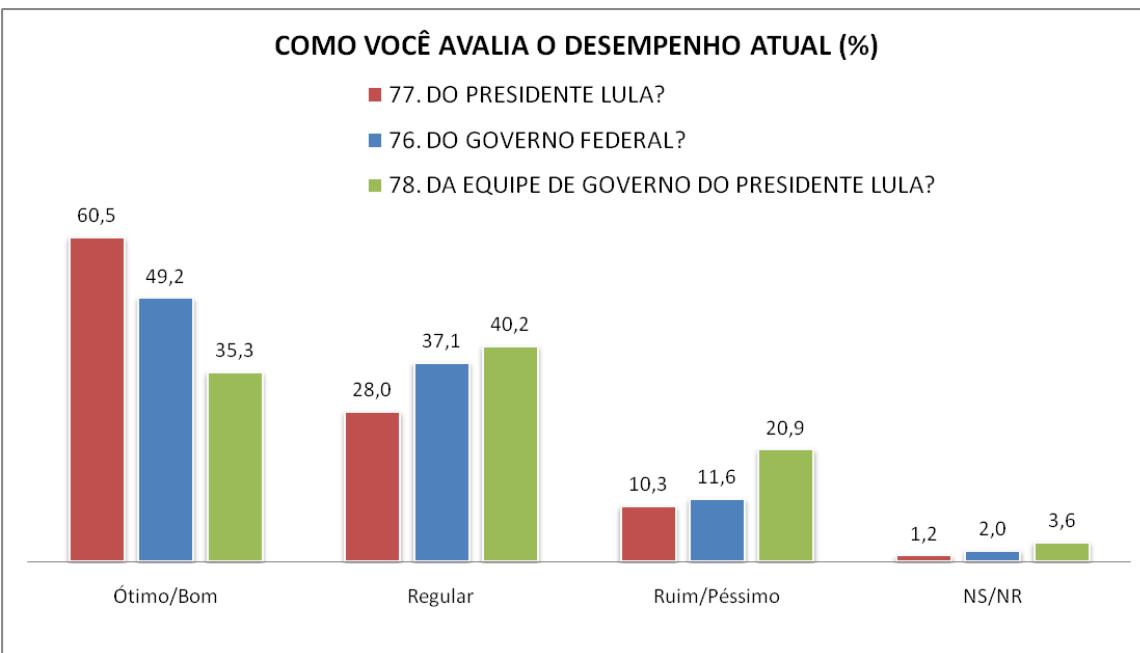
TABELA 8.5 - Expectativa sobre a educação no Brasil por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
EXPECTATIVA SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL										
Melhorando	148	38,4	305	41,8	288	28,8	163	32,6	156	40,5
Piorando	88	22,9	159	21,8	418	41,8	161	32,2	82	21,3
Inalterada	142	36,9	251	34,4	289	28,9	165	33,0	137	35,6
Outra	1	,3	1	,1	1	,1	0	,0	5	1,3
Não sabe/Não respondeu	6	1,6	14	1,9	4	,4	11	2,2	5	1,3
MOTIVOS DA AVALIAÇÃO POSITIVA										
Investimentos do Governo em educação	57	38,5	128	42,0	151	52,4	85	52,1	63	40,4
Bolsa Família ajuda a manter as crianças na escola	16	10,8	34	11,1	6	2,1	4	2,5	7	4,5
Investimentos em qualificação dos professores	19	12,8	27	8,9	29	10,1	12	7,4	27	17,3
Fornecimento do livro didático	0	,0	4	1,3	7	2,4	2	1,2	0	,0
Programas de inventivos aos jovens	16	10,8	19	6,2	21	7,3	11	6,7	5	3,2
Construção de novas escolas	17	11,5	29	9,5	20	6,9	6	3,7	8	5,1
Criação de Escolas Técnicas e fortalecimento do ensino profi	9	6,1	19	6,2	19	6,6	13	8,0	5	3,2
Outro	4	2,7	11	3,6	14	4,9	10	6,1	30	19,2
Não sabe/Não respondeu	10	6,8	34	11,1	21	7,3	20	12,3	11	7,1
Total melhorando	148	100,0	305	100,0	288	100,0	163	100,0	156	100,0
MOTIVOS DA AVALIAÇÃO NEGATIVA										
Falta de professores	10	11,4	26	16,4	37	8,9	9	5,6	3	3,7
Precariedade das escolas	4	4,5	16	10,1	27	6,5	7	4,3	10	12,2
Falta de recursos	22	25,0	27	17,0	62	14,8	43	26,7	20	24,4
Violência nas escolas	8	9,1	10	6,3	50	12,0	22	13,7	15	18,3
Baixos salários dos professores	8	9,1	13	8,2	32	7,7	18	11,2	5	6,1
Evasão escolar	3	3,4	4	2,5	5	1,2	3	1,9	2	2,4
Ensino Fraco	17	19,3	22	13,8	114	27,3	30	18,6	12	14,6
Investimentos do Governo em educação	7	8,0	16	10,1	47	11,2	7	4,3	4	4,9
Investimentos em qualificação dos professores	4	4,5	12	7,5	17	4,1	3	1,9	3	3,7
Não sabe/Não respondeu	5	5,7	13	8,2	27	6,5	19	11,8	8	9,8
Total piorando	88	100,0	159	100,0	418	100,0	161	100,0	82	100,0
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

9. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

O desempenho do Presidente Lula e do Governo Federal foram avaliados positivamente pela maioria dos brasileiros. A avaliação do desempenho do Presidente Lula foi relativamente mais favorável: 60,5% da população brasileira consideraram o desempenho atual do Presidente como ótimo ou bom, enquanto 10,4% o avaliaram como ruim ou péssimo; 49,3% avaliaram positivamente o desempenho do Governo Federal e 11,6% negativamente. O desempenho da equipe de governo do Presidente Lula foi avaliado, em maior proporção, como regular (40,2%), sendo maiores as avaliações positivas (35,3%) do que as negativas (20,9%).

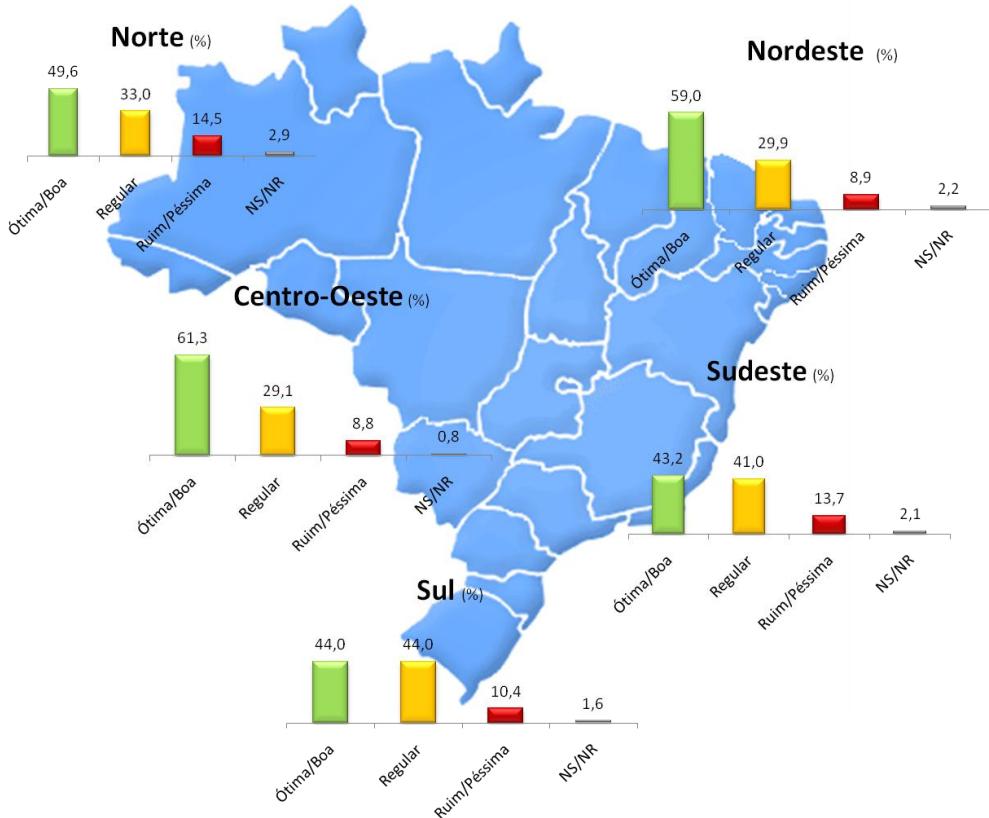
FIGURA 9.1 – Avaliação de desempenho



A avaliação do desempenho do Governo Federal por região indicou nas regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mais elevados de avaliação ótimo/bom (61,3% e 59,0%, respectivamente), diferindo da região Sul (44,0%)

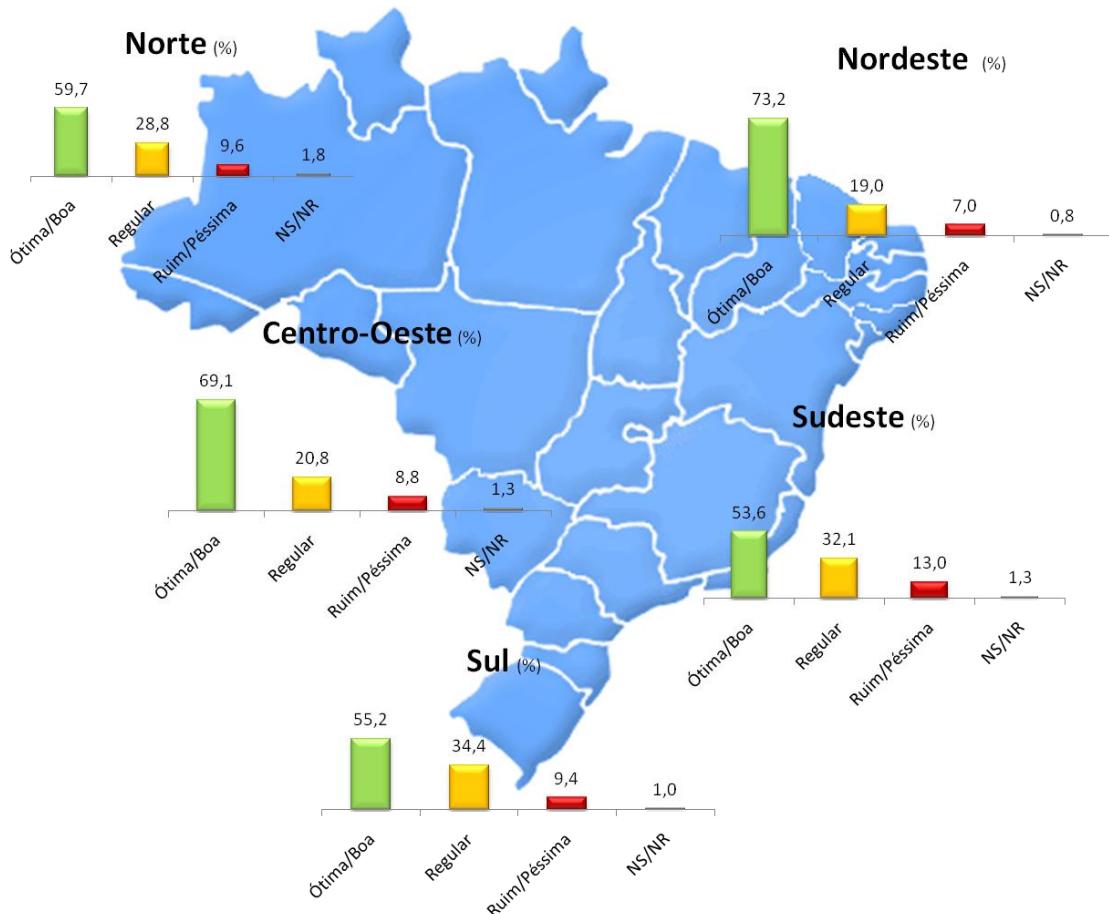
e Sudeste (43,2%). As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de avaliação regular (44,0% e 41,0%, respectivamente).

FIGURA 9.2 - Avaliação do desempenho atual do Governo Federal por região



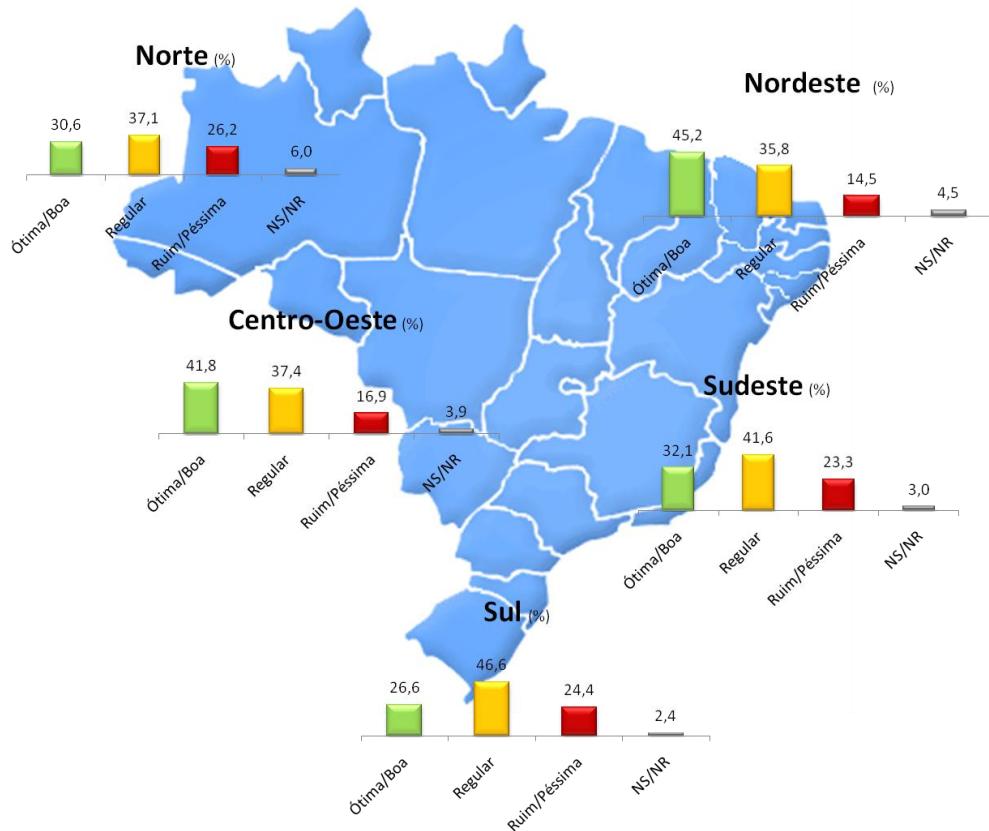
A avaliação do desempenho do Presidente Lula por região seguiu as mesmas tendências da avaliação do desempenho do Governo Federal. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de avaliação positiva (73,2% e 69,1%). Esses percentuais são significativamente menores nas regiões Sul (55,2%) e Sudeste (53,6%).

FIGURA 9.3 - Avaliação do desempenho do Presidente Lula por região

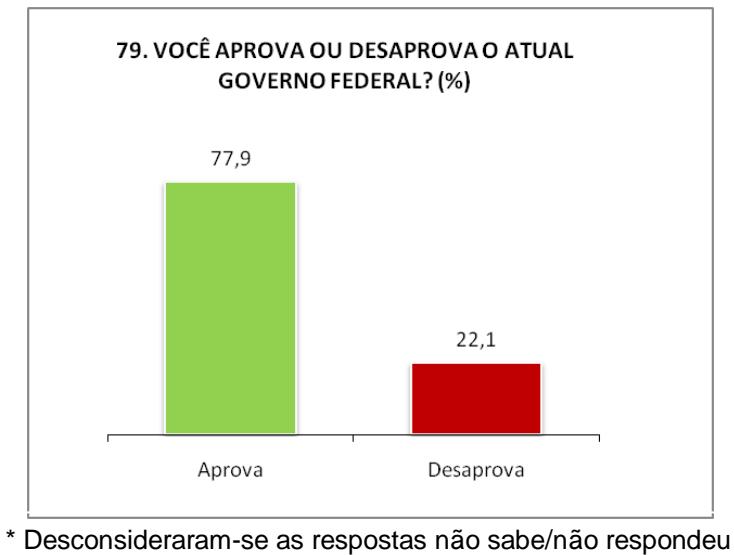


A avaliação do desempenho da equipe de governo do Presidente Lula também indicou maior proporção de avaliações positivas nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, em contraste com o Sul e o Sudeste.

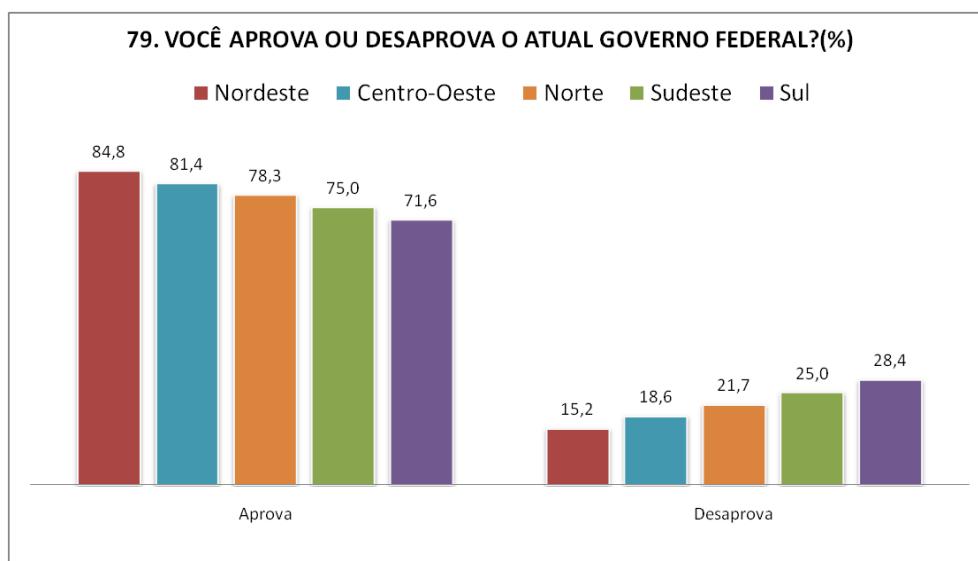
FIGURA 9.4 - Avaliação do desempenho atual da equipe do Presidente Lula por região



Frente à opção dicotômica de aprovação ou desaprovação do atual Governo Federal, a grande maioria (77,9%) manifestou-se favoravelmente, enquanto o percentual de desaprovação foi 22,1%.

FIGURA 9.5 – Aprovação do atual Governo Federal

A aprovação do Governo Federal foi maior na região Nordeste (84,8%) e menor nas regiões e Sul (71,6%) e Sudeste (75,0%).

FIGURA 9.6 – Aprovação do Governo Federal por região

A análise de dimensionamento da aprovação/desaprovação do Governo Federal, realizada através da técnica Estatística de Análise de

Correspondência (Correspondence Analysis), indicou os padrões de correspondência entre a aprovação do Governo Federal com os diferentes grupos da população quanto a idade, escolaridade e classificação sócio-econômica.

Observando-se o mapeamento obtido a partir desta análise, verificou-se uma tendência de correspondência entre a aprovação do Governo Federal com a população de escolaridade mais baixa (1° grau incompleto), classificação sócio-econômica D/E e com idade entre 25 a 39 anos. Por outro lado, verificou-se a existência de uma tendência de correspondência entre a desaprovação do Governo Federal com a população de escolaridade mais alta (3° grau completo ou incompleto), classificação sócio-econômica A/B e com idade entre 40 e 49 anos.

FIGURA 9.7 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Escolaridade

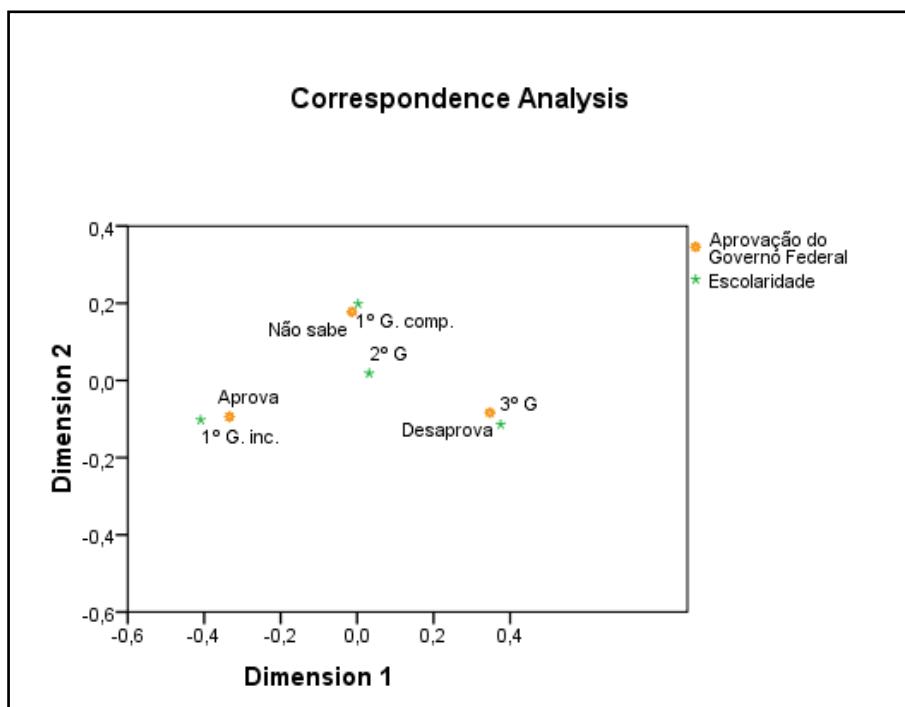


FIGURA 9.8 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Classificação sócio-econômica

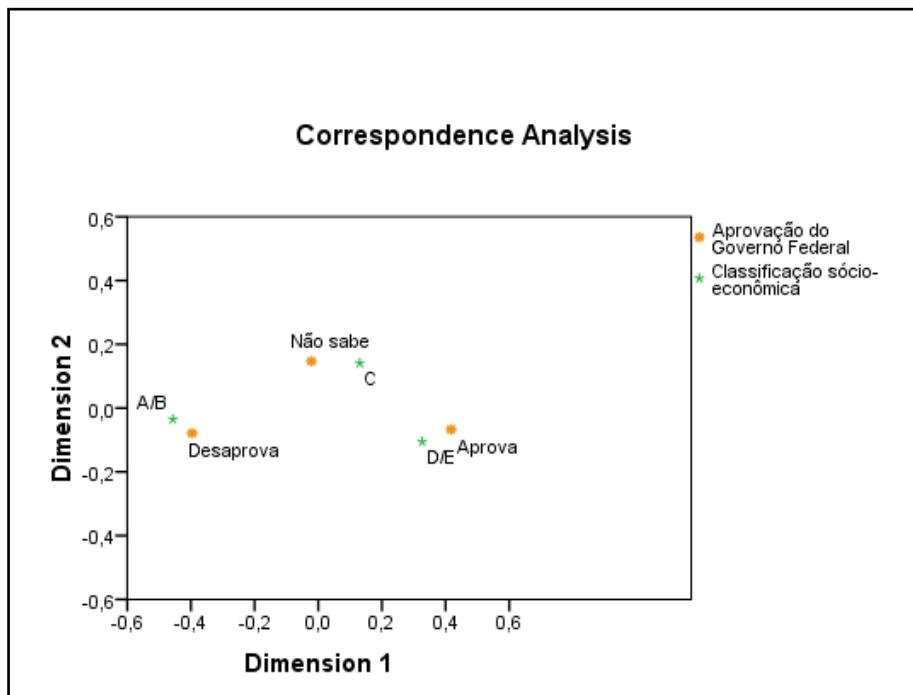
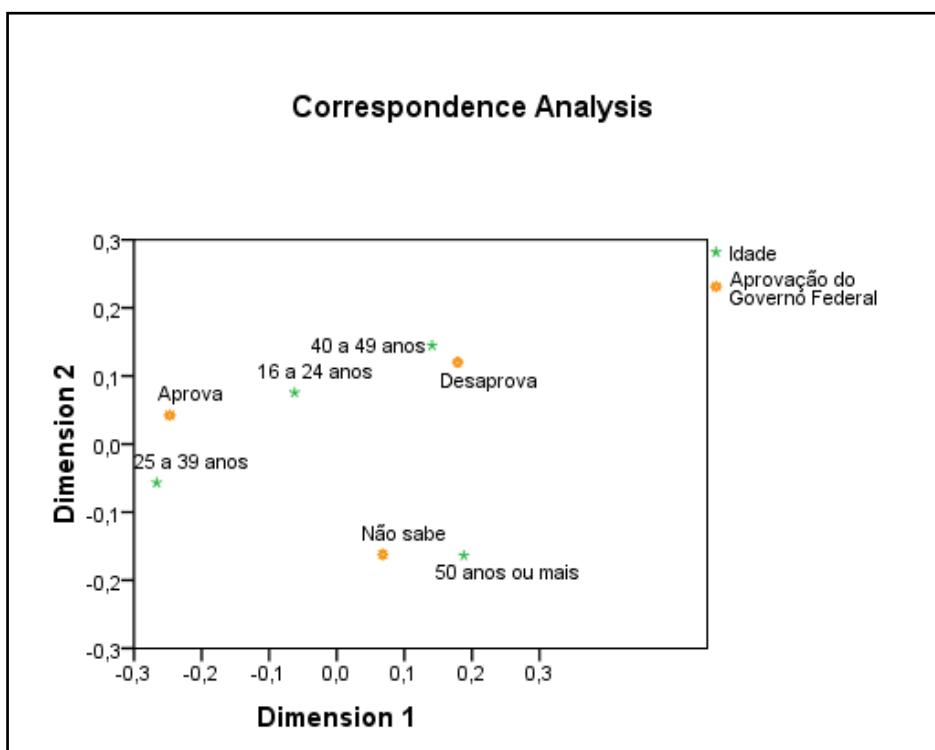


FIGURA 9.9 – Análise de Correspondência entre Aprovação do Governo Federal e Idade



A percepção do cumprimento de expectativas em relação ao Governo Federal apresentou níveis semelhantes aos da aprovação do governo. Para a grande maioria (78,7%) o governo está cumprindo parcial ou totalmente com as expectativas anteriores. A maior parte (61,8%) entende que este cumprimento de expectativas é parcial, enquanto para 16,9% todas as expectativas estão sendo cumpridas. Apenas 16,5% afirmaram que o governo não está cumprindo com as suas expectativas.

FIGURA 9.10 – Cumprimento das expectativas da população

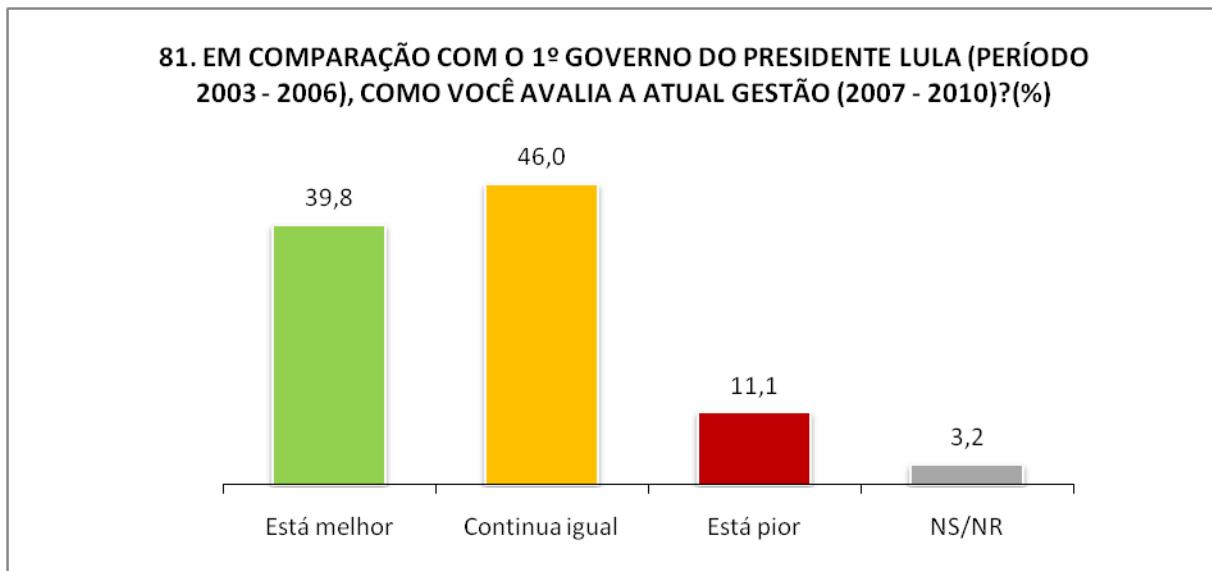


Acreditam, em maior proporção, que o governo está cumprindo com todas as expectativas as populações das regiões Nordeste (25,9%) e Centro-Oeste (22,6%), enquanto que, na região Sul, apenas 6,0% afirmaram que o governo está cumprindo com todas as suas expectativas.

TABELA 9.1 - Cumprimento das expectativas da população por região

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
O GOVERNO FEDERAL ...										
Está cumprindo com todas as suas expectativas	58	15,1	189	25,9	146	14,6	30	6,0	87	22,6
Está cumprindo com parte das suas expectativas	245	63,6	414	56,7	622	62,2	345	69,0	236	61,3
Não está cumprindo com as suas expectativas	61	15,8	83	11,4	190	19,0	106	21,2	42	10,9
Não sabe/Não respondeu	21	5,5	44	6,0	42	4,2	19	3,8	20	5,2
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

A avaliação comparativa entre os dois mandatos do Presidente Lula indicou evolução positiva. Embora a maior parte (46,0%) tenha considerado a atual gestão semelhante à anterior, a proporção indicativa de melhoria (39,8%) foi muito superior aquele referente ao declínio de desempenho (11,1%).

FIGURA 9.11 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula

A região Nordeste apresentou maior percentual de evolução positiva entre os dois mandatos do Presidente Lula (49,6%).

TABELA 9.2 - Comparaçāo entre os mandatos do Presidente por regiāo

	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
EM COMPARAÇÃO COM O 1º GOVERNO DO PRESIDENTE LULA, ESTE MANDATO...										
Está melhor	145	37,7	362	49,6	367	36,7	169	33,8	142	36,9
Continua igual	184	47,8	295	40,4	475	47,5	248	49,6	185	48,1
Está pior	47	12,2	48	6,6	134	13,4	61	12,2	38	9,9
Não sabe/Não respondeu	9	2,3	25	3,4	24	2,4	22	4,4	20	5,2
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

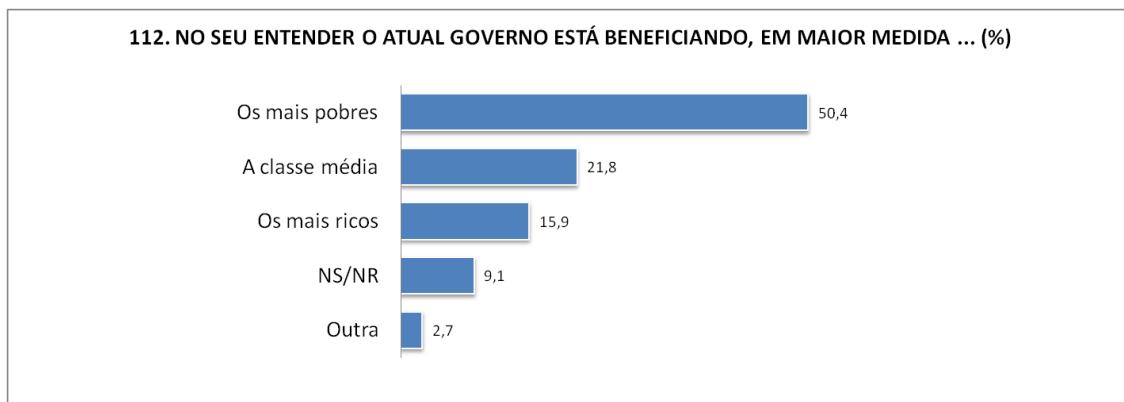
A palavra “esperança” foi a mais citada pela população para definir o Governo Federal (21,6%), seguida pela palavra “crescimento” (17,1%). Já a melhor definição para o Presidente do Brasil foi a palavra “esforço” (20,6%), seguida por “trabalho” (12,8%) e “esperança” (12,6%). A palavra “esperança” foi lembrada, em proporções consideráveis, nos dois casos.

TABELA 9.3 – Definição do Governo Federal e do Presidente em uma palavra

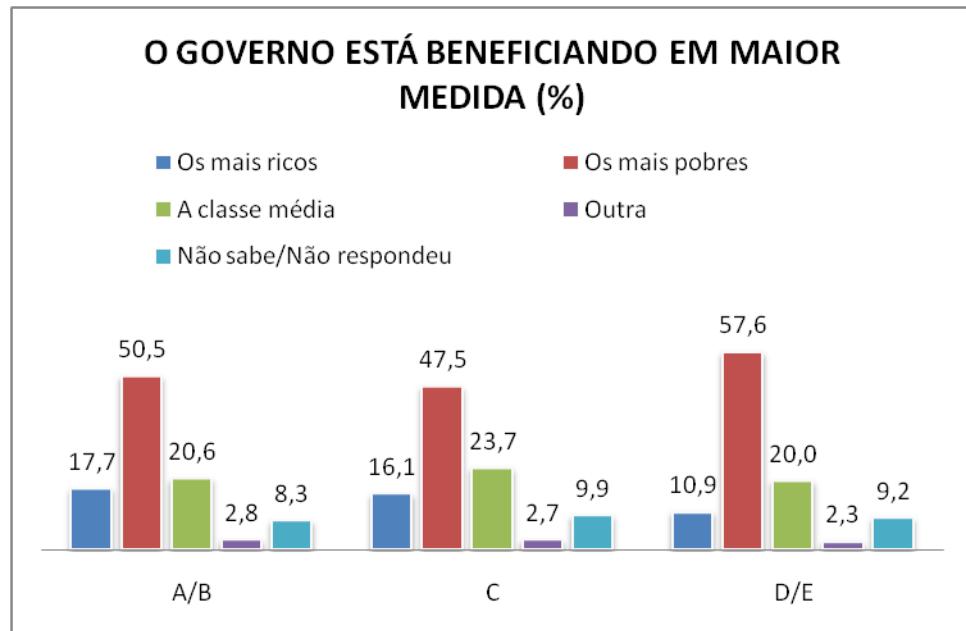
Palavra que melhor define			
O Governo Federal	%	O Presidente do Brasil	%
Esperança	21,6	Esforço	20,6
Crescimento	17,1	Trabalho	12,8
Corrupção	11,5	Esperança	12,6
Mudança	11,1	Garra	10,6
Confiança	9,6	Confiança	9,9
Igualdade	5,9	Mudança	9,4
Decepção	5,9	Viagem	6,3
Transparéncia	3,6	Demagogia	4,3
Ineficiência	2,9	Ineficiência	2,6
Incompetência	2,3	Desqualificação	2,4
Eleições	1,7	Ignorância	1,9
Calamidade	,8	Irresponsabilidade	1,8
Nenhuma delas	1,9	Nenhuma delas	1,5
Não sabe	4,3	Não sabe	3,2
Total	100,0	Total	100,0

A maioria dos entrevistados (50,4%) acredita que o atual governo está beneficiando os mais pobres, sendo que 21,8% entendem que a classe média é a principal beneficiada pelo governo e apenas 15,9% afirmaram que os mais ricos são mais beneficiados.

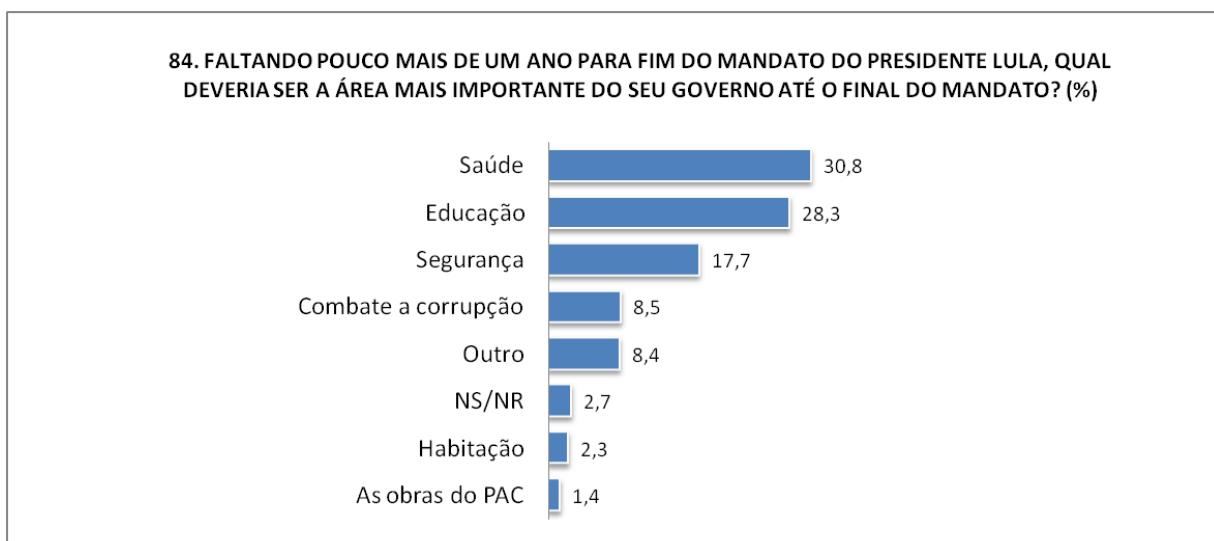
FIGURA 9.12 - Estrato social mais beneficiado pelo governo



Embora os percentuais por classe de poder aquisitivo não distem significativamente nesta avaliação, foi observada a tendência de proporções relativamente mais elevadas entre a classe e o estrato beneficiado correspondente: as classes D/E consideram que os mais pobres são beneficiados em maior proporção (57,6%), a classe C entende que a classe média é mais beneficiada em proporção relativamente maior (23,7%) e as classes A/B afirmaram que os mais ricos são mais beneficiados pelo atual governo em proporção ligeiramente superior (17,7%).

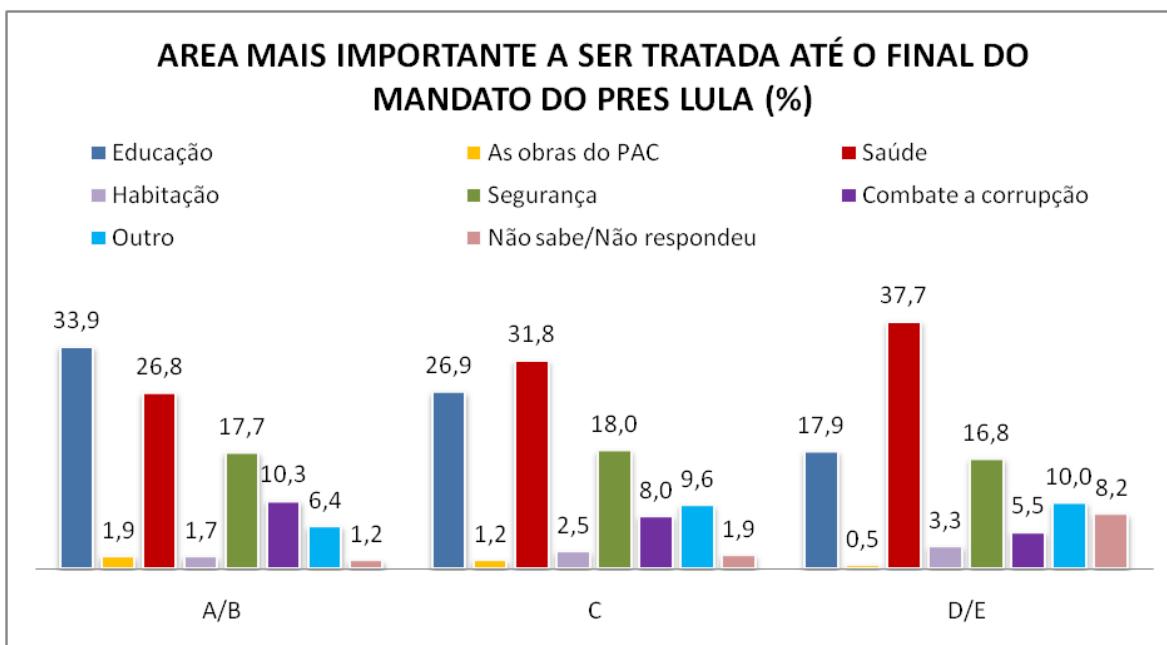
FIGURA 9.13 - Estrato social mais beneficiado pelo governo, por classe

A prioridade do governo Lula até o final do atual mandato deveria ser as áreas da saúde (30,8%), educação (28,3%), segurança (17,7%), combate à corrupção (8,5%). As obras do PAC foram apontadas por apenas 1,4% como área que deveria ser a mais importante até o final do mandato

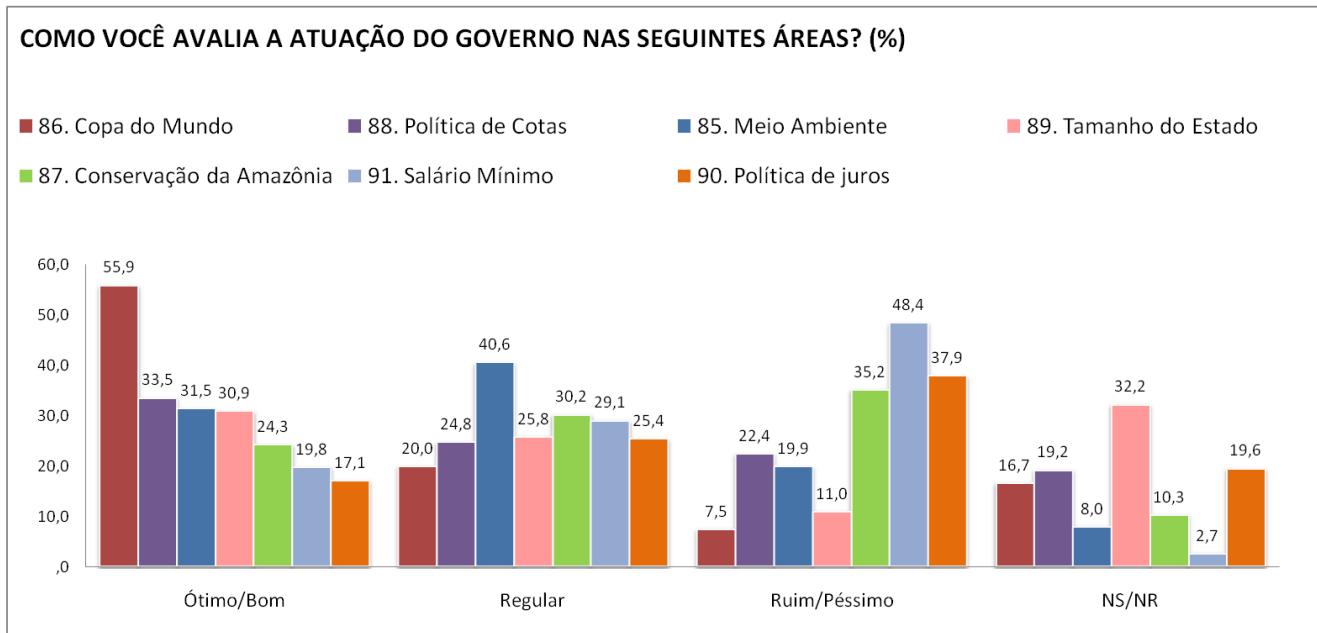
FIGURA 9.14 – Área prioritária para a atuação do Governo até o final do mandato

Os segmentos com maior poder aquisitivo apontaram como prioritária, em maior proporção, a área da educação (33,9%), enquanto foi indicada como mais relevante para a ação do Governo Federal até o final do mandato a área da saúde pelas classes D/E (37,7%) e C(31,8%).

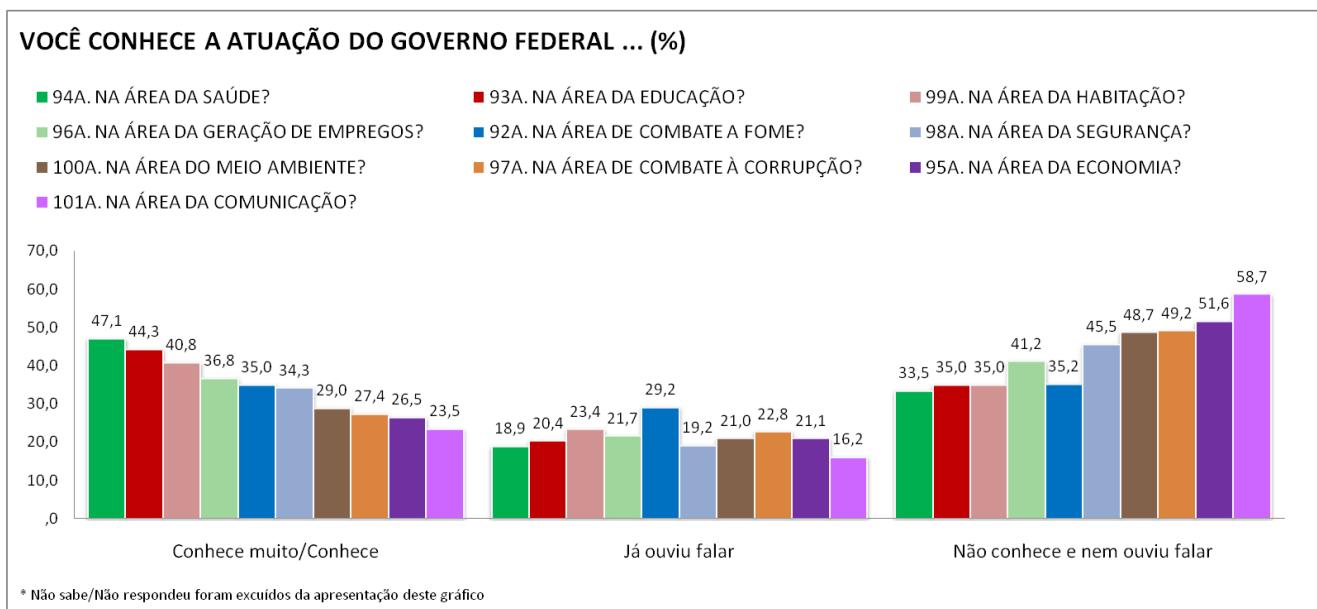
FIGURA 9.15 - Área prioritária para a atuação do Governo até o final do mandato por classe



A área de atuação do Governo Federal avaliada positivamente, em maior proporção, foi a organização da Copa do Mundo de 2014 (55,9%). As maiores proporções de avaliações negativas foram encontradas nas áreas de salário mínimo (48,4%), política de juros (37,9%) e conservação da Amazônia (35,2%).

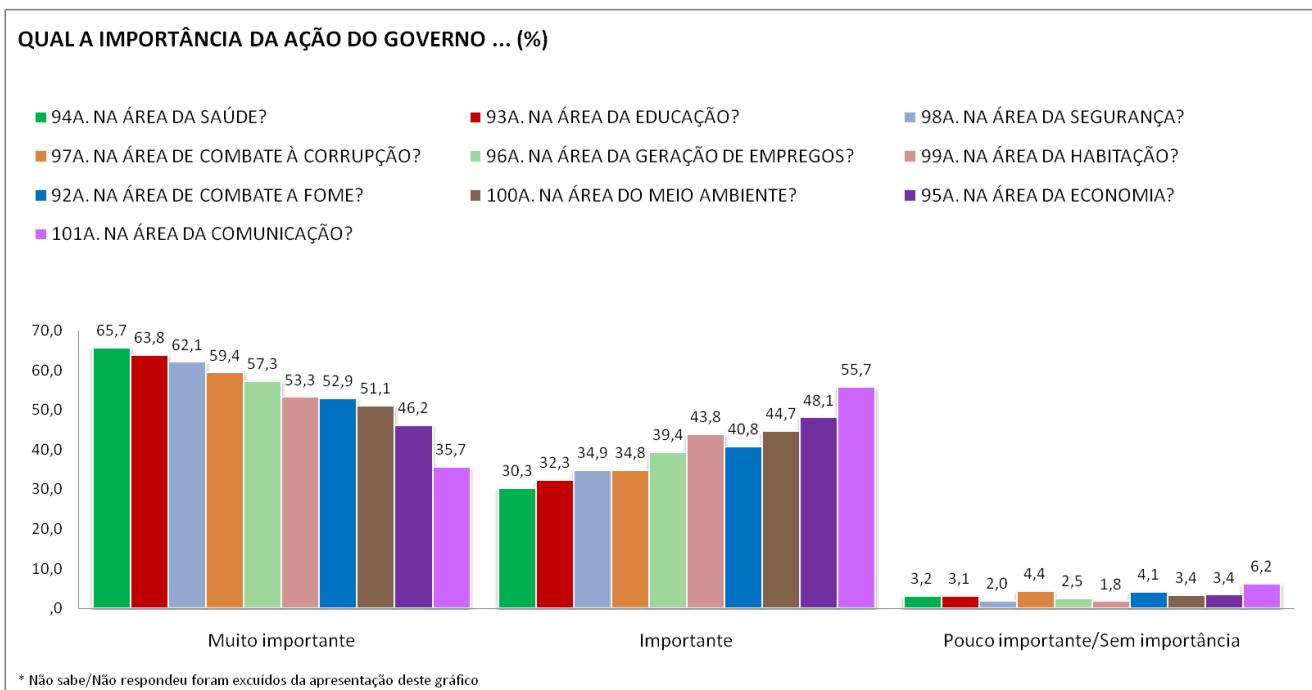
FIGURA 9.16 – Avaliação setorial da atuação do Governo

A atuação do Governo Federal é mais conhecida pela população nas áreas da saúde (47,1%) educação (44,3%) e habitação (40,8%). A atuação do governo é conhecida, em menor proporção, nas áreas da segurança, meio ambiente, combate à corrupção, economia e comunicação.

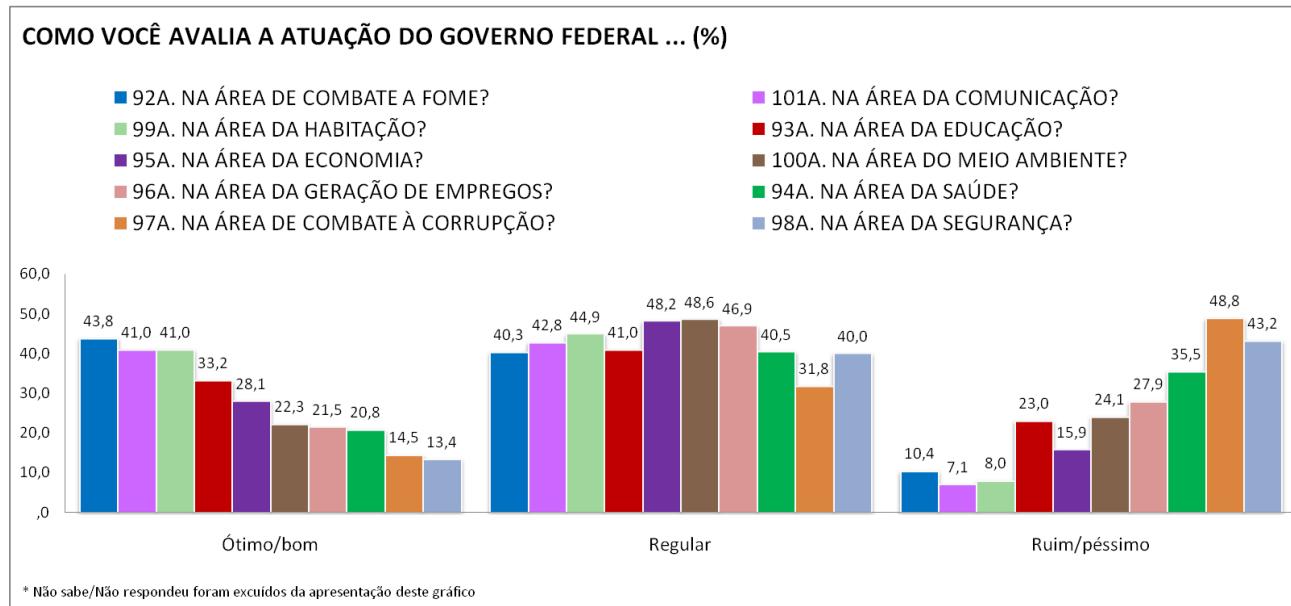
FIGURA 9.17 – Conhecimento setorial da atuação do Governo

Os entrevistados que conhecem ou já ouviram falar na atuação do governo nas áreas avaliadas consideraram mais importantes as áreas da saúde, educação e segurança.

FIGURA 9.18 – Importância setorial da atuação do Governo



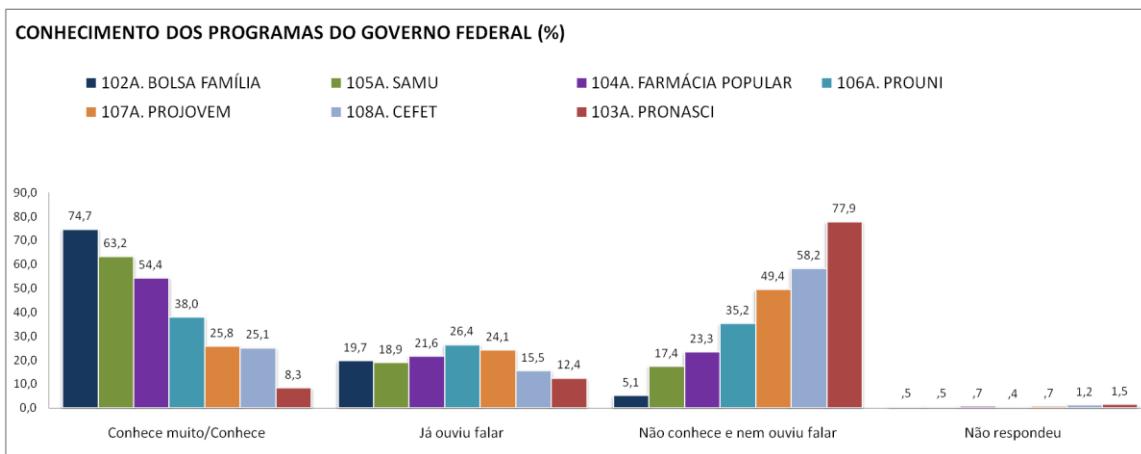
Os entrevistados que conhecem ou já ouviram falar na atuação do governo nas áreas estudadas avaliaram positivamente a atuação do governo nas áreas de combate a fome (43,8%), comunicação (41,0%) e habitação (41,0%). Por outro lado, as áreas da saúde, combate à corrupção e segurança apresentam proporções de avaliações negativas significativamente maiores.

FIGURA 9.19 – Avaliação setorial da atuação do Governo

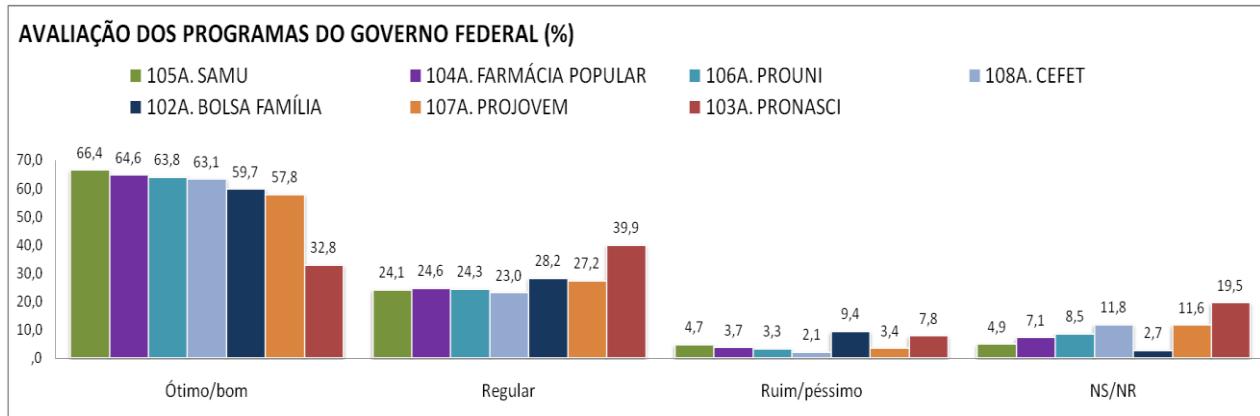
10. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO GOVERNO

Os programas do Governo Federal mais conhecidos pela população brasileira foram o Bolsa Família (74,7%), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (63,2%) e Farmácia Popular (54,4%). Os programas desconhecidos, em maior proporção, foram o PRONASCI (77,9%), CEFET (58,2%) e Pró-Jovem (49,8%).

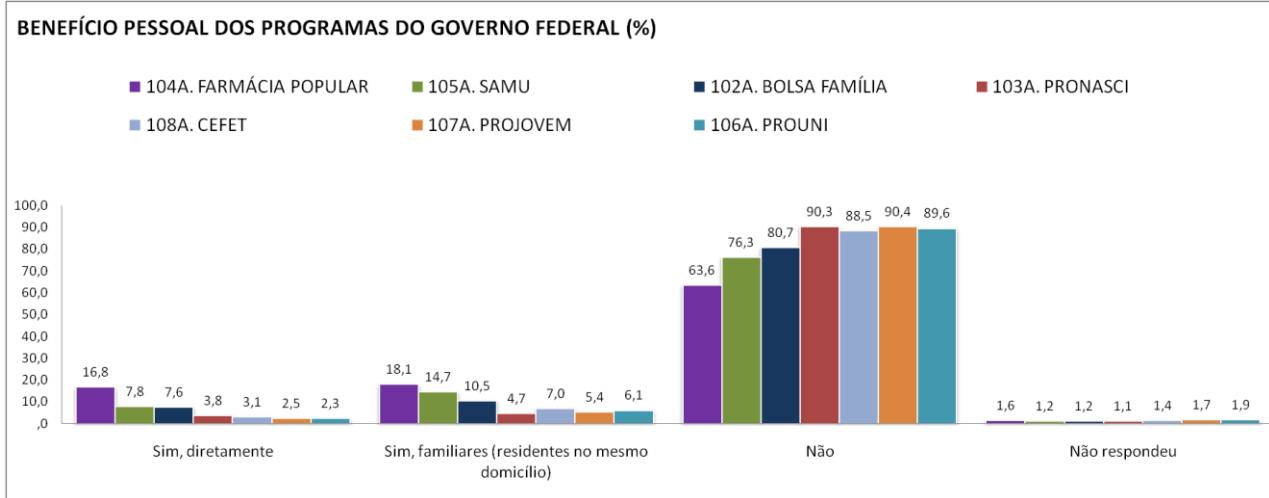
FIGURA 10.1 – Conhecimento dos programas do Governo



Entre os programas avaliados pelos entrevistados que indicaram algum nível de conhecimento sobre eles, destacou-se positivamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), considerado ótimo ou bom por 66,4%. A menor proporção de avaliação positiva foi registrada pelo PRONASCI (32,8%), considerado regular por 39,9% e não avaliado por 19,5% que não souberam emitir opinião sobre o assunto.

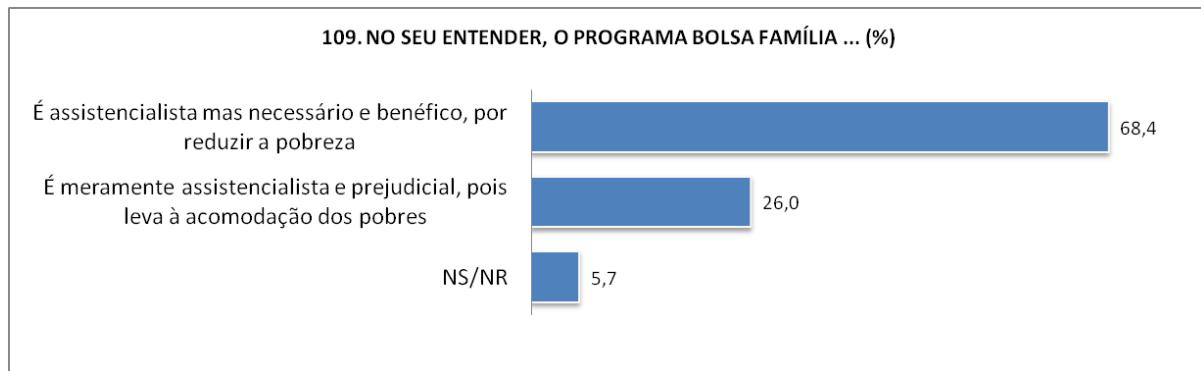
FIGURA 10.2 – Avaliação dos programas do Governo

Farmácia Popular é o programa do Governo Federal que atinge maior parcela da população brasileira, beneficiando de forma direta ou indireta (familiares) 34,9% da população. O programa SAMU beneficia de forma direta ou indireta 22,5% e programa Bolsa Família 18,1%.

FIGURA 10.3 – Benefício pessoal dos programas do Governo

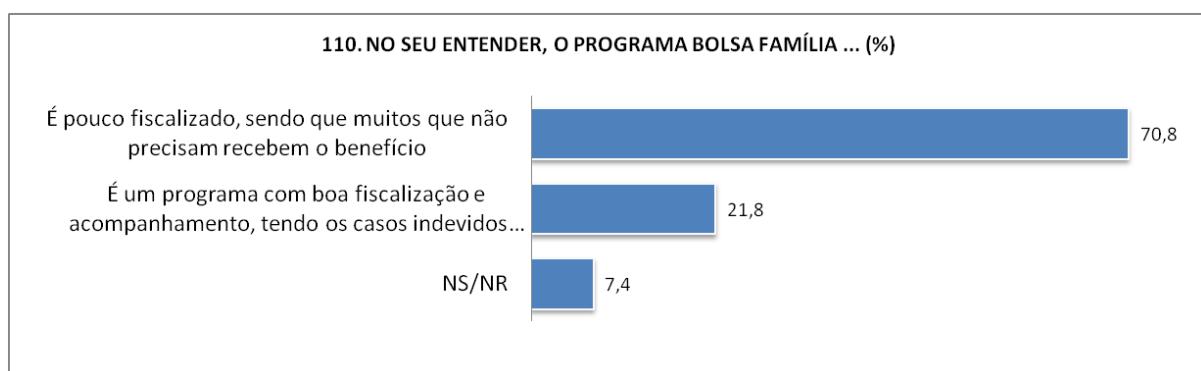
A idéia tão divulgada de que o programa Bolsa Família é meramente assistencialista e prejudicial por resultar em acomodação dos pobres foi aceita apenas por 26,0% e rejeitada por 68,4% que consideram este programa assistencialista necessário e benéfico por reduzir a pobreza.

FIGURA 10.4 – Compreensão do Programa Bolsa Família



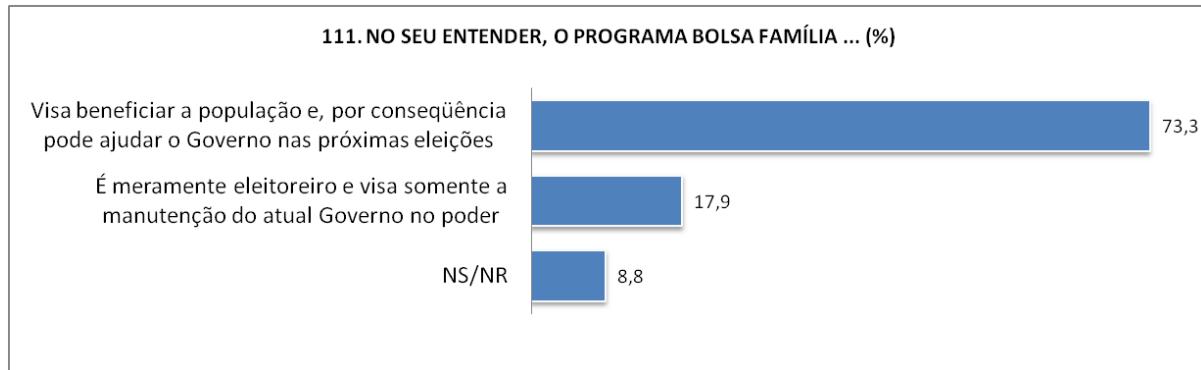
O problema da falta de fiscalização deste programa foi considerado grave pela maioria: 70,8% afirmaram que este programa é pouco fiscalizado, sendo que muitos que não precisam recebem o benefício. Apenas 21,8% acreditam que este programa é bem fiscalizado.

FIGURA 10.5 – Fiscalização do Programa Bolsa Família



A maioria rejeitou a idéia tão divulgada de que este programa é meramente eleitoreiro. Apenas 17,9% aceitaram esta tese, enquanto 73,3% entendem que o programa visa beneficiar a população e, por consequência pode ajudar o Governo Federal nas próximas eleições.

FIGURA 10.6 – Benefício do Programa Bolsa Família



Consideraram esse programa meramente assistencialista e prejudicial por levar à acomodação dos mais pobres, em maior proporção, as classes A/B (33,4%), enquanto as classes D/E entenderam, em maior proporção, o programa como necessário e benéfico por reduzir a pobreza (80,1%).

O problema da falta de fiscalização do programa foi indicado, em maior proporção, pelas classes A/B (76,8%) e em menor proporção pelas classes D/E (64,2%), sendo relativamente maior neste segmento a crença na fiscalização eficaz (27,8%).

O programa foi considerado meramente eleitoreiro, em maior proporção, pelas classes A/B (23,8%) e foi considerado como benéfico para a população, podendo por consequência, beneficiar o governo, pelas classes D/E(79,8%).

TABELA 10.1 – Compreensão do Programa Bolsa Família, por classe

NO SEU ENTENDER...	Classificação sócio-econômica			
	A/B	C	D/E	Total
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É meramente assistencialista e prejudicial, pois leva à acomodação dos pobres	33,4	23,2	15,0	26,0
É assistencialista, mas necessário e benéfico, por reduzir a fome e a pobreza	62,3	69,6	80,1	68,4
Não sabe/Não respondeu	4,3	7,3	5,0	5,7
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É pouco fiscalizado, sendo que muitos que não precisam recebem o benefício	76,8	67,5	64,2	70,8
É um programa com boa fiscalização e acompanhamento, tendo os casos indevidos cancelados	17,3	23,9	27,8	21,8
Não sabe/Não respondeu	5,8	8,7	8,0	7,4
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É meramente eleitoreiro e visa somente a manutenção do atual governo no poder	23,8	16,0	8,0	17,9
Visa beneficiar a população e, por consequência pode ajudar o governo nas próximas eleições	69,5	74,4	79,8	73,3
Não sabe/Não respondeu	6,7	9,6	12,2	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A opinião de que o programa, apesar de assistencialista, é necessário e benéfico por reduzir a pobreza foi encontrada em maior proporção nas regiões Norte (76,1%) e Nordeste (75,8%). Nas regiões Sul e Sudeste foram registrados os maiores percentuais do entendimento de que este programa é prejudicial por levar os pobres à acomodação (29,2% e 29,4%, respectivamente).

A desconfiança sobre a falta de fiscalização do programa foi indicada em maior proporção na região Sul (76,3%) e a crença na eficiente fiscalização foi indicada em maior proporção na região Nordeste (25,3%).

A crítica ao caráter meramente eleitoreiro do programa foi feita em maior proporção na região Sudeste (23,6%) e a opinião de que o programa visa beneficiar a população e pode, por consequência, beneficiar o governo foi encontrada, em maior proporção, na região Nordeste (79,2%).

TABELA 10.2 – Compreensão do Programa Bolsa Família, por região

NO SEU ENTENDER...	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É meramente assistencialista e prejudicial, pois leva à acomodação dos pobres É assistencialista, mas necessário e benéfico, por reduzir a fome e a pobreza Não sabe/Não respondeu	68	17,7	152	20,8	294	29,4	146	29,2	98	25,5
	293	76,1	553	75,8	640	64,0	325	65,0	259	67,3
	24	6,2	25	3,4	66	6,6	29	5,8	28	7,3
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É pouco fiscalizado, sendo que muitos que não precisam recebem o benefício É um programa com boa fiscalização e acompanhamento, tendo os casos indevidos cancelados Não sabe/Não respondeu	270	70,1	504	69,0	708	70,8	368	73,6	276	71,7
	89	23,1	185	25,3	211	21,1	89	17,8	79	20,5
	26	6,8	41	5,6	81	8,1	43	8,6	30	7,8
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É meramente eleitoreiro e visa somente a manutenção do atual governo no poder Visa beneficiar a população e, por consequência pode ajudar o governo nas próximas eleições Não sabe/Não respondeu	55	14,3	89	12,2	236	23,6	65	13,0	68	17,7
	298	77,4	578	79,2	678	67,8	385	77,0	283	73,5
	32	8,3	63	8,6	86	8,6	50	10,0	34	8,8
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

As proporções encontradas entre os usuários do programa acompanharam as mesmas tendências do conjunto da amostra, sendo relativamente superiores nos entendimentos de que o programa é necessário e benéfico por reduzir a fome e a pobreza, é bem fiscalizado, visa beneficiar a população, podendo, por consequência, beneficiar o Governo Federal.

TABELA 10.3 – Compreensão do Programa Bolsa Família, pelos usuários do programa

NO ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
É meramente assistencialista e prejudicial, pois leva à acomodação dos pobres	14,7
É assistencialista, mas necessário e benéfico, por reduzir a fome e a pobreza	80,9
Não sabe/Não respondeu	4,4
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
É pouco fiscalizado, sendo que muitos que não precisam recebem o benefício	66,9
É um programa com boa fiscalização e acompanhamento, tendo os casos indevidos cancelados	28,2
Não sabe/Não respondeu	4,9
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
É meramente eleitoreiro e visa somente a manutenção do atual governo no poder	9,3
Visa beneficiar a população e, por consequência pode ajudar o governo nas próximas eleições	82,0
Não sabe/Não respondeu	8,7
Total	

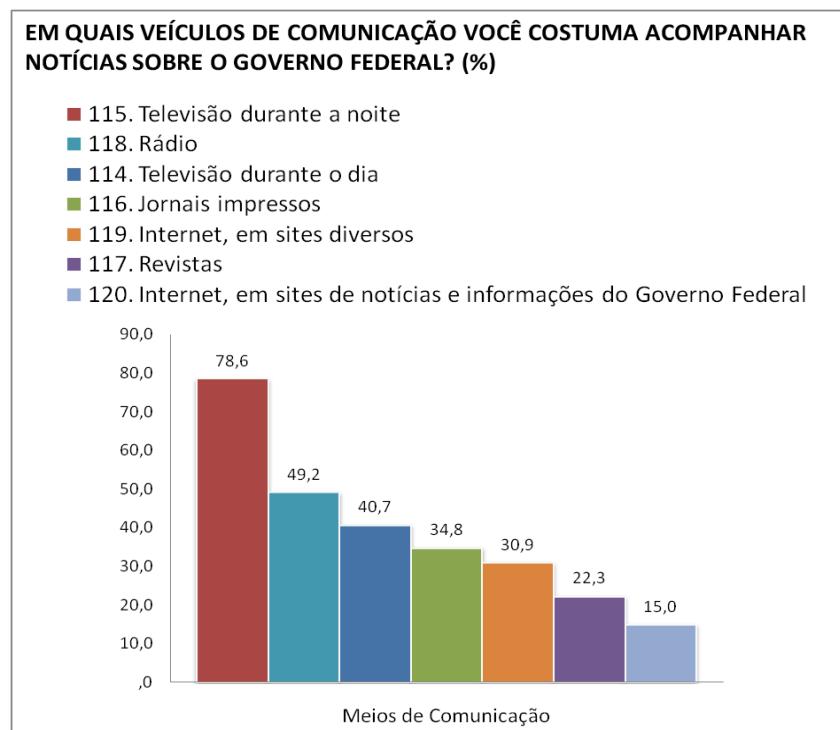
11. FONTE DE INFORMAÇÕES

Os meios de comunicação (jornais, TV, rádio e revistas) constituem as principais fontes de informação sobre o Governo Federal para 83,2% da população brasileira.

FIGURA 11.1 - Fontes de informação sobre o Governo Federal



Os principais veículos de comunicação para a captação de notícias sobre o Governo Federal foram a televisão, durante a noite (78,6%), e durante o dia (40,7%), rádio (49,2%), jornais impressos (34,8%) e Internet em sites diversos (30,9%) e em sites do governo (15,0%), e revistas (22,3%).

FIGURA 11.2 - Veículos de comunicação utilizados

Os jornais impressos são mais utilizados nas regiões Sudeste (42,0%) e Sul (41,2) e menos na região Nordeste (21,1%). As notícias sobre o governo nas revistas são lidas, em maior proporção, na região Sudeste (28,7%). Constitui fonte importante de informação sobre o Governo Federal a televisão durante o dia nas regiões Nordeste (53,8%) e Norte (53,0%).

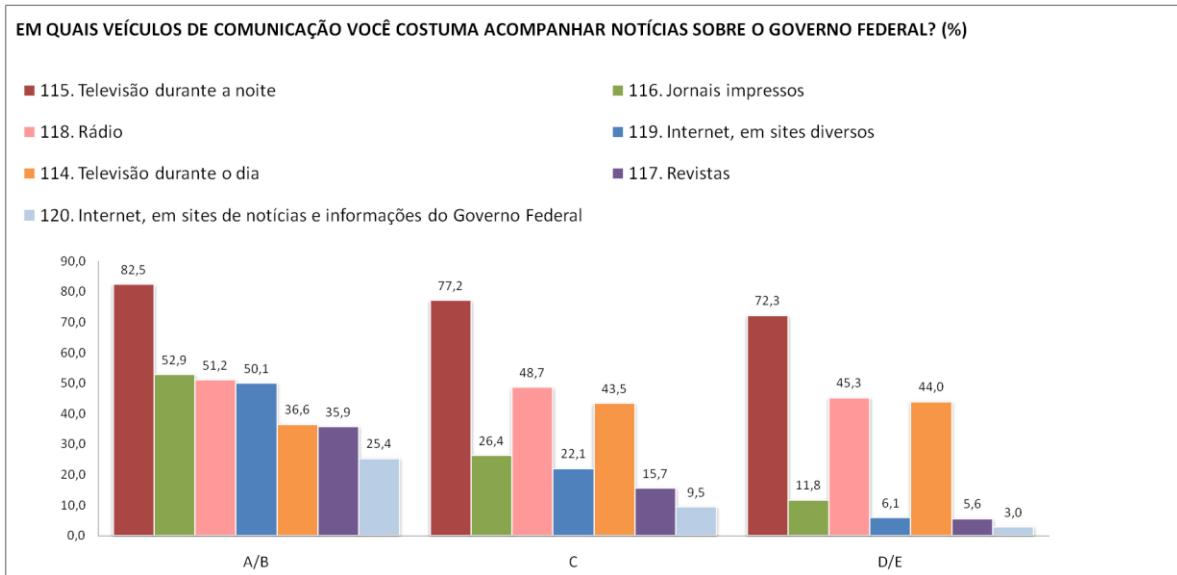
TABELA 11.1 - Veículos de comunicação utilizados, por região

VEÍCULOS ONDE COSTUMA ACOMPANHAR INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO FEDERAL	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Televisão durante o dia										
Sim	204	53,0	393	53,8	346	34,6	167	33,4	128	33,2
Raramente	114	29,6	203	27,8	337	33,7	144	28,8	149	38,7
Não	63	16,4	131	17,9	313	31,3	176	35,2	105	27,3
Não respondeu	4	,1,0	3	,4	4	,4	13	2,6	3	,8
Televisão durante a noite										
Sim	280	72,7	575	78,8	799	79,9	387	77,4	299	77,7
Raramente	65	16,9	108	14,8	128	12,8	69	13,8	58	15,1
Não	38	9,9	45	6,2	67	6,7	35	7,0	26	6,8
Não respondeu	2	,5	2	,3	6	,6	9	1,8	2	,5
Jornais impressos										
Sim	132	34,3	154	21,1	420	42,0	206	41,2	109	28,3
Raramente	101	26,2	193	26,4	278	27,8	132	26,4	122	31,7
Não	149	38,7	380	52,1	295	29,5	150	30,0	147	38,2
Não respondeu	3	,8	3	,4	7	,7	12	2,4	7	1,8
Revistas										
Sim	73	19,0	110	15,1	287	28,7	96	19,2	75	19,5
Raramente	114	29,6	178	24,4	291	29,1	147	29,4	117	30,4
Não	194	50,4	435	59,6	413	41,3	247	49,4	186	48,3
Não respondeu	4	1,0	7	1,0	9	,9	10	2,0	7	1,8
Rádio										
Sim	130	33,8	345	47,3	528	52,8	242	48,4	195	50,6
Raramente	93	24,2	175	24,0	216	21,6	112	22,4	82	21,3
Não	158	41,0	207	28,4	249	24,9	135	27,0	98	25,5
Não respondeu	4	1,0	3	,4	7	,7	11	2,2	10	2,6
Internet, em sites diversos										
Sim	116	30,1	152	20,8	396	39,6	120	24,0	117	30,4
Raramente	47	12,2	89	12,2	155	15,5	98	19,6	78	20,3
Não	219	56,9	479	65,6	444	44,4	271	54,2	181	47,0
Não respondeu	3	,8	10	1,4	5	,5	11	2,2	9	2,3
Internet, em sites de notícias e informações do governo										
Sim	55	14,3	71	9,7	204	20,4	29	5,8	81	21,0
Raramente	52	13,5	99	13,6	169	16,9	56	11,2	60	15,6
Não	271	70,4	551	75,5	621	62,1	402	80,4	233	60,5
Não respondeu	7	1,8	9	1,2	6	,6	13	2,6	11	2,9
Total	385	100,0	730	100,0	1000	100,0	500	100,0	385	100,0

A televisão à noite é a principal fonte de informação em todas as classes. No caso das classes D e E são mais relevantes a televisão e a rádio. Para as

classes A e B os jornais impressos e a Internet também são fontes de informação sobre o governo muito utilizadas.

FIGURA 11.3 - Veículos de comunicação utilizados, por classe



Possuem Internet em casa 39,7% da população brasileira. Possuem Internet, em maior proporção, as classes A e B (69,2%), sendo que na classe C somente 25,1% tem acesso em casa e nas classes D e E esta proporção é muito pequena (4,2%).

FIGURA 11.4 – Possui Internet em casa

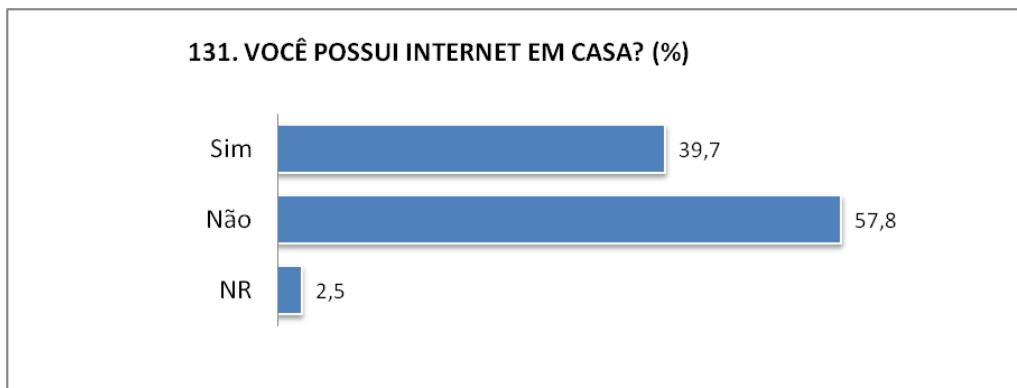
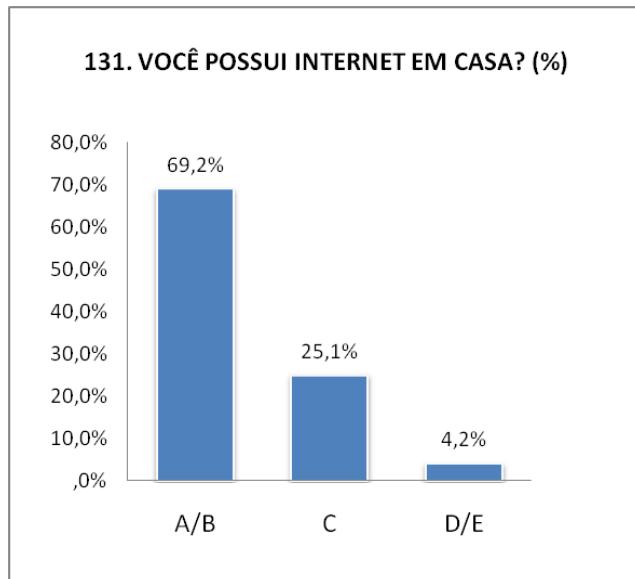


FIGURA 11.5 - Veículos de comunicação utilizados, por classe



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conjunto dos dados resultou em considerações finais que serão apresentadas a seguir de forma tópica, breve e resumida.

- 1) A situação atual do país foi percebida como marcada pela convivência contraditória de dois conjuntos de fatores contrastantes. De um lado, é clara a percepção sobre o atual crescimento do país e sobre as melhorias sociais impulsionados pela ação do Governo Federal nos últimos anos, especialmente em relação ao aumento salarial e aos programas sociais (bolsa-família, habitação) que resultaram em aumento da qualidade de vida da população. Por outro lado, estão atuando a crise econômica e os problemas sociais estruturais e históricos percebidos como agravados no contexto atual, especialmente o desemprego, o custo de vida, a situação da saúde, da segurança pública e da corrupção.
- 2) O desenvolvimento econômico, percebido majoritariamente como real e existente e não uma mera propaganda do governo, se contrapõe à crise econômica, minimizando-a, sem resolvê-la. Embora a maioria não esteja sendo afetada diretamente pela crise, é forte o receio sobre os seus possíveis efeitos prejudiciais e é grande a desconfiança sobre a capacidade do governo enfrentar a situação. Do mesmo modo, melhorias sociais são percebidas e reconhecidas como benéficas para a população, mas insuficientes para fazer frente aos grandes e históricos problemas sociais. Se os efeitos positivos do Programa Bolsa Família são reconhecidos, por um lado, por outro o problema da pobreza é visto como persistente e agravado no atual contexto. Os esforços governamentais são vistos como inexistentes ou insuficientes nas áreas mais críticas em especial segurança, desemprego, corrupção, saúde, educação e meio ambiente.

- 3) Em função do quadro descrito, predominou na avaliação da situação atual do Brasil na atualidade o conceito regular. Igualmente, na avaliação da situação econômica atual destacou-se o conceito regular. Nos dois casos a comparação das proporções de avaliações positivas e negativas indicou ligeira vantagem das avaliações positivas. O esforço do governo em enfrentar a crise e os problemas do país foi reconhecido pela maioria. A elevação dos salários e a melhoria da qualidade de vida da população são vistos como resultados concretos. A maior presença do Brasil no exterior foi percebida e reconhecida como relevante para o desenvolvimento do país. O PAC e o Programa da Habitação foram considerados sérios e importantes para o país, sendo rejeitada a idéia de que tais projetos significam meramente medidas eleitoreiras. Este reconhecimento não significa crença na capacidade do governo em resolver os principais problemas nacionais. O que foi feito ainda é muito pouco frente ao histórico ruim. Os principais motivos alegados para a emissão do conceito regular foram os mesmos indicados pela avaliação negativa (desemprego, crise econômica corrupção, violência). Os relevantes e persistentes problemas históricos, agravados no contexto da atual crise econômica, não permitem, para muitos, que seja positiva a avaliação da atual situação brasileira.
- 4) Perceberam as melhorias sociais, em maior proporção, as classes D/E e, em menor proporção, as classes A/B, situando-se a classe C em posições intermediárias. As classes A/B avaliaram negativamente em maior proporção as áreas da segurança, saúde, educação e meio ambiente, e apontaram a corrupção como o principal e mais grave problema do país, enquanto as classes D/E indicaram como maior problema o desemprego. A melhoria da educação foi percebida, em maior proporção, pelas classes D/E, enquanto as proporções das opiniões indicativas de declínio foram maiores nas classes A/B. As

avaliações positivas em relação às áreas investigadas foram geralmente mais elevadas nas classes D/E. Inversamente as avaliações negativas foram encontradas, em maior proporção, nas classes A/B e, em menor proporção, nas classes D/E. Assim, de modo geral, menor poder aquisitivo esteve associado às avaliações positivas enquanto maior poder aquisitivo esteve associado às avaliações negativas. Outra tendência observada em várias questões classes foram os níveis mais elevados de desconhecimento das classes D/E sobre os assuntos abordados (altas proporções de respostas “não sabe” em vários temas como PAC, habitação, educação, etc.).

- 5) Tendências semelhantes foram observadas na diferenciação das opiniões por região. De modo geral, as melhorias sociais foram percebidas em maior proporção na região Nordeste e, em menor proporção nas regiões Sul e Sudeste. O crescimento atual do país foi mais percebido na região Nordeste, diferindo significativamente da região Sudeste. Acreditam que a educação está melhorando no país, em maior proporção, as populações das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, contrastando com as regiões Sul e Sudeste. Reconhecem, em maior proporção, a importância do Programa Bolsa Família como um projeto sério, necessário e benéfico para o país as regiões Norte e Nordeste, diferentemente as regiões Sul e Sudeste.
- 6) Embora reconheça o crescimento do país e as melhorias sociais recentes a população do Nordeste avaliou negativamente, em maior proporção, serviços públicos precários como é o caso da saúde. Nas regiões Norte e Nordeste, encontram-se as maiores proporções de utilização do serviço público de saúde e de avaliação negativa destes serviços. A região Sul, diferentemente, apresentou o maior percentual de satisfação com o sistema público de saúde. Assim como a saúde, o desemprego constitui problema mais grave a ser enfrentado para as

regiões Nordeste e Centro-Oeste. Nas regiões Sul e Sudeste destacaram-se com proporções relativamente maiores os problemas da segurança e corrupção, considerados menos relevantes na região Nordeste. A medida considerada em maior proporção importante para a redução do desemprego nas regiões Sul e Sudeste foi a redução dos encargos trabalhistas, diferentemente da região Nordeste. Embora tenha percebido o crescimento em maior proporção, a região Nordeste sentiu mais os efeitos da crise. A avaliação de que a crise não está afetando a vida foi mais elevada na região Sul.

- 7) Em consonância com o reconhecimento das iniciativas e esforços do Governo Federal em impulsionar melhorias sociais e desenvolvimento na avaliação da atual situação do país, o Governo Federal foi avaliado positivamente pela população brasileira. A proporção de avaliações positivas, abrangendo quase metade da população, foi muito superior a proporção relativa às avaliações negativas (11,6%). O considerável percentual do conceito regular (37,1%) indica confiança parcial e dúvida quanto à capacidade de enfrentamento à crise e aos grandes, graves e persistentes problemas históricos do país.
- 8) Grande parte das proporções do conceito regular transformou-se em aprovação do governo quando a pergunta excluiu a possibilidade de uma posição intermediária. O contexto dos dados analisados, contudo, recomendam leitura cautelosa e não ufanista do considerável percentual de aprovação do Governo Federal (77,9%). Se a tendência predominante do regular inclina-se para uma percepção mais positiva do que negativa, não se pode esquecer que a opção original de 37,1% foi por um conceito intermediário. Esta conclusão foi reforçada pelos resultados da questão sobre a percepção do cumprimento de expectativas em relação ao Governo Federal. Para a maioria (61,8%) as

expectativas estão sendo parcialmente cumpridas, enquanto apenas para 16,9% todas as expectativas estão sendo cumpridas.

- 9) Os dados sugerem que a avaliação positiva do governo se deve em grande medida ao Presidente Lula, avaliado positivamente por proporção superior (60,5%). Diferentemente, o desempenho da equipe de governo do Presidente Lula foi avaliado, em maior proporção, como regular (40,2%), sendo relativamente menores as avaliações positivas (35,3%).
- 10) O Governo Federal foi associado, em maior proporção, as palavras-síntese “esperança” e “crescimento”. O Presidente Lula foi associado às palavras “esforço”, “trabalho” e “esperança”. A palavra “esperança” foi lembrada, em proporções consideráveis, nos dois casos.
- 11) A associação do atual Governo Federal e do Presidente com o termo “esperança” é importante, especialmente, se considerarmos a tradição na cultura brasileira de valorização da idéia de esperança, reafirmada por este levantamento em dois aspectos investigados. As expectativas sobre o futuro do país nos próximos cinco anos foram predominantemente otimistas. Do mesmo modo, foram otimistas as expectativas sobre o modo como o país estará após a crise, mais fortalecido. A esperança recorrentemente afirmada em pesquisas sobre o futuro do país pode se constituir em um elemento articulador importante de conteúdos de comunicação.
- 12) A maioria identificou e reconheceu a opção do atual Governo Federal em beneficiar os mais pobres através das ações e políticas públicas desenvolvidas. Do mesmo modo, foi percebida a intenção do programa habitacional em beneficiar os segmentos mais pobres da população.

- 13) O direcionamento de programas e políticas para os segmentos mais pobres se refletiu, em alguma medida, nas avaliações das classes D/E mais favoráveis ao governo e nos posicionamentos mais desfavoráveis das classes A/B. A análise de dimensionamento da aprovação/desaprovação do Governo Federal, realizada através da técnica Estatística de Análise de Correspondência, indicou uma tendência de correspondência entre a aprovação do Governo Federal com a população de escolaridade mais baixa (1º grau incompleto) e classes D/E. Por outro lado, verificou-se a existência de uma tendência de correspondência entre a desaprovação do Governo Federal com a população de escolaridade mais alta (3º grau completo ou incompleto) e classes A/B.
- 14) A avaliação do desempenho do Governo Federal por região indicou maior proporção de avaliações positivas nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de avaliação regular. A aprovação do Governo Federal foi maior na região Nordeste (84,8%) e menor nas regiões e Sul (71,6%) e Sudeste (75,0%).
- 15) As tendências observadas na avaliação da situação do país foram, assim, semelhantes às verificadas na avaliação do desempenho do governo: de modo geral, menor poder aquisitivo esteve associado às avaliações positivas enquanto maior poder aquisitivo esteve associado às avaliações negativas.
- 16) Os entrevistados avaliaram positivamente a atuação do governo nas áreas de combate à fome, comunicação e habitação. Por outro lado, as áreas da saúde, combate à corrupção e segurança apresentaram proporções de avaliações negativas significativamente maiores.

- 17) Os programas do Governo Federal mais conhecidos e avaliados positivamente, em maior proporção, foram o Bolsa Família, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Farmácia Popular. O PRONASCI foi o programa menos conhecido e avaliado positivamente, em menor proporção.
- 18) O nível de conhecimento da população brasileira em relação ao PAC foi muito baixo (37,3%). Entre os que conhecem o PAC, 70,6% não conhecem qualquer obra do PAC. Desconhecem o programa em maior proporção as classes D/E. Este programa foi avaliado majoritariamente como positivo, considerado sério e não apenas uma medida eleitoreira. A abrangência do PAC foi vista como mais ampla, incluindo também outras áreas, como saúde, educação e segurança.
- 19) O programa Minha Casa Minha Vida é conhecido em maior proporção (48,4%). A propaganda do governo na mídia foi considerada a principal fonte de informação sobre o programa por 6,7% (no caso do PAC 4,8% utilizaram esta fonte como principal). Do mesmo modo, o nível de desconhecimento foi maior nas classes D/E. O programa foi avaliado majoritariamente como positivo, sério, interessante e bom para o país, não sendo mera medida eleitoreira. As classes C, D e E manifestaram interesse, em maior proporção, em participar do programa.
- 20) A prioridade do governo Lula até o final do atual mandato dever ser, de acordo com a opinião dos entrevistados, as áreas da saúde, educação, segurança e combate à corrupção. Estas mesmas áreas foram apontadas como os principais problemas históricos e estruturais do país, agravados no contexto atual. As obras do PAC foram apontadas por apenas 1,4% como área prioritária até o final do mandato.
- 21) Além dos meios tradicionais - televisão (à noite, principalmente), rádio e jornal impresso – a Internet despontou como fonte de informação sobre

o Governo Federal utilizada por grupo considerável (30,9%). Também foram expressivas a proporção de entrevistados que afirmou utilizar os sites do Governo Federal (15,0%) e o tamanho do grupo que dispõe acesso à Internet em sua residência (39,7%). Estes dados sugerem a relevância deste meio como instrumento para potencializar os esforços de comunicação.